



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

BRENO TAVEIRA MESQUITA

**COMO SE EU CARREGASSE UM MONTE DE CADÁVER ATRÁS DE MIM:
OS VIVOS E OS MORTOS NO NUTAF DA PEFOCE**

**FORTALEZA
2016**

BRENO TAVEIRA MESQUITA

**COMO SE EU CARREGASSE UM MONTE DE CADÁVER ATRÁS DE MIM:
OS VIVOS E OS MORTOS NO NUTAF DA PEFOCE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Jania Perla Diógenes de Aquino

**FORTALEZA
2016**

BRENO TAVEIRA MESQUITA

“Como se eu carregasse um monte de cadáver atrás de mim.”

Os vivos e os mortos no NUTAF da PEFOCE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Sociologia.

Aprovada em: ___/___/___.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Jania Perla Diógenes de Aquino (Orientadora)

Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof. Dr. Irapuan Peixoto Lima Filho

Universidade Federal do Ceará - UFC

Profa. Dra. Diocleide Lima Ferreira

Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de dizer que:

Foi um caminho difícil

Onde, por várias vezes, duvidei de que conseguiria.

Relembro dos que foram importantes nesta jornada.

Ainda mais pela paciência que tiveram comigo.

Todo pesquisador é um ser esquisito.

E aperreador.

Mas tive sorte.

E no fim deu tudo certo.

Resultando cá neste trabalho.

2016 tem sido um ano dos diabos!

Vamos aos agradecimentos então, pois a lista é grande e se existe um trabalho é porque muita gente de alguma forma me ajudou, me ensinou e aturou.

Primeiramente, e esse é o primeiramente das coisas boas, quero agradecer à minha mãe e sua bruteza amorosa que sempre me ensinou sobre o que é força – “Ô bicha pra se garantir!”.

Agradeço a todas as divindades invocadas – e amaldiçoadas – nos momentos difíceis. Tenho de agradecer também a: Alceu, Bowie, Belchior, Duke, Fagner, Floyd, Led, Miles, Thelonious, Vangelis e ao Zé Ramalho que me ajudaram a não pirar no processo.

Um obrigado gigante à minha paciente e “deboísta” orientadora Jania Perla Diógenes que esteve sempre presente, respondendo às minhas dúvidas – mesmo aquelas enviadas de madrugada pelo inbox do Facebook.

À CAPES que me forneceu as condições.

Agradeço aos amigos que fiz no setor do necrotério, povo que transborda de vida: Seu Sidney, Balthazar “o polêmico”, Bartô, Seu Odair, Evaldo, Marlon, Ramon,

Núbia, Diana, Elino, Seu Aldo, Dr. Genival, Dr. Tavito e Dr. Reginaldo. Agradecer também aos outros que me ajudaram: Seu Ovelha, Sr. Ronaldo, Almir, Dr. Ribeiro, Nilton e Dr. Altemar. Essa pesquisa só existe graças à paciência e ajuda de vocês.

Muito obrigado aos professores Diocleide Lima Ferreira e Irapuan Peixoto Lima Filho que, de bom grado, se dispuseram a ler este trabalho e participar da banca examinadora.

Ao professor Leonardo Sá que me ajudou desde idos de 2011 um cara que sempre que o escuto me mostra o quão pouco sei, mas me instiga sempre a aprender mais.

À professora Simone Simões que me ensinou muito mais do que Antropologia, ensinou a beber da vida em grandes goles como quem se embebeda com um bom vinho - muito obrigado minha querida amiga e conselheira.

Ao professor George Lopes Paulino, pessoa de sensibilidade ímpar e que sempre mostrou que é possível trafegar pelo mundo acadêmico sem perder a leveza e a poesia.

Às professoras Alba e Rejane que mostraram quão atuais ainda são Marx e Durkheim e ao professor André Haguette que fez o mesmo com Weber. À professora Linda, uma querida, que esmiuçou a Escola de Chicago tin tin por tin tin. Ao professor Alexandre Fleming, cuja disciplina sobre corpo e performance foi de ajuda imensa para este trabalho. Ao Igor e ao Romain, pois Sociologia e Antropologia também se fazem na prosa dos bares da vida.

Agradecer também à Socorro e a Lorena que pacientemente sanaram minhas dúvidas com burocracia e prazos da pós-graduação.

Ao meu irmão Zé Bruno, formamos uma dupla nada dinâmica, mas vamos conseguindo sobreviver aos enfrentamentos da vida.

Aos meus destemidos amigos de mestrado que também enfrentaram a jornada bravamente “não, não é uma estrada, é uma viagem...”.

Minha querida amiga Nessão – a “sempre com fome” – a gente ri, a gente chora e se ama desde 2009.

Às Gabis: A Antônia amiga forte e desenrolada – sorte da tua filha que tem uma supermãe; A Colares muito querida que pirou junto comigo e Leví na seleção e participou da “terapia de grupo do mestrado” pra poder aguentar as “lapadas da vida”; A Rebouças minha amiga que só dá close certo, “dexstruidora meixsmo” – sabe aquelas pessoas que você conhece e em pouco tempo parece que são amigas desde a infância?

Agradecer ao Leví a “grande cabeça flutuante pensante” meu irmão de outra mãe, o “inabalável”, aquele que nada em águas profundas com Bourdieu.

Ao Sabino que dança tão bem quanto entende de política – fora e dentro da universidade. Às queridas Patrícia e Stephanie – a gente sofre e se ajuda muito nessa coisa tortuosa que é a vida acadêmica. E ao Ti Araújo, um querido que tem sempre uma energia muito boa e as melhores respostas nos momentos certos.

À Mañu amiga que amo de montão!

Ao Jean dos Anjos uma pessoa querida e fantástica, que muito me ensinou e ensina. Me sinto muito sortudo em ser teu amigo ó, vou nem mentir!

À minha cara Deiziane e aos nossos altos papos sobre campo e a vida.

Ao Pedro Vicente que é um leonino amigo muito querido que manja de teoria queer, novela e até signos.

Ao meu caro Benjamim vulgo beterraba o – ainda – jovem mais sábio que eu conheço, deve ter uma alma antiga. À Aline “Bones” minha querida amiga, as coisas estão se ajeitando afinal.

Aos antigos que me aturam desde priscas eras: David, Marcus, Johnny, Welitônio, Bolinha e Wladimir.

E um agradecimento especial à Marisa que me fez enxergar – e trilhar – caminhos antes impensáveis, que muito me ensinou sobre amor, relações e Antropologia. Obrigado minha querida! E sigamos, porque vivemos no limiar...



*Para dona Marluce minha mãe que é
força pura – e ainda entende as
referências do Pica-Pau.*

E para M.

“A morte é corisco que sempre já veio.”

- Guimarães Rosa

(IN: Grande Sertão: Veredas)

“O anjo da morte tem as asas consteladas de olhos; quando se aproxima de um de nós, dá-lhes olhos novos, olhos oriundos de suas asas, e que veem para além do superficial e do aparente.”

- Chestov

“– Vocês falam sobre os vivos e sobre os mortos como se fossem duas categorias mutuamente excludentes. Como se um rio também não pudesse ser uma estrada, ou como uma música não pudesse ser uma cor.

– Não pode – disse Shadow. – Pode?

Os ecos sussurravam suas palavras de volta para ele do outro lado do lago.

– O que você precisa lembrar – disse o senhor Íbis, impaciente. – É que a vida e a morte são lados diferentes da mesma moeda. Como cara e coroa.

– E se eu tiver uma moeda com duas caras?

– Você não tem.”

- Neil Gaiman

(IN: Deuses Americanos)

RESUMO

O seguinte documento visa descrever e analisar as relações entre auxiliares de perícia e médicos-legistas bem como as suas concepções acerca da morte e do morto – elementos que são rotina em sua profissão. A pesquisa foi realizada tendo como *locus* o NUTAF – Núcleo de Tanatologia Forense, um setor da Coordenadoria de Medicina Legal da PEFOCE – Perícia Forense do Estado do Ceará localizada na Avenida Castelo Branco nº901 no Bairro Moura Brasil. Discuto as maneiras de como essa “morte cotidiana” apresenta-se no espaço estudado, bem como os olhares destes profissionais que apreendem o cadáver como sendo uma “coisa” e as implicações desta categoria quando aplicada aos mortos.

Palavras-chave: Morto. Auxiliar de perícia, Médico-legista. Antropologia da morte. Coisa.

ABSTRACT

The following paper aims to describe and analyze the relationship between expertise and coroners aids as well as his views about death and the dead - elements that are routine in their profession. The survey was conducted as having locus the NUTAF - Center for Forensic Thanatology a Coordination sector of Legal Medicine of PEFOCE - Ceará State Forensics located at Avenida Castelo Branco 901 in the neighborhood Moura Brazil. Discuss ways of how this "daily death" presents the study space as well as the looks of these professionals perceive the body as a "thing" and the implications of this category when applied to the dead.

Keywords: Dead. Expert assistant. Legist doctor. Anthropology of death. Thing.

SUMÁRIO

PRÓLOGO.....	12
1. INTRODUÇÃO.....	18
1.2 Comitê de Ética, resoluções e burocracia.....	24
1.3 Das ferramentas.....	32
2. PELOS ESPAÇOS.....	41
2.1 Na sala dos peritos criminais externos.....	41
2.2 No lugar onde a dor é visível.....	47
2.3 “O aquário”.....	51
3. TRABALHANDO COM OS MORTOS.....	55
3.1 “No fim das contas eu estou aqui só pra abrir e fechar mesmo”.....	57
3.1.1 <i>Necropsia didática</i>	60
3.2 Radiologia.....	61
3.3 “Tu viu? Acabou de chegar um de raça!”.....	63
3.4 Desconhecidos, não-reclamados e os destinados a estudos.....	66
4. CONVIVÊNCIA E AS CONVERSAS COTIDIANAS.....	69
4.1 Cheiro, limpeza e pão de coco.....	72
4.2 Alguns números.....	73
4.3 De “serventes” e “pirangueiros”.....	76
5. OS MORTOS QUE PESAM, OS VIVOS E OS OUTROS MORTOS.....	80
5.1 O morto-coisa.....	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
REFERÊNCIAS.....	90
ANEXOS.....	97

PRÓLOGO

A morte e o morrer e suas mudanças no Ocidente

É um fato, morremos.

Como apregoado no dito popular: “a única certeza da vida é a morte” é fato irremediável, uma inevitabilidade biológica, mas que não implica em um fim, já que ao término do que se chama vida iniciam-se outros processos biológicos e fenômenos de outra ordem (CONCONE, 1983). Ela, a morte, em muitas culturas é tida como uma “passagem” (CUNHA, 1978; LIMA, 2000; McCALLUM, 1996) em que o indivíduo entraria em outras esferas de existência. Ela é biológica, mas é também contextual e principalmente um fato social e cultural (SANTOS, 1983). Para Hertz (1990, pág. 15) “...*cuando se trata de la muerte de un ser humano los fenómenos fisiológicos no lo son todo, pues al acontecimiento humano se sobreañade un conjunto complejo de creencias, emociones y actos que le da un carácter próprio.*”, fazendo com que a nossa maneira de sentir e representar a morte seja bem diferente das formas praticadas em outras culturas.

É um acontecimento transclassista (IDEM) já que não faz distinção entre os membros de uma classe social ou faixa etária: “Mas a morte que ceifa a esmo, que não escolhe sexo nem idade, opera um tipo de ‘corte’ na sociedade em que são representadas todas as categorias de idade e de status” (CUNHA, 1978). Mas vale ressaltar que apesar de transclassista, a morte atingirá os membros de diferentes classes em contexto muitos diferentes. Como morrem e onde morrem os pobres? Certa vez, conversando com Seu Sidney e Cleonice acerca de suicídios, estes me revelam que em áreas consideradas “nobres” – bairros como Meireles e Aldeota – normalmente os casos que se apresentam são de suicídio e de acidentes de trânsito enquanto que, em bairros da periferia, os homicídios com armas de fogo correspondem à maioria.

Sob a perspectiva de Louis-Vincent Thomas o homem é um “ser-para-a-morte” e que, por mais paradoxal que possa parecer, morte e vida são termos intrinsecamente ligados, pares de opostos que se dão na relação: “... *el niño que nace lleva em sí uma promessa de muerte, es ya un-muerto-em-potencia; pero la persona que falece puede esperar sobrevivir em la memoria de los que aún quedan*”

com vida...” (THOMAS, 1983, p.07). A morte, que causa uma ruptura ou passagem, gera desordem “que estraga o padrão” (DOUGLAS, 2012, p.117), em contrapartida, ela traz em seu cerne elementos que reestabelecerão a ordem, ao mesmo tempo memória do grupo ao qual o morto pertence, fará com que ele não “desapareça” de imediato:

El hecho brutal de la muerte física no basta para consumir la muerte em las consciências; la imagem del que acaba de morir forma aún parte del sistema de cosas de este mundo, y sólo se separa de él poco a poco, a través de uma serie de desgarros interiores. No pensamos em ela muerto de repente, pues aún es parte sustancial nuestra, hemos puesto em él demasiado de nosotros mismos, la participación em uma misma vida social crea vínculos que no se rompen em um día. La “evidencia del hechos” es assaltada por uma oleada contraria de imágenes, deseos y esperanzas, y sólo poco a poco, al término de este conflicto prolongado la aceptamos y creemos em la separación como em algo real. (HERTZ, 1990, págs. 94-95)

Para o povo Krahó, estudado por CUNHA (1978) o morto – mesmo o parente mais próximo – é tido como um inimigo. Aquele que morre teria “raiva” dos que ficam (vivos). Ao redor de um Krahó que caísse enfermo, agrupavam-se os parentes mortos com o intuito de levá-lo à aldeia *mekarõ* (lar dos mortos); chegando lá, tentavam forçar o Krahó a comer alguma coisa, cortar o cabelo ou participar da corrida de toras, pois o envolvimento em qualquer atividade na aldeia dos mortos, por parte do espírito do Krahó enfermo, impediria seu retorno ao mundo dos vivos. A morte é entendida para eles como sendo uma grande traição (CUNHA, 1978). Os mortos são tidos como “a imagem invertida dos vivos: habitantes da escuridão, tendo a Lua por Sol, o exterior é para eles o interior.” (Idem, p.126). Esse totalmente outro, o morto, é imprescindível para a constituição da ideia de pessoa para os Krahó viventes.

Viveiros de Castro (2009) atenta para o fato de que a morte entre algumas etnias ameríndias o morto se “torna” outra coisa, deixando de ser humano, tornando-se então o seu oposto, aquilo que é “não-humano”. É o que José Carlos Rodrigues propõe como sendo a “alteridade máxima”: “... os mortos nessas sociedades sul-americanas são concebidos como encarnando a mais extrema alteridade, isto é, como sendo o ‘outro’ absoluto, a anti-sociedade.” (RODRIGUES, 2006, p. 77). Entre os Bororo (NOVAES, 2006), a morte é o momento mais comemorado, pois “não há vida sem morte nessa sociedade”. O ritual funerário – pode se estender por até três meses desde a morte de um membro até o seu

enterro – é o momento de evocação dos antepassados e dos heróis, de transmissão de conhecimento dos mais velhos aos mais jovens.

No México, de acordo com Villasenor & Concone (2012), o dia de finados não é um momento de tristeza e lembrança dos parentes falecidos. O dia dos mortos é um momento de festa, alegria e celebração em que a morte dá sentido à vida, ela – a morte – não é vista como um fim, mas o começo de uma nova fase. Esse momento de festejo também possui toda uma estética inspirada nas ilustrações do artista José Guadalupe Posada (1852-1913) que desenvolveu toda uma série de desenhos onde retratava o cotidiano dos mexicanos em que as caveiras atuavam como gente comum. As ilustrações possuíam uma forte carga de ironia e de conteúdo político – vários políticos foram retratados como caveirinhas. Esse clima de alegria e ironia dá a festa uma carga positiva única no que se refere à celebração de finados – com seus doces e pães em formato de caveira, música, bebida e cerimônias que trazem ao mesmo tempo elementos tidos como sagrados e profanos.

Esta forma de celebrar o dia dos mortos é também uma maneira de conviver e preparar crianças e adultos para a dura realidade da morte, como parte inevitável da existência humana. Todo o folclore da morte nos mostra que no México os mortos não se vão totalmente, seguem sendo, no imaginário popular, personagens vivos e presentes de uma outra maneira. Assim a consciência da morte passa a ser um “amigo” não distante... (VILLASENOR & CONCONE, 2012, p.06)

Algumas correntes budistas tem na morte não o fim da vida, mas da ilusão dessa existência. A morte é liberação “... a libertação do sofrimento, do encadeamento de causas e efeitos” (HENEZEL & LELOUP, 1999, p. 34). Vários são os indícios de que ancestrais do *homo sapiens* já sepultavam seus mortos – com os tornozelos e punhos amarrados em posição fetal, como uma espécie de preparação para um novo nascimento (MORIN, 1978). Para os Dayaks de Bornéu (Hertz, 1990) não se poderia falar em morte, mas sim em mortes. Ao morrer o indivíduo passava pelo processo de purificação do corpo até seu sepultamento definitivo – sua segunda morte. A alma desse indivíduo permanecia na cidade celeste durante sete gerações – a cada geração passada na cidade a alma “morreria” e renasceria. Depois de morrer uma sétima vez, a alma desce novamente à terra, se introduzindo em um fruto que, se comido por uma mulher a alma entrará em seu corpo e posteriormente renasceria na forma humana. Se o fruto que contém a alma for

comido por um animal a alma se reencarnaria como animal – que quando comido por um homem, voltando com os humanos após essa jornada. No caso de a fruta ou o animal não serem comidos a alma se esvaneceria definitivamente. *“La muerte no es, pues, para estos pueblos um acontecimiento singular que sólo produce uma vez em la historia del individuo, sino um episodio que se repite indefinidamente y se limita a sinalar el passo de una forma de existência a outra.”* (Hertz, 1990, p.67)

Para Philippe Ariès (1981, 1990 e 2001) o Ocidente operou desde a Idade Média mudanças significativas nas formas de se lidar com a morte. Para ele, o homem da Idade Média estava acostumado com a morte, que para ele era um fato corriqueiro – some-se a isso as ideias da visão cristã de existência, na qual a morte era tida como “um sono” (RODRIGUES, 1999), em que o falecido descansaria até o dia do “Grande Despertar”, era uma época “... em que reinava com fervor o credo na ressurreição da carne, tempo em que todos depositavam esperanças no glorioso ressurgir.” (Idem, pág. 122). Esse acontecimento da morte dava-se de forma tão comum que, ao perceber que o seu frio toque se aproximava, o moribundo em sua cama, juntava aqueles que lhe eram próximos – inclusive as janelas e portas da casa eram abertas para que, mesmo um desconhecido, pudesse entrar e acompanhar os últimos momentos do moribundo – e calmamente esperava pelo morrer.

Com a morte, o homem se sujeitava a uma das grandes leis da espécie e não cogitava em evita-la, nem em exaltá-la. Simplesmente a aceitava, apenas com a solenidade necessária para marcar a importância das grandes etapas que cada vida deveria sempre transpor. (ARIÈS, 2001, p. 43)

Ariès (1981) aponta que em determinado momento da Idade Média formou-se uma ideia de um Juízo Final que começou a figurar no imaginário dos homens – a forte influência da Igreja Católica, a imagem de um Cristo em glória no momento do Apocalipse – e isso os assustava. O momento da morte tornava-se o momento da balança em que se pesavam os pecados; ao morrer o cristão era imediatamente julgado podendo ir para o céu ou para a danação eterna. A calma com que o homem aceitava e esperava sua morte foi substituída pela angústia perante o julgamento.

... a vida na sociedade medieval era mais curta; os perigos, menos controláveis; a morte, muitas vezes mais dolorosa; o sentido da culpa e o medo da punição depois da morte, a doutrina oficial. Porém, em todos os casos, a participação dos outros na morte de um indivíduo era muito mais comum. (ELIAS, 2001, pág. 23)

Durante este período enterrava-se tanto dentro das igrejas quanto ao seu redor (ARIÈS, 1981), até que as sepulturas no interior das igrejas ficaram reservadas aos membros do clero e alguns privilegiados, os outros mortos eram sepultados ao redor, perto dos muros – espaço onde as pessoas costumavam fazer feiras ou mesmo se encontrarem. A concepção de nojo do cadáver e de sua “capacidade” de contágio (DOUGLAS, 2012) não era ainda levada em consideração. Michel Foucault (2011) atentar-se-á para o fato de que apenas no séc. XVIII – por conta de preocupações sanitárias – a forma de se enterrar os mortos se modificou e fez também com que os cemitérios fossem transferidos do centro da cidade para o campo.

O sofrimento no leito de morte continuará presente até meados da segunda metade do séc. XIX (ARIÈS, 2001) um momento no qual outros dois elementos seriam agregados ao processo: uma roupagem romantizada é dada à morte, os ritos performáticos “encenados” ao redor do moribundo em seu leito mortuário aumentam e a mentira que é incorporada à esta cena. A mentira era o novo recurso acionado pelo moribundo – quando perguntava aos que estão em seu entorno “Digam a minha real situação, não me escondam nada!” – e correspondida pelos que estavam junto dele no leito de morte que, ao invés de responderem a verdade, mentiam com a intenção de suavizar esse momento dramático da vida do outro.

A grande mudança deu-se em algum momento do início do séc. XX. As formas de morrer acima descritas – todas elas – apontam a importância do papel do moribundo no leito de morte. Ele, ainda protagonista de sua própria tragédia, participava ativamente de todos os momentos – seja convocando os seus a estarem ao seu redor, “movimentando a história” ao chamar o testamenteiro e depois o padre para confessar-se e este oferecer-lhe a extrema unção, acionando aqueles em seu entorno para que, com o objetivo de suavizar o momento, mentissem. Ariès (2001, 1990 e 1981), Morin (1978) e Rodrigues (2006) discorrem sobre o fato de que no séc, XX a morte teria sofrido sua maior transformação. O moribundo já não seria mais o protagonista de sua história, mas, colocado no lugar de espectador de si, assiste a tudo de forma passiva. O protagonismo dessa tragédia é agora o médico e sua equipe, que lutam para manter o paciente (não mais moribundo) vivo a qualquer custo “... já não se morre em casa, em meio aos seus, mas sim no hospital, sozinho (...) porque os médicos NÃO conseguiram curar” (ARIÈS, 2001, p.83).

Essa nova maneira de encarar a morte também acarretou mudanças no luto dos que ficam (Idem.); Rodrigues (2006); Morin (1978). O tempo de se ficar enlutado foi diminuído drasticamente, não se via mais com bons olhos aquele que ficasse enlutado por muito tempo – esse luto prolongado poderia ser até mesmo visto como algo da ordem do patológico. Nas palavras de Christine Greiner (2007, p.12): “A morte tornou-se rápida e isolada em hospitais ou asilos e grande parte das cerimônias de velório desapareceram, foram encurtadas e até mesmo consideradas patológicas. Na prática, ficou esquisito cultivar e viver o luto.”

A morte foi sendo paulatinamente limada dos discursos, vindo a figurar como um tipo de tabu. Rodrigues (2006) comenta ainda que, um duplo movimento ocorreu na modernidade: se por um lado a morte virara tabu, por outro ela é exaustivamente veiculada na mídia e essa superexposição acabou por deixar de nos afetar na maioria das situações veiculadas pela mídia. Apenas em casos que envolvessem algum tipo de morte considerada “insólita” é que ocorreria algum tipo de comoção, mas esta ainda se daria de forma passageira. Por “mortes insólitas” o autor cita os exemplos de: um assassinato que ocorra dentro de um hospital, mortes que envolvam crianças, já que esses tipos de morte seriam da ordem do inesperado e “antinatural”.

Estudar acerca da morte e do morrer implica sempre em estudá-la a partir do outro já que: “... não se pode falar sobre a morte senão de uma maneira exterior, generalizada, necessariamente limitada. Ela não se deixa apreender, ela escapa. Quando a consciência a apreende, é porque a morte não existe; quando ela existe, a consciência não pode apreendê-la.” (RODRIGUES, 2006, págs. 11-12). Em contrapartida é impossível abordar tal assunto sem analisar a exposição que temos diante dela (AMORIM, 2007), é estar disposto a perceber a finitude da existência de si, um pensamento que normalmente não elaboramos. Foi pensando nessa riqueza de significados sobre a morte, bem como o cuidado para com os mortos, que me instiguei a pesquisá-la. E essa jornada acabou por me levar até o âmbito da perícia criminal no Ceará...

INTRODUÇÃO

Não, não era a mesma coisa a presença da morte lá na cidade da Bahia, rápida e banal nas rodas de um automóvel, nos leitos dos hospitais, nas páginas de desastres e crimes dos jornais. Era leviana e secundária, por vezes não merecia mais de duas linhas nas gazetas, desaparecendo em meio a tanta vida a cerca-la, a tanto ruído e luta, não havia lugar para ela nos corações apressados, dissolvia-se suas sombra nas luzes, e os risos não deixavam ouvir seu murmúrio. Seu podre bafo, como iriam senti-lo as mulheres envoltas em perfume, em cálidas vagas de desejo? Passava a morte despercebida, apenas executava sua tarefa e já desaparecia, não havia tempo a perder com ela em meio a tanta ânsia e pressa de viver. “Fulano morreu”, anunciava-se nos jornais, nos rádios, nas conversas, dizia-se “coitado!”, “pobre dele!”, “já foi tarde”, era tão moço ainda...”, e não se falava mais nisso, havia muito assunto a comentar, muito riso a rir, muita ambição a satisfazer, muita vida a viver. (AMADO, 1983, págs. 33-34)

Todos nós, em algum momento, já tivemos contato com a morte: um parente próximo ou um membro distante da família que faleceu, as notícias de tragédias que tomam conta dos noticiários e programas policiais ou mesmo a tomada de consciência da própria mortalidade. A morte está por todo lugar, já que é parte intrínseca da vida.

Paradoxalmente, vivemos um momento de banalização da morte, pois ao sermos bombardeados por tantas imagens e notícias que a evocam, acaba-se por gerar certo “amortecimento” do sentir e, com isso, o “... horror tende a tornar-se banal.” (COURTINE, 2013, pág.151) por meio dessa “midiatização do sofrimento” (IDEM). Devemos também atentar para o fato de que “Exposição demais também gera invisibilidade.” (GREINER, 2007, pág. 13).

Simplesmente são mortes que ocorrem sobre a tela da televisão, sobre o papel de jornal, incapazes de perturbar o ritmo de nosso jantar ou o sabor de nosso café da manhã. São mortes que não evocam a decomposição, que não nos colocam diante de um impasse escatológico, que não transformam as relações sociais. São mortes excepcionais, pouco prováveis, violentas, acidentais, catastróficas, criminosas ou que atingem pessoas importantes e excepcionais. Em suma: não são mortes. (RODRIGUES, 2006, pág.201)

Neste processo de banalização essas mortes fazem com que o espectador se torne cada vez mais alheio a elas. As imagens que são veiculadas pela mídia produzem um distanciamento que é intrinsecamente proporcional à força e ao choque do suplício exibido na notícia, pois “... quanto maior o sofrimento mostrado, mais vive a compaixão, mais radical o distanciamento.” (COURTINE, 2013, pág.152).

O impacto acaba tornando a dor e a reflexão acerca da morte, algo passageiro. Para RODRIGUES (2006a) esse morto noticiado não é um próximo ou mesmo um conhecido é uma criação abstrata dos meios de comunicação “... que não se concretiza jamais. É um acontecimento distante, que atinge um ‘outro’ inatingível” (IDEM, pág.201). Por conta disso vivemos aquilo que ARIÈS (2001) e RODRIGUES (2006a) nomearam de “Tabu da morte”, mas não é bem uma interdição aquilo que pude observar em campo.

É como se ela – a “indesejada das gentes” como nomeou Manuel Bandeira – tivesse feito uma morada ali, todos os dias, e à noite também, ela se mostra naquele lugar, não dá para falar em tabu quando para onde quer que se olhe o ambiente nos lembra dela: a morte. Por conta disso ao invés de tabu poderíamos falar em uma “morte cotidiana” para as pessoas que ali trabalham. Em contrapartida, todo espaço parece ter sido concebido para tentar “conter”, esconder o morto; aí sim – arquitetonicamente percebe-se o “tabu da morte”, mas o seu alvo são aqueles externos àquele lugar.

Comecei a pesquisar sobre morte ainda na graduação, uma curiosidade motivada por, na época, acompanhar um programa policial chamado C.S.I “*Crime Scene Investigation*” um seriado fictício cujos protagonistas eram os peritos forenses da polícia científica da cidade de Las Vegas do estado de Nevada nos Estados Unidos. A cada episódio a equipe forense tinha de solucionar um ou mais casos utilizando-se das técnicas de investigação forense. Na época fiquei a me perguntar como funcionava a polícia forense no Ceará. Com a ajuda e orientação do professor Leonardo Sá, na época eu era bolsista voluntário do LEV – Laboratório de Estudos da Violência e comecei a desbravar este novo território que era o da perícia criminal do Ceará.

O trabalho resultou na monografia intitulada: “Morte e memórias vivas: a perícia forense do estado do Ceará” defendida em 2013. A pesquisa tinha como eixo de análise principal questões relativas às memórias dos atores com relação ao trabalho e ao novo espaço da instituição em comparação ao antigo, pois naquele ano de 2012 fazia poucos meses que a nova sede da PEFOCE – Perícia Forense do Estado do Ceará havia sido inaugurada. Trabalhei principalmente com as ideias de

Maurice Halbwachs (2006) e Michel Pollak (1989 e 1992) acerca da memória bem como a obra de Phillippe Ariès (2001) que versa sobre a morte no ocidente.

De lá trouxe algumas questões que não puderam ser respondidas mais a fundo, pois na época consegui acesso apenas aos peritos criminais e a um dos auxiliares de necropsia, o que fez com que minha pesquisa ficasse limitada a certas partes da instituição – a área do necrotério só pôde ser visitada apenas uma vez, onde fui acompanhado do meu principal interlocutor.

Muitas são as pesquisas que abordaram vários dos aspectos diretos e indiretos da violência como: a insegurança (MATOS JÚNIOR, 2008), a polícia (BARBOSA, 2014 e SÁ, 2002), crimes de pistolagem (BARREIRA, 1998), assaltantes de banco (AQUINO, 2009), assassinato de jovens (MOURA, 2011) e as abordagens da mídia (MORALES 2014 e PAIVA, 2012) para citar apenas alguns. Mas na área da Sociologia e da Antropologia poucos são os trabalhos que abordam a questão da polícia científica e institutos médico-legais (MEDEIROS, 2012; REZENDE, 2012; CARVALHO, 2007 e PESCAROLO, 2007) e no Caso da Perícia Forense do Estado do Ceará apenas um (TAVEIRA, 2013). Diante disso e das indagações que me acompanharam desde a monografia vi a importância em abordar alguns aspectos dessa instituição que trabalha com um “efeito direto da violência” – o morto.

Saber qual o percurso que cabe ao cadáver dentro da instituição – o que acontece desde a sua chegada até o ponto de ele ser liberado para a família; e responder quais os efeitos a que estariam sujeitos os peritos criminais, peritos auxiliares e médicos legistas que devem lidar cotidianamente com a morte em seu ofício. Essa relação entre os vivos e os mortos no setor do necrotério da PEFOCE que me guiou esta empreitada.

A Perícia Forense do Estado do Ceará é um órgão técnico-científico vinculado à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS. Este órgão foi criado pelo Governo do Estado no ano de 2008 por meio da junção do Instituto Médico-Legal (IML), Instituto de Criminalística (I.C) e do Instituto de Identificação (I.I) que passaram a ser, respectivamente a Coordenadoria de Medicina Legal (COMEL), Coordenadoria de Perícia Criminal (COPEC) e a Coordenadoria de Identificação Humana e Perícias Biomédicas (CIPB). A estas coordenadorias somam-se outras

três criadas para a instituição, a Coordenadoria de Análises Laboratoriais Forenses (CALF), Coordenadoria de Planejamento e Gestão (CPLAG) e a Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CTI).

De acordo com o Diário Oficial do Estado de 07 de abril de 2011 a PEFOCE tem como função – através de implementações eficazes na pesquisa e nos estudos periciais técnico-científico no campo da medicina legal, no campo da criminalística, identificação humana e perícias biométricas, análise laboratorial, no campo da cibernética e demais áreas de atuação criminal – produzir meios de provas executados por seus peritos oficiais, com o intuito de atender as demandas de autoridades judiciárias e policiais do Estado do Ceará, instruindo o processo criminal na elucidação de contravenções penais e delitos.

Tal instituição desempenha um importante papel de controle social na rede que é o biopoder (FOUCAULT, 2010^a), produzindo cálculos, saberes e classificações. É interessante ressaltar que a produção de categorizações é uma das principais características das instituições, pois “... os rótulos estabilizam o fluxo da vida social e até mesmo criam, até certo ponto, as realidades a que eles se aplicam.” (DOUGLAS, 2007, pág. 105). Por se tratar de uma instituição da modernidade a PEFOCE tem além na ideia de “confiança” uma de suas vias de legitimação, já que a população tende a confiar em “... sistemas abstratos, especialmente em sistemas peritos” (GIDDENS, 1991, pág. 87). Ao mesmo tempo, podemos pensar que essa confiança em determinadas instituições decorre também do medo: o da ameaça de morte que “... é meio de controle social, sanção contra comportamentos desviantes, instrumentos de dominação, em suma. (...) podemos todos ser mortos, por isso obedecemos.” (RODRIGUES, 2006a, pág. 242-243). Some-se a isso o fato de vivermos em tempos de uma “violência difusa” em que:

O “difuso” relaciona-se, claramente, com a possibilidade de que todos, independentemente de sexo, idade ou classe social, possam ser vítimas de práticas classificadas como violentas, presentes em diversificadas situações sociais. O senso comum é perspicaz e irônico, quando propala este lado “democrático” da violência. (BARREIRA, 2013, pág. 224)

No que se refere aos mortos, a PEFOCE é responsável por receber todas as vítimas fatais de causas externas – não-naturais – e aquelas que sejam consideradas misteriosas, com o intuito de serem realizadas a necropsia e exames

necessários para se identificar a *causa mortis* e o *modus operandi* que vieram resultar nesse óbito.

... a perícia levanta as características padrão dos diversos crimes – arma utilizada, presença ou não de álcool e droga, tipo de local, perfil de vítimas e autores, *modus operandi*, etc. – produzindo conhecimento de cunho epidemiológico que auxilia a diagnosticar causas, fatores criminógenos e a elaborar eventuais políticas públicas focadas na redução de fatores de risco. (KAHN, 2014, p. 199).

Sobre essas causas não-naturais podemos citar: as vítimas de acidentes de trânsito, acidentes domésticos, mortes decorridas de traumas (quedas), vítimas de armas brancas, de incêndio, de afogamento, suicídios e, principalmente as vítimas de armas de fogo.

As mortes por causas misteriosas, como o próprio nome demonstra, são aquelas cuja definição da *causa mortis* não está clara inicialmente, como nos casos de envenenamento, overdose ou mesmo o caso do corpo de um morador encontrado em sua casa depois de passado alguns dias. Vale ressaltar que, ainda com relação aos mortos, existe uma exceção, pois a PEFOCE recebe os mortos de causas naturais apenas em caso de o morto ser desconhecido, como atenta Dr. Tavito:

Tudo que não for morte natural vem pra cá e a gente faz de morte natural também quando é um cadáver não identificado, pois como a obrigação de identificação é da segurança pública, e como nós somos um órgão da segurança, então a gente faz a necropsia mesmo sabendo que a morte foi natural. (Dr. Tavito – médico-legista)

A pesquisa desenvolveu-se tendo como *locus* a sede da PEFOCE localizada na Avenida Castelo Branco número 901, no bairro Moura Brasil na cidade de Fortaleza – Ce. Lá trafeguei por vários ambientes até que consegui chegar ao NUTAF – Núcleo de Tanatologia Forense, onde passei a maior parte do trabalho de campo e de onde pude observar e apreender um pouco acerca das práticas forenses.

O presente trabalho seguiu uma estrutura um pouco diferente do usual. Apresentando inicialmente uma reflexão acerca das compreensões da morte em várias culturas bem como as mudanças que ocorreram no Ocidente sobre a morte e o morrer. O primeiro capítulo abordará os percalços burocráticos encontrados para conseguir a aprovação do Comitê de Ética e pesquisa, bem como as estratégias metodológicas utilizadas na pesquisa.

O segundo capítulo abordará os “primeiros passos” do pesquisador em campo, apresentando os lugares pelos quais passei na PEFOCE: sala dos peritos externos, acolhimento familiar e necrotério.

O capítulo três mostrará o cotidiano do NUTAF – Núcleo de Tanatologia Forense. Uma apresentação de todo o espaço do setor, bem como o seu funcionamento e os procedimentos realizados ali.

No quarto capítulo ainda girará em torno do setor do necrotério, mas seu enfoque será nas relações desenvolvidas entre colegas de profissão, apresentarei alguns números com os quais me deparei durante a pesquisa e discutirei acerca da presença de “estigmas” no ambiente estudado.

O quinto capítulo tem como eixo central as discussões acerca das relações entre os vivos e os mortos no setor do necrotério. Logo após este capítulo, seguirão as considerações finais.

1 DOS PERCALÇOS: COMITÊ DE ÉTICA, RESOLUÇÕES E BUROCRACIA

Era o ano de 2014 e a pesquisa ainda engatinhava. Confesso que cheguei à sede da PEFOCE com a esperança de que os procedimentos necessários para se conseguir o acesso fossem ainda os mesmos de quando eu lá estive em 2012 para realizar a pesquisa monográfica. Procurei meu antigo interlocutor o perito criminal Seu Ovelha que me recebeu prontamente. Ao falar sobre a pesquisa, ele pediu que eu conversasse com a secretária executiva Dr.^a Luciana (nome real), da mesma forma que fizera anteriormente – tudo se encaminhava para um desfecho breve.

. Quando relatei minhas intenções de pesquisa e de como procedera no trabalho anterior, Dr.^a Luciana me disse que, dessa vez, além do ofício assinado pelo orientador e endereçado ao Perito Geral, juntamente com o resumo da pesquisa e metodologia eu deveria enviar uma cópia do projeto completo que seria enviada ao responsável pelo setor de estudos. Consegui e entreguei a documentação sem maiores problemas à secretária do Perito Geral que, logo em seguida, me levou para uma primeira conversa com o, na época, responsável pelo setor de estudos: Dr. Altemar. Eu já conhecia o doutor, pois em 2012 durante os “Encontros Universitários da UFC” ele fora um dos professores a quem apresentei meu banner, respondendo às suas questões.

Começamos então nossa conversa no espaço do Centro de Estudos Professor José Carlos Ribeiro da PEFOCE, criado posteriormente ao período em que pesquisei para a monografia. Enquanto explanava acerca dos objetivos e metodologia da pesquisa que tencionava executar, falei que a documentação pedida já havia sido entregue. Mas existiam outros procedimentos... Dr. Altemar me pediu que enviasse por e-mail uma cópia do meu projeto e em seguida ele me encaminharia alguns documentos da instituição para que eu obtivesse as assinaturas necessárias – fiel depositário, carta de anuência, termo de doação. Depois disso eu deveria submeter meu projeto, via site da Plataforma Brasil < <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil/login.jsf>> a um Comitê de Ética e Pesquisa – e ser aprovado pelo mesmo. Perguntei se isso seria realmente necessário já que nada disso havia sido exigido na pesquisa anterior, Dr. Altemar me explicou então que TODA pesquisa que venha a ser realizada na PEFOCE precisa passar por esta submissão.

Essa exigência, junto com o debate em torno da ética em pesquisa toma força “a partir da vigência da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde que, construída para regradar procedimentos de pesquisa médica, passou a interferir numa vasta área de investigações em ciências sociais e humanas.” (Guerriero apud. SCHMIDT, 2008, pág. 49). De acordo com Luís Roberto Cardoso de Oliveira (2004) o que se vê é um verdadeiro “áreacentrismo biomédico” – termo cunhado como equivalente ao “etnocentrismo” – que atua de forma exagerada chegando a uma verdadeira “extrapolação de seus domínios” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2004, pág. 33). Sem ter outras opções, sem nem mesmo cogitar a possibilidade de um plano alternativo – reconheço que foi uma falha minha – concordei.

Primeiramente colhi as assinaturas necessárias – dos coordenadores da perícia criminal (COPEC) e da medicina-legal (COMEL). Qual não foi minha surpresa ao me deparar com uma ressalva, na carta de anuência assinada pela Dr.^a Sara – na época coordenadora da COMEL e posteriormente substituída pelo Dr. Altemar – de que eu não poderia acompanhar nenhum dos procedimentos periciais feitos pelos médicos-legistas: necropsias e exames de corpo de delito – lesões corporais e crimes sexuais. É perfeitamente entendível que eu estivesse proibido de acompanhar exames de corpo de delito, afinal, não é da alçada de minha pesquisa abordar casos de crimes sexuais e lesões corporais, além do que são exames realizados em momentos de trauma por parte da vítima de um crime sexual. Minha preocupação se devia ao restante da ressalva – recebi a negativa com aquele temor que acaba “nublado” possíveis rotas alternativas.

Reuni-me com Dr. Altemar para maiores explicações e este me respondeu que é proibido por lei que uma pessoa que não seja médico-legista, perito criminal ou perito auxiliar acompanhe os exames de necropsia (bem como os outros citados na ressalva). Perguntei então “como observar o fazer do médico-legista sem ter acesso ao seu espaço de trabalho?”.

“Você pode até visitar o espaço do necrotério, desde que, acompanhado por mim ou outro profissional. Mas não poderá acompanhar os exames. Todos os dados que precisar deverão ser obtidos de forma indireta” (Dr. Altemar). Diante da resposta fiquei mais tranquilo já maquinando que as entrevistas com os médicos-legistas deveriam ser articuladas sempre com os trabalhos de HALBWACHS (2006) e

POLLAK (1992 e 1989) – que trabalham a memória como um recurso metodológico que, quando acionada, opera sempre com escolhas, omissões e reconstruções de discursos. O pesquisador deve sempre estar atento às mudanças nas possibilidades do campo já que este não é algo engessado, estando sempre em fluxo – mesmo em um ambiente institucionalizado.

De posse dos documentos devidamente assinados – carta de anuência e fiel depositário cadastrei-me na Plataforma Brasil, preenchi todo o formulário de submissão de pesquisa – com certa dificuldade em entender certas partes, tive de buscar alguns manuais de preenchimento por meio do site google brasil. Mas o que é exatamente essa Plataforma Brasil? A página inicial do site explica:

A Plataforma Brasil é uma base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos para todo o sistema CEP/Conep. Ela permite que as pesquisas sejam acompanhadas em seus diferentes estágios - desde sua submissão até a aprovação final pelo CEP e pela Conep, quando necessário - possibilitando inclusive o acompanhamento da fase de campo, o envio de relatórios parciais e dos relatórios finais das pesquisas (quando concluídas). (PLATAFORMA BRASIL)

Ao explorarmos o site, percebemos que o seu foco principal são as pesquisas que envolvem seres humanos, mas principalmente pesquisas na área biomédica – medicina, odontologia, farmácia – e mesmo exatas – química. Isso é ainda mais flagrante quando vários dos espaços no formulário do site não são “preenchíveis” – permanecendo em branco – quando a pesquisa é da área de humanas. Fiz a submissão.

Pouco tempo depois recebi um aviso do próprio site pedindo que refizesse alguns elementos do projeto para que se adequassem ao exigido – parte da metodologia da pesquisa, o termo de consentimento livre e esclarecido – além de certos pontos do formulário do site que deveriam ser preenchidos de outra maneira ou de forma bem mais detalhada – como o orçamento da pesquisa. Ajustei o que me fora pedido e refiz a submissão.

Tempos depois, mais um aviso, mais coisas a serem mudadas e adequadas às exigências. E assim fui batalhando pelos caminhos tortuosos da burocracia. Um dos maiores problemas que passei foi conseguir adequar a pesquisa às exigências, além de ter de trabalhar com um elemento novo que foi o TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, cuja função segundo Yves de La Taille:

As razões básicas de ser do Termo de Consentimento são quatro: 1) o sujeito saber que está participando de uma pesquisa, 2) ele saber se corre algum risco previsível, 3) ter a liberdade de consentir, ou não, em participar e 4) saber que o pesquisador se compromete em guardar sigilo sobre sua identidade. (LA TAILLE, 2008, pág.276)

Sou um tanto quanto “resistente” ao uso do TCLE, pois o acho parecido com uma “medida extrema”. Penso que a pesquisa é sempre um espaço de negociações – “constantemente elaboradas e retomadas no processo de investigação” (SCHMIDT & TONIETTE, 2008) – entre o pesquisador e o outro. Devemos a todo o momento exercitar a empatia para com os atores da pesquisa. “... ao mesmo tempo, estimulá-lo permanentemente para que se envolva no diálogo de tal maneira que ele se sinta de certa maneira responsável pelo que está dizendo, coautor e não figurante daquela cena.” (BRAGA, 2000, pág.50).

Uma forma possível apresentada por La Taille (2008) com o intuito de alcançar certo equilíbrio – usar o termo sem que ele aja de forma negativa para a pesquisa – seria a de, somente após a entrevista, conversar com o sujeito da pesquisa sobre o termo, perguntar se ele autorizaria a utilização daquilo que foi dito e por fim colher sua assinatura. O mesmo autor, que já foi membro de Comitês de Ética, utiliza-se de muito bom senso ao dizer que: “Pessoalmente, penso que se o método da pesquisa respeita o princípio da dignidade, se ele apresenta riscos improváveis e se tem mérito científico, a pesquisa é eticamente legítima e o Termo pode ser lacunar ou mesmo inexistente.” (LA TAILLE, 2008, pág.277).

Em um primeiro contato, apresentar de maneira apressada ou brusca o TCLE pode assustar o sujeito da pesquisa ou mesmo criar uma atmosfera ruim como bem pontuou Gustavo Lins Ribeiro – em prefácio ao livro *Antropologia e Ética* (VÍCTORIA; OLIVEN; MACIEL; ORO, 2004, pág.11) – de que “...a solicitação inicial de assinatura de um documento por parte do antropólogo introduziria um *stress* na relação entre pesquisador e sujeitos da pesquisa”. Essa atitude poderia inclusive impossibilitar a construção de uma conexão com o sujeito pesquisado, que poderia não se sentir confortável em conversar com o pesquisador e, ainda em caso de aceitar, daria respostas de maneira evasiva. Optei por um caminho diferente.

A estratégia utilizada então foi de primeiramente conversar com os sujeitos da pesquisa e nesse diálogo apresentar-me como pesquisador e se em algum momento no futuro ele poderia conversar comigo para a pesquisa, para só então em

um próximo encontro abordar o TCLE, conseguir a assinatura e poder empreender conversas a serem utilizadas posteriormente. Pode parecer uma estratégia que demande um pouco mais de tempo, mas ela se mostrou mais adequada para não afastar os sujeitos – apresentando de saída o termo a ser assinado – e nem utilizando a proposta de La Taille (2008) de entrevistar o sujeito e apenas posteriormente apresentar o termo – pois a meu ver essa estratégia contém um quê de “traição” para com os pesquisados. E como bem pontuou Aquino (2009, pág.27): “Minha preocupação se funda na dimensão ética dos compromissos que nós, os cientistas sociais, assumimos com as pessoas e grupos que pesquisamos.”; não podemos perder de vista o respeito na relação com nossos sujeitos da pesquisa.

Redigi o TCL (disponível em anexo) onde explico minhas questões e objetivo da pesquisa, atento para o fato de que estarei sempre disponível para explicar todas as possíveis dúvidas dos participantes e descrevo as ferramentas metodológicas que serão utilizadas – e uma estimativa de tempo necessária para as entrevistas, uma das exigências da Plataforma Brasil. No termo também constou meu endereço de e-mail e o número do meu celular e de que, após a pesquisa, uma cópia da dissertação será doada ao centro de estudos da PEFOCE. Como eu deveria entregar este termo muito antes de efetivamente começar a pesquisa, nele está dito que eu utilizaria um questionário, mas no decorrer da minha experiência em campo, percebi que seu uso não se mostrava necessário.

E o tempo transcorria e nada de aprovação por parte do CEP-Conep. Chegaram as festas de fim do ano de 2014 e o Comitê entrou em recesso – sendo que as suas reuniões para avaliação de projetos ocorrem apenas uma vez por mês. Só restava. Com fevereiro quase chegando ao fim, novas mudanças foram pedidas, e feitas. Em uma manhã chuvosa de abril, decidi ir à sede do Comitê de Ética em Pesquisa da UFC localizado no Campus Porangabussu.

Verdadeiro labirinto que me fez passar por vários lugares até finalmente encontrar o que procurava. Dentre os locais pelos quais passei um deles vale a pena ser relatado, o CEP do HUWC – Hospital Universitário Walter Cantídio, que encontrei meio que por engano (achava que ali seria o CEP que eu buscava). Ali naquela sala conversei com a médica responsável, Dr.^a Luzirene, que me falou um pouco sobre o funcionamento do Comitê de Ética e do próprio site Plataforma Brasil.

A doutora se mostrou a favor da obrigatoriedade no que se refere à submissão de projetos aos CEP's ressaltando que os responsáveis pela avaliação levariam sempre em consideração as particularidades das formas de se fazer pesquisa de cada área – humanas, biológicas, exatas – e de que isso não seria entrave algum para os pesquisadores. Tentei argumentar de que um projeto na área da Sociologia deveria ser analisado por um Comitê de Ética da área, ela retomou o argumento anterior dizendo ainda que não haveria necessidade de tal Comitê específico, dada a capacidade dos membros do CEP em avaliar os projetos submetidos.

O que está em jogo nessa discussão acerca dos CEPs não é apenas a questão da necessidade de submeter projetos para serem avaliados, mas sim, também a da autonomia do pesquisador que por vezes é minada para se adequar ao Comitê e, principalmente, a da sujeição, da legitimidade dada – mais uma vez – ao saber médico como único capaz de efetuar a avaliação e não um comitê correspondente à área do projeto apresentado, tal como pontua SCHMIDT:

Não é o caso de negar a necessidade das leis, normas e regras para a vida social e, mais particularmente, para esferas da pesquisa científica. É o caso, no entanto de preocupar-se com a hegemonia de uma mentalidade jurídica e, algumas vezes, infelizmente, meramente burocrática, em busca de um controle ético das pesquisas científicas. (SCHMIDT, 2008, pág. 49)

Um grupo de trabalho do CNPQ fora criado para “subsidiar a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a área de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas” (site da ABA) e dentre os assuntos debatidos se encontrava justamente a questão da submissão de trabalhos – das áreas supracitadas – ao CONEP. O GT produziu e entregou um documento contendo indicações de novas políticas a serem seguidas para essas áreas, com especial atenção para o quesito comitês de ética, pois:

Consideram que a exigência de aprovação dos projetos de pesquisa por Comitês de Ética vinculados ao sistema CONEP/CNS/MS – como requisito para financiamento dessas pesquisas – gera uma expressiva contradição no atual processo de produção científica no país. Tal exigência legitima o atual sistema de regulamentação da ética na pesquisa que envolve seres humanos no momento mesmo em que as associações de pesquisa apontam as inadequações desse sistema no que tange à pesquisa em CHSSA e empenham-se fortemente na criação de um modelo alternativo de regulamentação ética que atenda às especificidades e características dessas áreas. (Site da ABA)

A conversa com a Dr.^a Fátima continuou. Perguntei sobre o que ela entendia por “pesquisa em seres humanos” – uma questão que ao ser evocada nas conversas com colegas da Sociologia tinha por resultado a frase: “Mas nós não fazemos pesquisas EM seres humanos, mas COM seres humanos”, demonstrando que a maneira de fazermos pesquisa se distancia de formas médicas que interferem, fisicamente, no outro.

Para ela – a doutora – a pesquisa em seres humanos não seria algo restrito àquelas realizadas na área da saúde, seria QUALQUER pesquisa onde ocorra alguma relação com o outro, pois, segundo ela “Você precisa da autorização das pessoas para utilizar suas falas, documentos, imagens ou prontuários”. Tal postura coaduna com a apresentada pelo primeiro presidente da Sociedade Brasileira de Bioética, também (na época) coordenador do CONEP William Saad Hossne, em uma entrevista ao jornal de Medicina em 1998, de que a pesquisa em seres humanos seria “... qualquer pesquisa que, individual ou coletivamente, envolva o ser humano de maneira direta ou indireta, no seu todo ou em suas partes.” (FIGUEIREDO, 2004, pág.116).

Contrapondo esta visão “biocêntrica”, Cardoso de Oliveira (2004) expõe que a pesquisa dita *em* seres humanos possui características – e objetivos – bem diferentes das particularidades da pesquisa *com* seres humanos, de tal forma que seria um contrassenso unir as duas abordagens em uma única classificação. Uma das principais diferenças apresentadas pelo autor a respeito das duas formas de pesquisa se daria na relação com o sujeito.

A pesquisa *em* seres humanos teria como paradigma “uma situação de intervenção, na qual esses seres humanos são colocados na condição de cobaias” (Idem, pág. 34) e por se encontrar em tal posição assujeitada, o termo de consentimento informado se faria não apenas legítimo, mas imprescindível para garantir o respeito e a segurança dos pesquisados.

Já a pesquisa *com* seres humanos, o sujeito da pesquisa não estaria na posição de cobaia ou de um “objeto de intervenção” (Idem); o sujeito seria alçado à categoria de ator ou sujeito de interlocução – condições que evidenciarão suas capacidades agentivas tanto no campo como na pesquisa (já que a relação pesquisador-pesquisado é dialógica).

Depois da conversa, continuando a busca, encontrei o lugar que procurava: o prédio do NPDM – Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos. Um prédio novo, imenso, com muros de quase 8 metros, e muitas salas aparentemente vazias o que me fez supor que ainda não estava em pleno funcionamento. Em algum lugar, em um “cantinho” meio escondido, desse prédio encontrei a sala do CEP da UFC. Conversei com a secretária que me informou que dali a dois dias o comitê – finalmente! – se reuniria.

Por fim, dois dias depois ele fora aprovado.

É interessante ressaltar que todo esse entrave ilustra muito bem os problemas sofridos por vários pesquisadores da área de Ciências Humanas e Sociais em decorrência da Resolução nº196 de 1996 que vigorou por quase quinze anos até ser revogada em 2012 e substituída pela Resolução nº466. Ocorre que, a Resolução 466/12 era em muito inspirada na resolução anterior, não resolvia os problemas e ainda atentava para o fato de haver a necessidade de uma resolução que atendesse às necessidades específicas das pesquisas em CHS (GUERRIERO, 2016).

As antigas resoluções eram pensadas “tendo em vista a pesquisa biomédica, mais especificamente o teste de novos medicamentos, o que implica em risco significativo para os participantes.” (IDEM, pág. 1). Com isso em mente percebemos que, nessas antigas resoluções, a relação pesquisador-pesquisado se mostra meramente instrumental, no qual o importante seria um resultado que pudesse ser replicado “com sucesso” por outros pesquisadores.

O próprio CONEP formou um GT CHS – Grupo de Trabalho em Ciências Humanas e Sociais para tratar das questões específicas às CHS, que trabalhou de agosto de 2013 a março de 2016. A tarefa não se mostrou fácil, pois não era apenas uma questão de metodológica: “A elaboração de normas para a revisão ética de pesquisas envolvendo seres humanos é um processo político, caracterizado por disputas epistemológicas e pela luta de poder, por estabelecer uma definição de ciência” (GUERRIERO, 2015, pág. 94). Finalmente, em 24 de maio de 2016 entra em vigor – publicada no Diário Oficial – a Resolução nº510/16, com isso, futuras pesquisas que se enquadrarem nas especificações de tal resolução serão revisadas pelo CEP/CONEP.

[...] pesquisa em ciências humanas e sociais: aquelas que se voltam para o conhecimento, compreensão das condições, existência, vivência e saberes das pessoas e dos grupos, em suas relações sociais, institucionais, seus valores culturais, suas ordenações históricas e políticas e suas formas de subjetividade e comunicação, de forma direta ou indireta, incluindo as modalidades de pesquisa que envolvam intervenção (BRASIL, 2016, pág. 01).

Vale atentar para o fato de que as pesquisas de caráter biomédico ainda ficarão sujeitas à revisão pela Resolução 466/12 e aquelas referentes às CHS pela resolução 510/16. Outro ponto a ser ressaltado é a mudança acerca do termo de consentimento em que as relações desenvolvidas em campo são levadas em consideração já que é um “processo pautado na construção de relação de confiança entre pesquisador e participante da pesquisa, em conformidade com sua cultura e continuamente aberto ao diálogo e ao questionamento...” (IDEM). O termo não precisa ser exclusivamente obtido por meio escrito, estendendo-se às mídias eletrônicas e digitais. A nova resolução é com certeza um avanço – que teria me ajudado bastante, claro, ela não é perfeita e nem resolve tudo, mas é um começo.

1.1 Das ferramentas

Uma pesquisa realizada em um ambiente de forte institucionalização requer uma ponderação constante por parte do pesquisador no que concerne às escolhas das ferramentas metodológicas para conseguir trafegar da melhor forma possível pelos caminhos do campo. O presente trabalho optou por uma via de pesquisa qualitativa com trabalho de campo de característica etnográfica. A escolha por empreender um trabalho de campo de tal natureza foi pensada ao levar em consideração tanto a riqueza de detalhes e significados do campo em questão, bem como do próprio caráter contextual da pesquisa (um objeto no mundo social, recortado e enquadrado), tal como nos aponta Geertz (2009, pág.190) quando atenta para o fato, de que a pesquisa “... é própria de um lugar e de uma época, estando em perpétuo perecimento e, não com a mesma certeza, em perpétua renovação.”. É consciente dessa natureza fugidia de que um campo, ou um espaço – mesmo um ambiente institucionalizado – podem passar por mudanças, que me ative a essa perspectiva de trabalho.

Mesmo sem contar com livre acesso a todo o espaço da Instituição, precisando ser acompanhado por um membro da instituição em certos momentos, sendo barrado em outros, o trabalho de campo de perspectiva etnográfica mostrou-

se a maneira mais adequada para conseguir acompanhar o cotidiano dos peritos e médicos, suas atividades desempenhadas, as relações estabelecidas, suas definições de si mesmo e dos outros:

... a fim de me melhor apreender as motivações, expectativas e intenções dos atores, e de reconhecer a influência neles exercida por diferentes contextos particulares. O objetivo é chegar a uma compreensão contextual, estrutural e fenomenológica das ações, situações e acontecimentos. (TREMBLAY, 2010, pág.28)

Assim, realizei este trabalho fazendo uso da observação participante. É preciso entender que a observação participante opera em uma dupla movimentação: de um distanciamento (observação) e um envolvimento com os sujeitos da pesquisa (participante) (CAPRARA & LANDIM, 2008). Observar e registrar os “imponderáveis da vida real e do comportamento típico” para “Deixar que os fatos falem por si mesmos” (MALINOWSKI, 1978, pág 31). Parto da perspectiva que é na relação dialógica com o outro – sujeito da pesquisa – onde reside sua maior força e riqueza, não podendo ser reduzida apenas a uma questão de acesso aos espaços de um determinado lugar. É na observação, na construção de empatia, negociação e diálogo com o outro que se constrói o conhecimento etnográfico. E a diferença não como uma questão de um lugar de poder assimétrico assumido pelo pesquisador, mas sim, uma diferença construída na relação com o outro, pois a diferença se dá na relação (SÁ, 2010) e campo é relação:

O campo não é uma coisa, não é um lugar, nem uma categoria social, um grupo étnico ou uma instituição. É talvez tudo isso, segundo o caso, mas é antes de tudo um conjunto de relações pessoais com as quais “aprendemos coisas”. “Fazer pesquisa de campo” é estabelecer relações pessoais com quem não conhecemos anteriormente, junto de quem chegamos um pouco na marra. (AGIER, 2015, pág. 34).

Caprara & Landim (2008) – dialogando com os antropólogos James Clifford e Ugo Fabietti – ressaltam que ao utilizarmos a observação participante devemos tomar cuidado para não nos apropriarmos do termo de maneira literal, pois com isso podemos incorrer em erro; deve-se então pensar a observação participante como uma “dialética entre experiência e interpretação” (CLIFFORD apud. Caprara & Landim, 2008, pág.06), sendo que a ideia de experiência estaria bem mais ligada a um modo de construção do conhecimento do que a uma ideia de “simples vivência pessoal” (FABIETTI apud. Caprara & Landim, 2008, pág.06).

Nesse processo, além de fazer-se visível é necessário mostrar-se acessível para os sujeitos da pesquisa, pois se estamos lidando com relações elas ocorrem tanto em um sentido como no outro. O observador também é um observado, ele está sendo analisado para saber se é alguém “confiável”. Certo dia, ainda no começo da pesquisa, quando estávamos apenas Seu Sidney e eu na sala dos auxiliares de perícia, ele me perguntou se eu era alguma coisa, primo ou sobrinho, de um determinado médico da instituição. Ao responder negativamente perguntei a ele o motivo da pergunta, ao que ele me respondeu que a questão se devia ao fato de eu não ser um estudante de medicina e estar ali. A pergunta é cabível quando entendemos que apenas alunos da medicina tem acesso livre – precisando apenas agendar a visita antes – ali na PEFOCE para adentrar o necrotério e acompanhar certos procedimentos forenses. Eu era uma anormalidade que destoava ali, uma criatura de desordem e o pesquisador não pode achar que deixará de “...representar um elemento perturbador na vida” dos sujeitos da pesquisa (MALINOWSKI, 1978, pág. 21)

É bom que o pesquisador não pretenda viver na sua pesquisa uma relação plenamente *normal*. Ele é um pesquisador, um objeto estranho. Mesmo quando permaneça na sua própria sociedade – que reconhece a profissão de “pesquisador” – ele será um corpo estranho sempre que esteja de fato pesquisando. A pesquisa é uma situação em que os objetivos comuns de uma relação social têm sua hierarquia alterada. (SAEZ, 2013, pág. 149)

Diferentemente de outros campos de pesquisa, desde o início minha “identidade de pesquisador” estava às claras, se fazia necessária para permitir meu tráfego pelos caminhos da PEFOCE. Mesmo que em alguns momentos eu tenha sido confundido com alguém que trabalhasse ali – um perito ou auxiliar novato, acharem que na verdade eu era um jornalista ou mesmo, como já supracitado, um “parente” de um médico de lá, o “rótulo” de pesquisador havia sido posto em mim desde o início. Em certo momento fui chamado em tom de brincadeira de “metido com coisas do estado islâmico” por conta da barba, um dos auxiliares insistia – mesmo que eu explicasse que eu era estudante – em me chamar de “professor”.

É importante pensar na diminuição das distâncias para se construir empatia, pois a própria figura do pesquisador pode ser tida como indesejável: “pesquisadores e pesquisados enfrentam momentos de maior empatia, desconfiança, solidariedade e reserva em diferentes etapas de uma mesma pesquisa” (VELHO & KUSCHNIR, 2003, págs. 08-09). A certa altura do trabalho de campo, surgiu outro pesquisador

advindo da área da saúde. As pessoas ali no NUTAF se referiam a ele como “o outro pesquisador” e complementavam dizendo que: “ a entrevista dele demora demais!”, “leva mais de duas horas!”. Esse foi um momento de perceber, nessas observações acerca do outro – também pesquisador – que eu já havia sido aceito e minha presença permitida ali.

A todo o momento as relações em campo vão sendo analisadas, repensadas e reajustadas pelo pesquisador, tendo em mente que a atividade de pesquisa possui um misto de violência e insistência. Uma postura deve ser tomada – sem incorrer em juízos de valor – pelo pesquisador para que as interações com os sujeitos estudados se deem de forma mais horizontalizada, tanto do ponto de vista ético como da relação dialógica estabelecida. Sobre estes aspectos Barreira (1998) aponta:

Ressalto o fato de que as relações estabelecidas no percurso da pesquisa, com todas as especificidades, constituem relações sociais que exercem fortes influências nas informações obtidas. Neste sentido, tentei estabelecer uma interação que me possibilitasse obter o maior número de informações. Ao mesmo tempo, tentei não me situar na posição de avaliador, objetivando diminuir, ao máximo, a “violência simbólica”, bastante presente na relação entre sujeito entrevistador e sujeito entrevistado. (BARREIRA, 1998, pág.19)

Uma das condições para a realização da pesquisa – por parte da PEFOCE e por parte do Comitê de Ética – foi a de não utilizar os nomes reais dos pesquisados como forma de preservar o anonimato e assegurar que nenhuma consequência negativa recaísse sobre os mesmos. As únicas exceções a essa regra foram algumas figuras públicas da PEFOCE – do CEP e do HUCW – pois seus nomes, ligados aos cargos que exercem, são de conhecimento público. Então sempre que um nome real for utilizado será devidamente explicado.

É claro que tenho consciência de que o simples fato de utilizar um nome fictício não impede a identificação dos sujeitos da pesquisa “... justamente porque a descrição densa depende da riqueza dos detalhes contextuais – tanto do local, quanto do indivíduo – não é difícil para qualquer pessoa mais próxima aos nossos *sites* etnográficos reconhecer cada personagem, que seja nomeado ou não.” (FONSECA, 2007, pág.09). Nesse sentido, toda atenção se faz necessária, para “descrever o máximo possível sem criar situações constrangedoras para seus informantes” (Idem, 2007, pág.10), é preciso exercitar o bom senso acerca do material angariado na pesquisa – ser criterioso com as escolhas daquilo que constará ou não na versão final do trabalho.

Utilizei-me do termo “sujeitos da pesquisa”, pois se trata de uma condição que agrega tanto uma posição de importância como imprime a capacidade agir do mesmo, ele é “protagonista” de suas ações dentro de um determinado campo. O sujeito se encontra no meio do campo de batalha das lutas cotidianas, atravessado por relações de poder que o marcam sob o signo da individualização. E de acordo com Foucault (1995) este indivíduo torna-se sujeito por efeito de dessas lutas de resistência ao poder. Lutas que

...questionam o estatuto do indivíduo: por um lado, afirmam o direito de ser diferente e enfatizam tudo aquilo que torna os indivíduos verdadeiramente individuais. Por outro lado, atacam tudo aquilo que separa o indivíduo, que quebra sua relação com os outros, fragmente a vida comunitária, força o indivíduo a se voltar para si mesmo e o liga à sua própria identidade de um modo coercitivo. (Idem, pág.234-235)

Foucault ainda aponta duas definições para a palavra “sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento” (Ibidem, pág.235).

Além de “sujeitos da pesquisa” utilizo-me do termo “interlocutor”, uma “categoria especial” de sujeito da pesquisa. Pode ser aplicado àquele que dá acesso aos espaços e a outros sujeitos da pesquisa ou então ao “informante chave” cuja relação com o pesquisador foi mais duradoura na convivência e nas interações dialógicas. Entendo a situação do seguinte modo: nem todo sujeito da pesquisa seria alçado à categoria de interlocutor, mas todo interlocutor é sujeito da pesquisa. O interlocutor, segundo SCHMIDT & TONIETTE (2008):

... contribui com sua experiência e atividade de pensamento e reflexão para o esclarecimento e interpretação de fenômenos culturais, sociais e psicológicos (...) a relação entre pesquisador e interlocutor e/ou colaborador é marcada pelo legítimo respeito e atenção a diferentes vozes, bem como pelo intento de produzir interpretações e discursos contra hegemônicos capazes de combater visões generalizantes e preconceituosas contra indivíduos, grupos e coletividades (Idem, pág.103)

Complementando a abordagem observacional participativa, além de entabular conversas mais informais, utilizei-me de entrevistas semiestruturadas. Cabe aqui um importante adendo com relação ao uso dessa ferramenta que em um primeiro momento pode ser tida como conflituosa com a proposta etnográfica. Ao submeter meu projeto de pesquisa ao CONEP, um dos itens a ser revisado foi este ponto da metodologia e dos instrumentos a serem utilizadas, pois o Comitê não aceita “conversas com os sujeitos da pesquisa” como uma ferramenta válida. Tive então de

construir um roteiro de entrevista semiestruturada que me serviu mais como uma espécie de “guia” para questões a serem abordadas em campo.

A técnica da entrevista qualitativa de tipo semiestruturada ou semiaberta pode ser entendida como um meio termo entre a entrevista estruturada e a entrevista de tipo livre. Neste tipo de abordagem contamos com certa estrutura, algumas perguntas “guia” com os pontos de interesse cujo objetivo é servirem de norte e ao mesmo tempo fazer com que o entrevistado responda abertamente. De acordo com George Gaskell:

A entrevista qualitativa, pois, fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos. (GASKELL, 2002, pág.65)

A escolha desta ferramenta se deve ao fato de que outros tipos de narrativas como a história oral ou a análise da trajetória demandam um tempo que, muitas vezes, os atores do universo pesquisado em questão (peritos criminais e médicos legistas) não dispõem. E, além disso, é sempre bom lembrar de que os sujeitos “não são obrigados” a ajudarem na pesquisa, pedimos, conversamos e negociamos, mas eles não são obrigados a aceitarem.

O ato de entrevistar é uma relação de poder, por isso é necessário que o pesquisador, para minimizar os efeitos dessa situação esquisita, desenvolvendo estratégias para gerar confiança e empatia no entrevistado. GASKELL (2002) fala em criar *rapport*, para criar um ambiente tranquilo que encoraje o entrevistado a falar, como explica CHIZZOTTI (1995, pág.93): “Deixar o informante inteiramente livre para exprimir-se, sem receios, falar sem constrangimentos sobre os seus atos e atitudes, interpretando-os no contexto em que ocorreram”. A criação dessa conexão de segurança e empatia para fazer com que o entrevistado se sinta seguro e possa vir a responder as perguntas de forma desinibida faz-se necessário também por conta de que, no ambiente da pesquisa, muitos dos peritos criminais se acostumaram a dar “respostas prontas” – curtas e um tanto quanto automáticas – às questões feitas por jornalistas. Tendo em vista esta perspectiva a respeito do processo da entrevista podemos concluir que:

Toda entrevista é um processo social, uma interação ou um empreendimento cooperativo, em que as palavras são o meio principal de troca. Não é apenas um processo de informação de mão única passando de um (o entrevistado) para outro (o entrevistador). Ao contrário, ela é uma interação, uma troca de ideias e de significados, em que várias realidades e percepções são exploradas e desenvolvidas. Com respeito a isso, tanto o(s)

entrevistado(s) como o entrevistador estão, de maneiras diferentes, envolvidos na produção de conhecimento. (GASKELL, 2002, pág.73).

É bom lembrar que o trabalho do pesquisador não termina, e muito menos diminui depois de conseguido o *rapport* com o pesquisado. A entrevista não é o lugar apenas das palavras ditas, pois a linguagem é também corporal (LE BRETON, 2006):

... ficar atento à linguagem metafórica e antinômicas, para escutar, com muita atenção, o não dito, para anotar o discurso interrompido, respeitar o silêncio, a reticência, o olhar de espanto, de dúvida, ou de raiva, do informante, sem esquecer que você age *par cause*, efetivamente, como impertinente. Se assim proceder, você poderá minimizar os equívocos e compreender as respostas na dimensão exata de sua abrangência... (BRAGA, 2000, pág. 52).

Em contrapartida GASKELL (2002) escreve que o pesquisador deve ter sempre cautela e não aceitar pacificamente aquilo que lhe é fornecido pelo entrevistado – e que deve se ter em mente que às vezes para se conseguir a resposta de uma questão o pesquisador talvez tenha de fazer duas outras perguntas para obter a resposta de forma indireta e sutil.

O gravador foi outro instrumento utilizado e que cabe nos determos um pouco acerca de sua utilização. Esse item sempre esteve em negociação, pois em certas ocasiões ele poderia inibir o sujeito entrevistado; em outros momentos o próprio ato de tirar o gravador da bolsa e ligá-lo no meio de uma conversa “quebraria” o fluxo da mesma. Sempre perguntei aos sujeitos da pesquisa, quando os entrevistava se poderia gravar ou não. Foram muitas as pessoas com quem conversei ao longo da pesquisa. Com algumas foram conversas mais informais, sobre a vida, música e outras de cunho banal. Apenas um dos sujeitos da pesquisa não permitiu que a entrevista fosse gravada.

Apesar de eu ter explicando quais os objetivos da pesquisa e falado acerca do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que ele assinaria – onde eu me comprometia a não utilizar suas falas de modo a prejudicá-lo – mesmo assim ele não concordou com o uso da ferramenta “eu não sei o que pode ser feito com isso [a gravação]”, mas concordou em responder a todas as minhas questões. Neste caso o jeito foi torcer para que minha memória não falhasse tanto. A recusa é perfeitamente entendível quando se percebe que “Uma pessoa a quem nunca ninguém perguntou quem ela é, de repente ser solicitada a relatar como foi a sua vida, tem muita dificuldade para entender esse súbito interesse.” (POLLAK, 1992, pág. 13), afinal

quem era eu ali? Por mais que aparecesse regularmente, eu era o outro que nem colega de trabalho era.

É bom estar preparado, pois o inesperado pode acontecer. Na primeira entrevista “gravada”, realizada com um dos médicos-legistas, uma entrevista muito rica por sinal, percebi – desolado – ao chegar em casa que não havia gravado nada! O jeito foi apelar para a memória e para as anotações feitas – mesmo gravando é bom tomar notas, na esperança de resgatar o máximo possível do que foi dito. Além disso, entender bem o funcionamento das ferramentas utilizadas é fundamental, o uso do gravador foi algo novo pra mim – em uma experiência anterior, me utilizei do recurso de gravação do celular.

Outro ponto acerca de “não conferir o material utilizado” aconteceu quando eu já estava bem inserido no campo. Eu estava na sala do NUTAF com alguns auxiliares e o Dr. Genival – que terminava de preencher o laudo de uma necropsia que realizara a pouco tempo. Perguntei se ele poderia conversar um pouco sobre seu trabalho e se permitia que eu gravasse. Pediu que eu esperasse até ele terminar de preencher “a papelada e entregar essas balas.” – segurava em sua mão um pequeno saco plástico contendo alguns projéteis retirados do cadáver durante a necropsia – aí conversaríamos. Quando terminou seus afazeres pediu que eu o acompanhasse até a sala dos médicos – é interessante ressaltar que esta sala não fica no setor do necrotério – e lá chegando, disse para esperá-lo um instante. Enquanto esperava, preparei os instrumentos: caderno, caneta e o gravador. Quando Dr. Genival ia começar a conversa, percebi que o gravador desligara! Tentei com insucesso, foi aí que percebi: não havia trocado as pilhas antigas – e nem as havia trazido. O jeito foi pedir desculpas – sob o olhar de reprovação do doutor – e continuar a conversa anotando. Pelo menos, pude gravar a conversa em outra ocasião.

Ao todo foram dezesseis entrevistas gravadas, sendo que: cinco delas foram realizadas com os peritos auxiliares do NUTAF, duas com profissionais da radiologia – que são funcionários terceirizados, três com peritos criminais externos, cinco com médicos legistas e uma com um perito criminal locado no interior do Ceará. Vale ressaltar que outras conversas foram entabuladas com esses sujeitos da pesquisa – e registradas nos cadernos de campo – e com outros profissionais do setor do necrotério.

Desde o início da pesquisa optei por não fazer uso de fotografias, por conta de que o espaço estudado lida com o sigilo acerca dos casos trabalhados – existe inclusive, uma placa no setor do necrotério de que é proibido filmar e tirar fotos no recinto. Mas, principalmente, por motivos de respeito aos mortos, aos vivos e por acreditar que as descrições do espaço, das pessoas e relações será o suficiente.

2 PELOS ESPAÇOS

Olhando agora, em um “depois do acontecido”, é que se consegue usar toda a perspicácia do “como fazer pesquisa”, tudo fica mais claro, sabe-se exatamente como se enfrentariam as armadilhas de campo. No “após” do campo é mais fácil pensar que “naquela situação eu poderia ter sido mais subversivo e questionador” ou “ali era o momento de acionar o plano ‘B’”.

É na hora da escrita que se percebe que faltou perguntar certa coisa a alguém ou aquela abordagem que se mostrou equivocada para com determinado ator em campo. Como WHYTE (2005), em seus anexos, que percebeu o quão diferentes estavam as várias versões da pesquisa daquilo que foi o trabalho “efetivamente realizado” vejo o quão distante fiquei do projeto inicial da pesquisa. Existe então certo “conforto” ao ler GEERTZ (2009) e lembrar de que “eu estive lá”, “vi isso e aquilo” e de que é normal na hora da escrita encarar os demônios da pesquisa.

Michel Agier (2015) comentará que, independente do tamanho do local, “Descobrir um novo lugar é de início perder-se nele.” (IDEM, pág. 20) e me perdi por várias vezes ao ponto de, em determinado momento, me sentir um personagem de Franz Kafka vivendo os delírios de um pesadelo burocrático. Cada novo espaço possui dinâmicas próprias e estas, nunca são perceptíveis “de cara” e precisamos conhecer as pessoas para podermos “ver” por “cima de seus ombros” (IBIDEM, pág. 23) na esperança de aproximarmos de suas visões de mundo.

2.1 Na sala dos peritos criminais externos

Depois de conseguir a aprovação do conselho de ética comecei a ir à PEFOCE para conversar com as pessoas, ainda sem saber muito bem até onde poderia trafegar para conseguir dar conta das questões da pesquisa. Primeiramente procurei Sua Ovelha – eu refazia alguns passos executados anteriormente para a monografia – que perguntou se eu lembrava onde ficava a sala dos peritos criminais externos. Respondi afirmativamente ele disse que precisava resolver algumas pendências e que eu fosse para lá.

Entrei em uma sala cheia de gabinetes, alguns possuíam um computador em cima e apenas três dos gabinetes estavam ocupados. Do meu lado direito uma porta

que dava para uma salinha, onde estava o chefe dos peritos criminais externos. Percebi uma música que tocava baixinho Celine Dion, vinha da mesa de Seu Aldo um dos peritos criminais mais antigos da casa. Todos os peritos na sala estavam ocupados a digitar. Dei bom dia, sentei e esperei um tanto “travado” sem saber como prosseguir. Aquela sensação de “estar incomodando”.

Nós pesquisadores somos uns chatos curiosos e pior: “quanto mais chato mais eficiente no seu trabalho.” (BRAGA, 2000, pág. 45). Somos verdadeiros agentes causadores de desordem, nossa presença causa alteração e nosso papel é o de azucrinar “pessoas sutis com questões obtusas.” (GEERTZ, 2008, pág. 20). Retiramos as pessoas dos seus afazeres, para fazer com que pensem sobre si mesmas, reflitam sobre seu trabalho, sobre a vida, reorganizando suas “impressões do passado” (LE GOFF, 1994). Queremos que elas falem o que normalmente não se fala é um processo difícil “contar a própria vida nada tem de natural.” (POLLAK, 1992, pág. 15). Some-se a isso nosso receio de fazer uma pergunta errada ou que seja mal interpretada, aquela que resulta em várias portas fechadas (BRAGA, 2000, pág. 46). Bom mesmo é quando se encontra alguém disposto a falar e falar muito e esse era o tipo de pessoa que Seu Aldo era.

Quando percebi que ele – Seu Aldo – havia acabado o que estava fazendo, (re)apresentei-me falando que já o conhecia e que havíamos conversado quatro anos antes para a, na época, monografia. Ele se lembrava de mim. Expliquei acerca da pesquisa e se poderia conversar sobre o seu trabalho, ele aceitou e começou a responder meus questionamentos, em tom quase professoral.

O perito criminal externo é aquele que, na PEFOCE, tem o primeiro contato com o morto. Esse fato é interessante para começar a entender o percurso que esta vítima faz, pois além do percurso físico – seu traslado feito pelo rabeção – é ali, onde esse corpo foi encontrado, que ele começa a ter sua outra existência – a “*post mortem*” – gerada: na dor sentida por parentes que estejam no local e na documentação que é preenchida pelo perito.

Seu Aldo me contou que a CIOPS – Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança liga para a PEFOCE – para o setor de peritos externos – quando tem alguma ocorrência que resultou em morte. Vale ressaltar que nos casos de homicídio os peritos criminais que são acionados são aqueles que ficam locados na

Divisão de Homicídios, localizada no Bairro de Fátima; os peritos criminais externos locados na PEFOCE são chamados nos outros casos de mortes não-naturais e de causas misteriosas, mas independente do perito criminal que seja acionado, a vítima será levada para a PEFOCE.

Quando chega ao *local do fato* o perito criminal conversa com aqueles que primeiro chegaram ao local – os policiais que já isolaram a área e o delegado – para começar a entender o ocorrido. Aqui vale ressaltar que existem casos em que o lugar onde o corpo é encontrado – *achado de cadáver* – não corresponde ao local onde o crime ocorreu. Começa então seu trabalho de observação naquele espaço de morte. Um dos objetivos do perito é “estabelecer a dinâmica dos fatos” saber como as ações se desenrolaram até resultar naquela morte – como se estivesse a montar um filme “de trás pra frente”.

Enquanto Seu Aldo faz uma pausa para conversar com um colega que acabara de entrar no recinto, percebo na parede uma placa afixada com os seguintes dizeres: **“Na Perícia, é necessário abrir os olhos e fechar os ouvidos.”**. Posteriormente pesquisei no google e vi que a frase supracitada é de autoria de um médico legista argentino chamado Nerio Rojas (1890-1971) que escreveu um “decálogo” contendo o que seriam os “mandamentos” do perito criminal. A frase da placa evoca um elemento que se mostrou recorrente nas falas dos peritos criminais, médicos legistas e peritos auxiliares: a importância de se “ver”.

Esse “ver” não é o mesmo olhar de um curioso, da mesma forma que Geertz ilustrou que piscadelas podem ter significados variáveis dependendo da cultura (GEERTZ,2008). O olhar do perito passou por uma “domesticação teórica” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1998) tornando-se ferramenta que perscruta o local de crime procurando detalhes e vestígios, que passariam despercebidos para outras pessoas, independente do alvo desse “olhar treinado” – no caso, para o perito esse alvo é o local da ocorrência – ele será apreendido “pelo esquema conceitual da disciplina formadora” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1998. Pág. 19) dessa forma de ver a realidade. É preciso “*ficar atento*” me disse o perito Sr. Ronaldo: “ *o local de crime é como um livro, que o perito deve ler com bastante atenção, mas diferentemente do livro, a cada página virada não dá pra voltar.*” Um caso que ilustra bem essa

ferramenta “olhar”, por parte do perito, me foi narrada em outra ocasião pelo próprio Seu Aldo, que disse se tratar de um caso muito marcante para ele:

O local estava bem preservado, fechado, as pessoas não tinham acesso [era um quintal]. Se tivessem acesso talvez até tivessem mascarado algum vestígio. (...) então diante dos fatos eu comecei a analisar, vi as lesões, vi a posição da criança, vi que ela tinha algumas “escoriações de placa” – que são escoriações de projeção, de arrastamento. Então eu comecei a deduzir que aquele local não teria sido o local da morte, seria o local de projeção da vítima ou de remoção para aquele local. E quando eu comecei a analisar eu percebi que no muro contíguo à essa residência existiam alguns filetes de sangue, isso quer dizer exatamente: de cima do muro para baixo, aqueles filetes, escorrimento. Então, eu, diante dessas manchas que são incompatíveis com a posição que o corpo estaria, eu subi [o muro] e sim, aí visualizei, que tinha uma mancha do outro lado com uma concentração de sangue. E essa concentração me fez deduzir que a garota teria sido agredida ali naquele local que existia uma grande concentração onde ela permaneceu inerte e quando ela foi projetada por cima do muro, claro, o sangue ainda jorrava ou saindo pela lesão, escorreu no muro. (Seu Aldo)

. Então, a partir de um olhar que “sabe o que procurar”, Seu Aldo conseguiu ver além das primeiras impressões. Esse treinamento pode ser entendido como um processo disciplinar que os molda e “... permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” (FOUCAULT, 2010, p.133).

Durante seus procedimentos de investigação o perito criminal vai verificando o corpo da vítima procurando marcas, perfurações e outros sinais que o ajudem na reconstrução da ordem dos fatos ocorridos. Ao mesmo tempo o profissional vai anotando tudo em um “Formulário para perícia de crime contra a vida.”.

O perito “vai examinar a parte extracorpórea e o médico legista a intracorpórea” (Seu Aldo) nesse formulário consta o tipo de ocorrência – se foi homicídio, acidente de trânsito, suicídio etc, o número do laudo e da CIOPS, data, horário – o da chamada e o do atendimento, nome do delegado e do policial no local – juntamente com o número de sua matrícula e o endereço. Além dessas primeiras informações o perito irá informar a situação do local da ocorrência – se estava preservado, parcialmente preservado ou não preservado, as condições climáticas e iluminação – se havia iluminação natural e (ou) pública.

Neste ponto, começa o registro do morto, propriamente dito – já que antes só teríamos o tipo de ocorrência e o número do laudo. O perito anotarà – se houver – o nome, o RG, CPF e data de nascimento da vítima e descreverá de forma detalhada

e objetiva a posição em que esse morto se encontrava e quais as vestes que ele utilizava. Logo após essa parte ele descreverá o local, possíveis armas encontradas e outros vestígios.

Na parte inferior do formulário, consta uma série de desenhos do corpo humano – cabeça, braços, pernas, etc – para que o perito assinale os lugares que continham hematomas, arranhões, perfurações e outros sinais encontrados no morto. Esse laudo do perito pode ser consultado pelo médico em caso de dúvida ao realizar a necropsia e se mesmo assim ficar alguma dúvida para se esclarecer a *causa mortis* o perito pode ser chamado pelo médico legista para que narre os fatos da cena do crime.

Em alguns *locais do fato* o trabalho do perito se torna mais difícil. Um quarto de um apartamento onde ocorreu um suicídio, apesar do “clima pesado” do ocorrido, é bem mais tranquilo do que cenários abertos como um atropelamento ocorrido em uma via de grande tráfego ou um homicídio que ocorreu em via pública. A dificuldade também se estende a quão preservada a cena da ocorrência está, já que em uma cena que não foi preservada o perito não conseguirá saber o que foi adulterado e aquilo que está intocado na cena, podendo fazer com que incorra em erro. Outro elemento que deve ser levado em consideração é o morto.

Dependendo da natureza da morte e da identidade da vítima o perito poderá ser afetado. Em conversas com Seu Aldo, Almir, Seu Ovelha e Sr. Ronaldo, percebi que alguns tipos de morte e morto ainda os atinge – para alguns é quando o caso envolve alguma criança que foi violentada e morta, para outros lidar com um caso de suicídio pode causar um desconforto maior. Ocorre que, ao longo da carreira, esses profissionais acabam por “aprender a lidar com a morte dos outros.”, a morte é um fato do cotidiano, operando o que poderíamos chamar de uma espécie de “disciplinamento das emoções”. Esses profissionais forenses que tem de lidar com a morte “mascaram” seus sentimentos diante da cena de um crime “... é preciso ter foco. Algumas cenas podem até afetar mais do que outras, porém o foco é realizar o trabalho da melhor maneira possível.” (Sr. Ronaldo).

Quando realiza seu trabalho em um *local de morte* o perito muitas vezes se depara com demonstrações de sentimentos de tristeza, cólera, indignação ou mesmo medo por parte daqueles que se encontram ao redor do morto – além da

área isolada. Esses sentimentos exprimidos variam de proporção entre as pessoas – sendo muitas vezes, mas não obrigatoriamente, expressados de maneira mais intensa pelos parentes mais próximos (MAUSS, 1979). A morte que desencadeia a “desordem” (BALANDIER, 1997) espera em contrapartida uma reação dos presentes – uma “expressão obrigatória dos sentimentos” onde:

A pessoa, portanto, faz mais do que manifestar os seus sentimentos ela os manifesta a outrem, visto que é mister manifestar-lhos. Ela os manifesta a si mesma exprimindo-os aos outros e por conta dos outros. Trata-se de uma simbólica. (MAUSS, 1979 pág.332)

Para o perito espera-se algo diferente, sua profissão pede uma espécie de ato de reserva, que seus sentimentos naquele momento – por mais difícil que possa ser em algumas cenas – sejam guardados, contidos, internalizados com o objetivo de não interferir com seu desempenho profissional. Mesmo que posteriormente ele venha a sentir os efeitos dessa cena e dessa morte, no local de crime ele deveria internalizar tais sentimentos.

A atitude do ator diante da dor e inclusive o limite da dor ao qual reage estão ligados ao tecido social e cultural no qual ele está inserido, com a visão do mundo, as crenças religiosas que lhe são próprias, isto é, a maneira como se situa diante da comunidade de pertencimento (LE BRETON, 2006, pág. 53)

Além disso, em determinadas ocasiões o profissional forense é indagado por jornalistas acerca do caso em que esteja trabalhando e, nesses momentos, o perito responde de forma sucinta de tal maneira que não prejudique o andamento do caso e nem seu trabalho. O cuidado com o que se responde nessas horas também se deve ao fato de que ali o “dito” pelo perito é encarado não como uma fala individual, mas como a fala da instituição. Sobre esse “jogo de cintura” do perito em conseguir dar conta do local do fato, lidar com as reações de familiares e ainda falar com a imprensa Sr. Ronaldo disse: *“Aqui o perito que tem mens ciência, pega uma quenga de coco, junta com palha e faz um relógio”* – terminando com uma risada.

Depois de esquadrihar a cena em busca de vestígios que sirvam de prova para “enrobustecer” o laudo pericial, o perito conversa com a autoridade policial no local, para que este, finalmente, possa liberar o corpo para que seja removido e encaminhado para a PEFOCE, cujo traslado é feito pelo rabeção.

Da mesma forma que eu não poderia acompanhar de perto uma necropsia, também não poderia ir a uma ocorrência junto com o perito no veículo da PEFOCE.

Então eu deveria me fiar – nesta fase da pesquisa – nos ditos e não ditos dos peritos criminais tendo em mente que as memórias acionadas para responder às perguntas sofreriam as “... flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória.” (POLLAK, 1992, pág. 04).

Percebi que se eu continuasse ali – e aquele espaço, fosse me servir de “base de observação” – aconteceriam duas coisas: primeiro a pesquisa se daria de forma muito similar àquela realizada na graduação e segundo eu não conseguiria dar conta de sanar as inquietações que me acompanhavam. Procurei Dr. Altemar para conversar sobre seu ofício e [dei sorte?] o encontrei conversando com Seu Sidney dos auxiliares de perícia. Nos apresentou – e assim como com Seu Aldo falei que já havíamos conversado em uma pesquisa anterior – e pediu que ele conversasse sobre seu trabalho. Seu Sidney concordou de imediato e pediu que o acompanhasse. E assim tive adentrei o setor do necrotério e à sala do NUTAF – Núcleo de Tanatologia Forense.

Lá chegando, me apresentou a outros auxiliares que estavam na sala e falou sobre minha pesquisa “Esse aqui é o Breno da UFC, veio fazer uma pesquisa sobre o nosso cotidiano e sobre a morte.”. Naquele momento era e não era exatamente sobre isso, mas não interrompi, afinal deve-se conversar com os sujeitos da pesquisa sobre aquilo que eles querem dizer, como bem observou Evans-Pritchard entre os Azande (1978), não insistir com os assuntos que interessam ao pesquisador. Com o tempo isso vai surgindo em suas próprias falas.

Sentei em uma cadeira no canto da sala.

2.2 “No lugar onde a dor é visível.”

O setor do necrotério da Perícia Forense do Estado do Ceará possui duas entradas: um acesso interno e um externo e apenas uma janela. Sempre utilizei esse acesso interno, pois eu primeiro passava na sala da COMEL – Coordenadoria de Medicina Legal, para que uma das secretárias me levasse até o necrotério ou me liberasse para que eu fosse sozinho.

Com algum tempo em campo, minha forma de acesso mudou: eu chegava pela entrada principal da PEFOCE e, ao invés de falar com as atendentes dos

balcões eu me dirigia para o lado direito, perguntava por Cleonice ao segurança – e aqui vale ressaltar que todos os seguranças do prédio são funcionários terceirizados. O funcionário me pedia para aguardar, pois iria ver se ela se encontrava na sala. Certa vez um dos seguranças perguntou se eu estava ali para fazer algum reconhecimento de cadáver, respondi negativamente, disse que estava ali para uma pesquisa com o pessoal no necrotério, ao que o segurança diz “Ah, você quer ir lá pro aquário né?”. Já quase no final do trabalho de campo, quando era um segurança que eu já havia me identificado outras vezes, apenas dava oi, dizia para onde ia e adentrava na sala do Acolhimento Familiar.

Lá chegando normalmente acontecia uma dessas situações: Cleonice me levava até o necrotério, Cleonice ocupada me pedia para esperar e depois me guiava ou Cleonice dizia que “os meninos [auxiliares de perícia] estão tudo lá dentro” e me deixava ir só.

Cleonice foi uma das minhas principais interlocutoras em campo, é agente administrativa locada na sala dos auxiliares de perícia – sala do NUTAF – que fica localizada no setor do necrotério, mas que fica em trânsito constante entre lá e a sala do acolhimento familiar. Dentre as funções que desempenha a “guardiã da geladeira” como se auto intitulou, está a de ser responsável pelo controle e registro dos corpos que entram e daqueles que saem das geladeiras – câmaras frigoríficas – do necrotério. Ela também cuida da documentação de corpos desconhecidos, dos corpos não reclamados e daqueles cuja documentação esteja pendente para serem liberados.

O segurança havia me pedido para esperar e saiu logo em seguida, conferi a hora. E então o silêncio foi quebrado.

Um choro.

E é era chorar de desespero.

Olhei para o lado e vi um grupo de umas três pessoas que circundavam uma mulher que devia ter a minha idade (33) e ela estava inconsolável.

“Eu quero a minha filha!” gritava ela.

Um dos homens tentou segurá-la, mas ela se desvencilhava e o choro ficava mais intenso, pesado, quase como se me acertasse com um soco. Fiquei com um nó na garganta. Posteriormente, naquela mesma manhã, soube que a filha daquela mulher morrera afogada.

Cleonice apareceu e me pediu para entrar na sala do Acolhimento Familiar.

Este setor funciona como uma ponte, ele fica responsável por receber os familiares de um morto, é onde a família fornece a documentação necessária para que o morto possa ser liberado e é neste setor que os familiares retornam depois para receberem a declaração de óbito do parente falecido. Mas principalmente, é pelo Acolhimento Familiar que os familiares adentram para fazer o reconhecimento cadavérico.

O reconhecimento acontece da seguinte forma, os familiares conversam com o funcionário do setor, munidos do nome do falecido e algum documento que comprove o parentesco com a vítima, já que não é qualquer familiar que pode fazer esse reconhecimento ou dar conta da documentação para liberação do cadáver – normalmente pai, mãe, irmãos e filhos. O funcionário do acolhimento liga para o necrotério e informa qual morto deve ser preparado para o procedimento.

Lá dentro do necrotério, pude acompanhar alguns desses reconhecimentos – à distância. Um dos funcionários, terceirizados – que são responsáveis por executar serviços mais gerais de limpeza, colocar e retirar cadáveres da geladeira, mostrar o morto para o procedimento de reconhecimento e colocar cadáveres em cima da maca – tira o morto da geladeira, coloca-o em cima da maca e o cobre com um lençol hospitalar. Traz a maca para perto da janela de vidro que existe no necrotério e a dispões em paralelo. Depois disso, ele avisa por meio de um interfone que já está tudo pronto. Do outro lado o funcionário do acolhimento traz um, no máximo dois, dos parentes para dentro do corredor e param diante da janela de vidro. Dentro do necrotério o funcionário levanta as persianas da janela, descobre a cabeça do morto até a altura do peito. O parente faz o reconhecimento, fecham-se as persianas e o morto é levado de volta para a geladeira.

Kátia, uma das funcionárias do acolhimento me falou que esse procedimento de reconhecimento é até rápido, mas que já aconteceu de um familiar “não aceitar”

que ali é o parente morto que está em cima da maca, mesmo que esse morto já tenha sido devidamente identificado pelos procedimentos forenses. Existem casos de familiares que, de acordo com Kátia, já chegam conformados com a perda e utilizam-se de justificativas como “... mas ele era envolvido com drogas mesmo” ou uma que eu escutei, dita por uma senhora que se encontrava lá “...mas ele era bêbado de rua mesmo.”. Kátia falou inclusive de familiares que chegam a se sentir “aliviados” com a perda do parente.

A respeito da janela do necrotério vale dizer que ela é um acréscimo arquitetônico relativamente novo, pois data do primeiro semestre de 2013. Antes disso o percurso feito para se reconhecer o cadáver era bem mais complicado, o funcionário deveria sair do prédio com os familiares, passando pelo estacionamento lateral – onde ficam os rabecões e carros de alguns funcionários, até adentrar no setor do necrotério pela mesma entrada utilizada para se trazer os cadáveres para dentro da instituição. Todo esse procedimento, de acordo com Cleonice: “*É, era muito ruim! Eu tinha de dar toda uma volta por fora do prédio com os familiares. Vivia doente por causa disso. Quando encontrei o Dr. Maximiano [nome real do perito geral] praticamente implorei de joelhos para que ele resolvesse o problema.*”. Havia outro problema nessa época, não existia nada que separasse o morto do familiar, nada que o impedisse de, como me disseram que acontecia, em um rompante emotivo o familiar se agarrasse ao morto sem querer soltá-lo, tendo de ser retirado dali à força.

Bem, esse pequeno elemento na arquitetura do necrotério é muito revelador da ideia de tabu da morte, já que isso torna o espaço onde estão os mortos cada vez mais isolado. As persianas ficam sempre fechadas, sendo abertas apenas no processo de reconhecimento cadavérico e logo depois é baixada novamente. O acesso é restrito ao que trabalham diretamente com o morto, aos poucos funcionários do acolhimento e estudantes de medicina, que devem agendar sua visita antes. Não dá para se ver o que ocorre lá dentro – é onde reinam o segredo dos mortos e seus efeitos.

É no Acolhimento familiar que se fica “diante da dor dos outros” (SONTAG, 2003) como a mulher que chora a perda da filha, alguns familiares chegam ali no seu limite, o corpo quase a não aguentar o peso dessa perda. Outros chegam

conformados, mas a tristeza está no corpo que se contrai, no estar cabisbaixo e não olhando para o funcionário, miram “um não estar ali”. E é difícil estar ali, pois a dor do outro incomoda, ela nos deixa uma sensação de impotência, em que não sabemos como agir. Para quem perde alguém próximo, esse morto que era:

...ayer todavía, objeto de mi ternura desesperada, expresa adecuadamente esta ambivalência: en tanto que él está ali, yo sigo ligado extrañamente a el y sin embargo el outro amado es/há desaparecido. Su cuerpo inerte, frio, sin sonrisa ni palabra, me lo recuerda a cada instante y sin embargo me invade com su presencia. No obstante, este cuerpo va a escapárseme por completo muy pronto: deja ya de ser cuerpo-humano al aparecer los signos precursores de la tanatomorfosis. Dejará pronto de ser mío y para mí, cuando el empleado de pompas fúnebres lo dissimule para siempre jamás em el ataúd, y después de algunas horas em el fondo de la fosa. (THOMAS, 1983, págs. 279-280)

A dificuldade em saber lidar com esse momento tão difícil, se deve ao fato de, na modernidade, não se pensar na própria mortalidade e na dos seus entes mais queridos. O luto passou por um processo que o encurtou (ARIÈS, 2001) onde não “é de bom tom” sofrer tanto pelos que se foram. Um luto prolongado podendo ser interpretado como alguma enfermidade psíquica – como se achassem que a dor fosse algo sentido de igual maneira por todos.

2.3 “O Aquário”

Quem adentrar o setor de necrotério entenderá porque algumas pessoas o chamam de aquário: suas paredes são de vidro, excetuando a sala de raios-x. Enquanto que de fora nada se vê do que existe ali dentro, o interior do necrotério – excetuando-se algumas partes – pode ser visto sem maiores problemas mesmo com as paredes de vidro. É como se, ali dentro, a dimensão do segredo ficasse em suspenso, já que se encontram apenas as pessoas que detém o “saber perito” (GIDDENS, 1991) de lidar com os mortos. Ao mesmo tempo, as paredes de vidro facilitam a “observação do outro”, além de o “Olho do poder” (FOUCAULT, 2011) se encontrar presente por meio de várias câmeras instaladas no local.

Eu ficava dentro da sala do Núcleo de Tanatologia Forense – NUTAF e de lá conseguia ver até quase o outro extremo do espaço – inclusive ver o desenrolar de procedimento de necropsia, ao longe, não enxergava tudo, mas conseguia entender muito dos procedimentos. Para se chegar ali passei por duas portas e na segunda delas existia uma trava, com sistema de identificação facial – mas que não havia sido ativado até o término do trabalho de campo.

Ao passar pela segunda porta à direita fica a sala do NUTAF, dentro desta sala existem dois birôs, cada um com seu computador, em um deles fica Cleonice ou Dona Núbia, dependendo da escala e quem fica no outro é Seu Sidney. Claro que, e momentos de tranquilidade, quando não haviam necropsias a serem realizadas, os outros auxiliares utilizavam os computadores para checar e-mails e outras coisas. Complementam os objetos da sala um bebedouro – estilo geláguia – um armário pequeno e quatro cadeiras – além das que acompanham os birôs.

Um elemento que me chamou atenção foi o fato de que no necrotério existe uma imagem de Jesus crucificado pregada na parede, ao passo que existe, na parede do acolhimento familiar, uma imagem de Jesus, mas ressuscitado. Quando eu perguntei sobre isso a Seu Sidney ele dispara: *“Em tese nós somos um país Laico.”* – e sobre as imagens complementou – *“isso é coisa do Perito Geral.”*

Ao lado da sala do NUTAF fica a primeira ala reservada para a necropsia, um grande salão com três mesas de necropsia feitas de aço inox, com pia, mangueira e sistema de aspiração e iluminação adequada, junto à cada uma das mesas encontra-se um grande balde plástico com tampa, utilizado como lixeira. É importante salientar que esta área espaçosa possui apenas três mesas por conta de serem utilizadas para aulas de necropsia, no alto do salão percebe-se que existe uma abóbada. No andar superior fica uma sala utilizada pelos alunos de medicina e enfermagem para acompanharem as necropsias. É nesta parte do necrotério onde se encontra a janela de vidro, com as persianas sempre fechadas, que é utilizada para o reconhecimento de cadáver. Indo por detrás da sala do NUTAF se chega à sala de raios-x.

Do lado oposto à sala de Raios-X chega-se à ala onde se realizam as necropsias, diferentemente da área anterior onde havia apenas três mesas, cujo intuito era o de serem usadas em momentos de aulas de necropsias, neste outro espaço temos 16 mesas – do mesmo modelo das descritas anteriormente. Na parede do lado esquerdo vários armários guardam os estoques de material – luvas, máscaras, lençóis etc. Do lado oposto ao que viemos existe uma saleta com tv – um ambiente para descanso – e a continuação do “caminho” para as outras áreas do setor.

Na próxima parte temos um corredor onde ficam os cadáveres recém-chegados, alguns ficam cobertos, até que todo o registro seja feito e depois sejam levados para a realização das necropsias – o cheiro de sangue é bem forte nesta área. Do lado esquerdo fica uma das geladeiras, uma grande câmara frigorífica, com capacidade para 50 corpos, que ficam em armários de metal dentro de sacos pretos, é um lugar com um estranho cheiro “... junto com o ar frio que sai desse congelador de corpos, chega o odor azedo de carne não tão fresca.” (MEDEIROS, 2014, pág. 85).

Balthazar me contou que certa vez, um dos auxiliares de perícia, entrou na geladeira e a porta fechou-se – quando isso acontece a luz no interior da geladeira desliga automaticamente. Lá dentro – em desespero – o auxiliar começou a gritar por socorro, até que outro colega escutou “aquele barulho de alguém batendo longe” e foi abrir a porta. O problema, segundo Balthazar, foi que o auxiliar ficou nervoso, pois quando instalaram a geladeira, os técnicos, ensinaram acerca de todo o seu funcionamento, principalmente acerca da possibilidade de se ficar preso dentro dela – existe um botão interno que destrava a porta, quando a luz é deligada, uma luzinha vermelha acende acima desse botão, para ajudar em sua localização. Essas informações são passadas para os auxiliares novatos e funcionários da limpeza também. Continuando, vê-se a sala do papiloscopista, cuja função é registrar as digitais dos cadáveres que chegam à PEFOCE. Neste ponto já é possível ver a outra entrada-saída, pela qual os cadáveres adentram a instituição. Se sairmos por ela, estaremos no estacionamento onde ficam os rabeções. Mas antes, existe mais um lugar a ser descrito.

Além da geladeira já descrita, existe outra, menor, com capacidade para apenas seis corpos, ela é reservada para os corpos que estejam em estado de putrefação. Ao lado desta geladeira fica uma sala, com uma mesa de necropsia no centro, utilizada para os procedimentos que envolvam este tipo de cadáver.

Pelo NUTAF trafegam médicos-legistas – que normalmente vem para realizar as necropsias e depois voltam para sua sala, que fica ao lado da sala da COMEL e vários auxiliares de perícia que, de acordo com Bartô:

A gente é auxiliar de perícia e o meu cargo a gente atua em todas as coordenadorias da PEFOCE, certo, eu, no meu caso, estou lotado na COMEL, que é o antigo IML – Coordenadoria de Medicina Legal. E a gente

faz basicamente o trabalho do auxiliar; o auxiliar tem outras funções aqui na COMEL, desde a entrada do corpo, o registro, ficar responsável pela guarda, a entrega, a liberação dos cadáveres, o atendimento às famílias no acolhimento familiar, ajudar no reconhecimento, na identificação dos corpos por meio fotográfico, também papiloscópico, tudo isso é função do auxiliar. O meu especificamente eu fico locado no NUTAF – Núcleo de Tanatologia Forense – no necrotério e eu faço necropsia. Faço necropsia juntamente com o médico. (Bartô – auxiliar de perícia)

Além deles, temos também os funcionários terceirizados: aqueles que ficam encarregados da limpeza – e também auxiliam os auxiliares no transporte de mortos no ambiente do necrotério, agentes administrativas que ficam lá e cá – seja no necrotério, acolhimento familiar ou onde mais precisarem ir para solucionarem questões relativas ao NUTAF e durante o dia também conta com a presença de um radiologista. É possível encontrar outros funcionários: representantes de empresas que possuem contrato com a PEFOCE – como os que fornecem o equipamento médico, peritos criminais do interior que tenham vindo à capital resolver alguma demanda. E em certas ocasiões também tem-se a presença de médicos visitantes bem como alunos de medicina e enfermagem que estejam ali para acompanharem uma aula de necropsia.

3. O TRABALHO COM OS MORTOS

A morte é um problema dos vivos. Os mortos não têm problemas.

Norbert Elias (2001, pág. 10)

Encontrado em flanelógrafos na sala da COMEL e na sala do Núcleo de Tanatologia Forense avisos onde se lê:

Nas necropsias é dada prioridade aos doadores de órgãos.

A necropsia visa dar informações à justiça e a família. A sua realização necessita de tempo para que se proceda a um exame detalhado.

A razão de ser do Núcleo de Tanatologia Forense é a perícia realizada em mortos vítimas de causas externas ou suspeitas, com o intuito de esclarecer a *causa mortis* bem como o de estabelecer o *modus operandi*. A necropsia é o “exame das três cavidades – cabeça, tórax e abdome” e é realizada por um médico-legista e por um auxiliar de perícia. Em alguns dias pude presenciar – à distância – a realização de vários desses exames, alguns bem demorados: “*Necropsia não tem prazo. Você pode terminar em quinze minutos, vinte, como também pode demorar horas. Ela não tem hora pra acabar, só pra começar.*” (Dr. Genival). Em certos casos mais delicados o médico-legista pode chamar outro colega para escutar uma segunda opinião.

Inicialmente eu tinha uma ideia errada de como eram realizadas as necropsias, isso se deveu muito ao costume de assistir seriados policiais americanos em que duas são mostradas de maneira bem diferente daqui: 1 – o médico-legista visitando o local de crime; 2 – o médico-legista realizando a necropsia. E até falei dessa impressão errada para alguns dos auxiliares de perícia:

Pois é, todo mundo pensa (risadas). Quando passei no concurso eu pensava também (mais risadas) aí descobri aqui. Eu não sei se alguém já te disse isso, dos novatos né, a gente entrou aqui de surpresa, a gente não sabia que ia fazer esse trabalho, no edital não dizia nada de que a gente iria fazer necropsia, de que a gente ia trabalhar no necrotério, dizia só que a gente ia “auxiliar o perito”. Aí a maioria de nós achava que era auxiliar o perito de rua, como se fosse o CSI que a gente vê, estar lá na cena do crime, aí você ajuda o perito, faz alguma coisa, bate foto, dirige o carro, alguma coisa desse tipo, eu achava que a ser isso, a maioria achava. E foi uma surpresa, durante o curso de formação, no primeiro mês que a gente descobriu, ninguém sabia o que ia fazer e foi uma surpresa assim, generalizada, teve uma menina que desistiu, mas a maioria ficou porque já

tinha passado por muita coisa do concurso e muita gente não tinha nada melhor pra fazer (Evaldo – auxiliar de perícia)

Cara é o seguinte, quando eu vim trabalhar aqui eu não sabia nem o que eu ia fazer, na verdade eu era comerciante e um amigo me convidou pra fazer o concurso e eu disse que não queria e tal, daí ele insistiu que eu viesse pelo menos pra participar com ele e eu vim me inscrever. A ideia que eu tinha do auxiliar, auxiliar de necropsia, era essa que a gente via na televisão: que ia à rua auxiliar o perito e tal e nunca disseram na verdade pra gente o que é que a gente ia fazer. (Balthazar – auxiliar de perícia)

No NUTAF o cenário é bem diferente, o médico-legistas tira fotos, observa, anota, preenche o que virá a ser o laudo e coordena a necropsia, pedindo para abrir ou ver determinada parte: *“Só é eu e o auxiliar, eu faço as minhas fotografias e anotações e vou discutindo comigo mentalmente.”* (Dr. Tavito – médico-legista). Na maioria dos casos ele não chega a tocar nos mortos – como no caso de cadáveres putrefeitos: *“É, acontece. Tem médico que mete a mão na massa, que faz também, tem médico que não chega nem perto, fica de longe anotando.”* (Bartô – auxiliar de perícia). Em contrapartida, o auxiliar de perícia fica encarregado de realizar o procedimento:

O nosso trabalho é o trabalho braçal ou seja, é receber o corpo, dar entrada, colocar na mesa, limpar, tirar as vestes, abrir o cadáver, verificar todas as lesões e descrever para o médico “Isso aqui foi atingido, isso e isso.”. Alguns médicos só confiam, você diz “olha um pulmão, o coração foi atingido.”, outros não, vão lá e querem ver. Então o auxiliar é isso: tem que mostrar tudo nos mínimos detalhes e tem que ter um certo conhecimento pra poder dizer “olha doutor, é isso aqui.” e ele só constata e confirma ou não. (Balthazar – auxiliar de perícia)

Isso me chamou a atenção acerca da própria formação dos médicos e dos auxiliares. Enquanto o médico possui uma formação de pelo menos seis anos, nos quais o lidar com o morto já é trabalhado desde as aulas de anatomia que é *“... o primeiro contato que o estudante tem com a morte (...) ele está vendo um corpo ali, não é a encenação da morte. É cadáver.”* (CONCONE, 1983, pág. 28). Diferentemente do que aconteceu com os auxiliares de perícia que não esperavam ter de lidar diretamente com necropsias e, mesmo que passem por um curso de preparação, o mesmo não tem a mesma duração do que a formação médica.

Isto posto, gostaria de trabalhar com a ideia de que, o lidar com os mortos por parte dos médicos-legistas, seria resultado de um *“habitus”* (BOURDIEU, 2004) da própria classe, adquirido durante a formação *“Na verdade, durante a faculdade, a gente é preparado pra isso...”* me falou Dr. Tavito acerca de uma preparação acadêmica que, de acordo com ele, não seria apenas voltada para *“salvar vidas”*

mas a lidar com situações de emergência em que o médico deve tomar uma decisão “...você não pode pensar que é um pai, uma mãe, que é um filho senão você não consegue resolver.”.

Já os auxiliares de perícia designados para as atividades de necropsia, depois de lidar com certo choque inicial – ou quebra de expectativa, já que seu trabalho será bem diferente do que pensavam – deveriam aprender a lidar com esse contato cotidiano com os mortos. Pode ser que estes profissionais acabem por desenvolver também um *habitus* “adquiridos através da experiência durável de uma posição do mundo [institucional]” (IDEM, pág. 158). Mas antes de terem esse “social inscrito no corpo” seria necessário desenvolver “estratégias” e “Isso supõe uma invenção permanente, indispensável para se adaptar às situações indefinidamente variadas, nunca perfeitamente idênticas.” (IBIDEM, pág. 81)

... a gente costuma dizer aqui que “esse trabalho é pra quem tem sangue no olho.” Realmente, só trabalha aqui quem aguenta. Às vezes o cara acha que aguenta, mas não aguenta. Porque é um trabalho insalubre, é um trabalho pesado – para o auxiliar de necropsia principalmente, que tem de puxar corpo, arrastar, virar, abrir corpo, tirar órgão, botar órgão, costurar, lavar. (Dr. Genival)

Dessa maneira ao se deparar com as demandas da profissão o auxiliar precisa se adaptar a esse novo lugar, observar e aprender com os auxiliares mais antigos – como se diz popularmente – “o caminho das pedras” para “reproduzir as propriedades que lhe permitem conservar sua posição, sua situação no universo social considerado” (BOURDIEU, 2004, pág. 87).

3.1 “No fim das contas eu estou ali só pra abrir e fechar.”

Balthazar colocou uma espécie de capote médico – cuja amarração fica na parte de trás, máscara cirúrgica e luvas. Pegou as ferramentas de trabalho que iria utilizar e as organizou em cima de uma mesinha ao lado da mesa de necropsia. Faca, bisturis, serra manual, serra elétrica – criticada por alguns pois produz muito “pó de osso”, linha, agulha para sutura e ao invés de um talhador de costelas – usado para abrir a caixa torácica – uma espécie de tesoura para cortar vergalhão de aço, quando perguntei o porquê, Evaldo me disse que ela possuía uma pegada mais firme.

Depois disso, o auxiliar de necropsia foi buscar o cadáver que esperava na parte onde ficam os “recém-chegados” ainda não necropsiados, trouxe o morto em uma maca de aço. O cadáver encontrava-se ainda sujo de sangue e vestido com um calção e uma camiseta. Ali perto Dr. Ribeiro arrumou-se para o procedimento.

Balthazar trouxe a maca até emparelhá-la com a mesa de necropsia. Demonstrando a experiência quem trabalha com isso já há vinte e três anos ele transportou o cadáver da maca para a mesa. Dr. Ribeiro se aproximou e Balthazar – utilizando-se da mangueira acoplada à mesa – começou a lavar o corpo, em seguida cortou as vestes do mesmo utilizando-se de uma tesoura e as colocou em um saco plástico. Começaram.

... ensinaram-me que os mortos falam. Aprendi, no fascinante cotidiano da perícia criminal, que é necessário perscrutar cadáveres com disposição e sensibilidade para ouvi-los atentamente, se queremos esclarecer os crimes dos quais foram vítimas. Diferentemente dos seres humanos vivos, eles não mentem, não trapaceiam, e relatam tudo o que um legista ou perito precisa saber (...). Um cadáver nos conta detalhadamente a história de um crime. Portanto, deve ser ouvido com muita atenção (...). É por isso que eu converso com os mortos. (PALHARES, 2007, p.320-321)

O primeiro passo consiste em conferir, utilizando-se do número de protocolo e pelo número de registro do morto, se aquele cadáver a ser examinado é o mesmo que foi solicitado – por meio de uma guia enviada pelo delegado. É bom ressaltar que nenhum exame na perícia criminal é feito sem solicitação de alguma autoridade – policial ou judicial. Depois disso, o segundo passo, consiste em examinar “os sinais de morte”, para fazer o diagnóstico determinar a natureza ou possíveis causas da morte – tanatognose – e em que fase o cadáver se encontra: *“Porque às vezes o corpo chega aqui em fases diferentes desse processo, pode ter morrido a 24hrs, 48 horas, cinco dias, dez dias depende e cada fase tem suas características.”* (Dr. Altemar).

O terceiro momento do procedimento é o exame externo do corpo, o médico-legista vai examinar o cadáver da cabeça aos pés procurando cicatrizes, tatuagens, lesões externas e possíveis sinais de violência como: *“escoriações, equimose, hematoma, orifício de arma de fogo, lesões de arma branca, enforcamento...”* (Dr. Altemar) – e todos estes elementos são anotados no laudo. O próximo passo é o

exame interno, cujo termo utilizado é o de “exame das três grandes cavidades” – respectivamente: cabeça, tórax e abdome – no qual as áreas citadas serão abertas para procurar sinais de violência:

Abre a cabeça, corta o couro cabeludo, serra a calota craniana, retira a calota que foi serrada; olha, examina e retira o cérebro, vê como está cérebro e cerebelo e vê se tem fratura ou, se foi lesão por arma de fogo, se tem projétil dentro da calota, na cabeça e, se tem lesão, que lesão foi produzida. Examina boca, pescoço, se tem alguma lesão no pescoço – às vezes a causa da morte é sufocação por corpo estranho. Examina o tórax: os dois pulmões, coração. E o abdome: se tem lesão no fígado, baço, rins, bexiga. E se for mulher verifica-se o útero, se estava grávida e descreve todas as lesões, (...) Se for acidente [de trânsito] obrigatoriamente a gente coleta sangue para ver a dosagem de álcool e em algumas situações coleta também urina para exame toxicológico. Se for uma morte de causa indeterminada a gente coleta também fragmento de vísceras, conteúdo do estômago, por exemplo, no caso de suspeita de envenenamento e manda esse material para o laboratório. (Dr. Reginaldo – médico-legista)

Depois de todo esse procedimento o médico-legista – se não tiver mais nenhuma dúvidas – libera o corpo para ser devidamente fechado pelo auxiliar de perícia.

... as lesões que a gente produziu elas são reparadas, são suturadas. Não existe obrigação de reparar lesões que o cadáver chegou aqui, digamos que em um acidente ele teve uma lesão em determinada parte do corpo, a gente não tem a obrigação de suturar essa lesão. Na maioria das vezes os auxiliares de necropsia por questão de gentileza, de humanidade eles dão uma “ajeitada” né. Mas a nossa obrigação é fechar, reparar as lesões que a gente produziu. (Dr. Reginaldo)

Após o procedimento de necropsia, o médico termina de preencher o laudo, assina um documento de liberação do cadáver no qual o médico notifica que aquele corpo já poderá ser entregue à família. Além do laudo o médico-legista produz outro documento, a declaração de óbito. Dr. Altamar atentou para o fato de que, em casos de morte violenta, apenas o médico-legista pode assinar tal declaração, mesmo em casos onde a pessoa tenha sofrido um acidente ou choque elétrico, por exemplo, tenha sido internada posteriormente venha a falecer no hospital. Pode ocorrer, dependendo da complexidade da perícia, de o médico-legista entabular uma discussão com outros colegas de profissão acerca das informações contidas no laudo. Posteriormente o documento emitido pelo médico se juntará ao laudo pericial feito pelo perito criminal, aos exames que foram solicitados ao laboratório forense e – se for o caso - as imagens geradas pelo exame radiográfico.

É interessante se pensarmos em todo o procedimento de necropsia como parte de um “dispositivo de produção” de um tipo de sujeito (COURTINE, 2013). A necropsia é um exame, mas desse exame não se extrai “apenas” uma *causa mortis*, podemos pensá-lo como um “... controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados.” (FOUCAULT, 2010b, pág.177). E como o exame ele também possui um caráter “ritualizado” em uma reunião de elementos cerimoniais do “... poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade.” (IDEM).

Essas características ficam ainda mais evidentes nas aulas de necropsia realizadas no necrotério.

3.1.1 Necropsia didática

Alguns médicos-legistas também são professores em algumas faculdades, é costume entre eles trazerem seus alunos para acompanharem uma necropsia de perto: *“A gente vê a teoria na sala de aula e quem quer vir para uma visita aí a gente traz um número pequeno de alunos que é pra ter proveito né na aula prática. Aí a gente traz um grupo com cerca de dez alunos.”* (Dr. Reginaldo – médico-legista). Os alunos de medicina gozam de certa liberdade de acesso ao NUTAF, tendo apenas que agendar sua visita. Pode ocorrer também de um médico que não costuma trazer alunos “participar” como professor devido a uma espécie de convênio entre a PEFOCE e algumas faculdades, como me relatou Dr. Ribeiro enquanto se preparava justamente para começar uma dessas aulas *“Caiu no meu dia por acaso mesmo”*.

Antes de assistirem à necropsia os alunos fazem uma visita guiada por todo o setor do necrotério, esta função de guia normalmente é desempenhada por Cleonice ou algum auxiliar de perícia. Pude acompanhá-los em uma dessas vezes – eram alunos de enfermagem. Mostraram as mesas, seguiram com os alunos para a área dos mortos recém-chegados, depois abriram a geladeira para que pudessem entrar e verem como os corpos são armazenados – e aqui pude perceber alguns alunos espantados com o que viam. Quando chegaram próximos da área dos cadáveres putrefeitos pude escutar vários comentários sobre o odor daquela parte. O fedor ficou acentuado em certo momento quando um dos auxiliares falou *“E ali é onde é preparado o ‘cozidão’, que consiste em cozinhar um putrefeito para limpar os ossos,*

pra ficar só a ossada, para poder ser examinada.” Seguiram para assistirem à necropsia.

Nesse dia os alunos seguiram para o andar superior acompanharem a aula de necropsia através da abóbada – fiquei na sala do NUTAF para acompanhar mais de perto. Mas já percebi que algumas vezes os alunos, quando são poucos, acompanham a aula ao redor da mesa de necropsia.

A grande diferença entre uma aula e uma necropsia “normal”, além de ser um processo mais demorado, é o seu didatismo:

“o problema é que tudo que você vai fazendo vai explicando, ela é mais demorada, tudo que você faz vai mostrando e para também pra ouvir a dúvida do aluno.” (Bartô – auxiliar de perícia).

A diferença, quando eu trago os alunos é que eu tenho que ser mais didático, eu vou mostrando os achados e vou dizendo “por que aconteceu isso?” “veja essa alteração aqui, o que isso significa?”. Você mostra os principais achados e o que eles vão ter que identificar quando eles estiverem atuando profissionalmente como não-peritos, como médicos. (Dr. Tavito – médico-legista)

Sobre a participação dos médicos nessas aulas, pode acontecer – mesmo que, segundo alguns auxiliares seja algo raro – de o próprio médico-legista fazer alguns dos procedimentos da necropsia *“o médico que nunca mexe quer mexer no corpo, pra manter essas aparências né.”* (de um auxiliar) – aparência de que, para a maioria das pessoas “lá fora”, seria o médico-legista aquele que realizaria todo o exame de necropsia.

3.2 Radiologia.

É uma sala pequena e a máquina de raios-x ocupa muito do espaço. “Nem o IJF tem uma máquina tão moderna quanto a nossa.” – comenta certa vez Dr. Genival. Na época em que fiz pesquisa de campo, ela – a máquina – estava apresentando um problema de superaquecimento, ao chegar à temperatura de 35° a máquina desligava. Seu Sidney e Marlon prepararam um ofício para o coordenador da COMEL relatando o problema, para ver se acelerava o processo de conserto “... porque ninguém quer ser responsável pela perda de uma máquina que custa cerca de 80.000 reais.” – explicava Seu Sidney.

“O serviço de radiologia se faz necessário – eu sou técnico em radiologia – aqui na PEFOCE basicamente em todos os homicídios por armas de fogo. Na verdade, a radiografia, serve tanto para evidenciar a quantidade de projéteis que ficam alojados no corpo e facilitar o serviço do auxiliar de perícia e do médico-legista. Esses projéteis são retirados e encaminhados para a balística. E com a radiologia facilita muito; diminuindo o tempo de exame e o trabalho do auxiliar de perícia.” (Marlon)

Além dos corpos das vítimas de armas de fogo, também são realizados exames em corpos putrefeitos e em ossadas. Todas as imagens geradas pelo exame acompanharão o laudo feito pelo médico-legista. É um documento de uma parte – ou mais – do morto, imagem dos resquícios de um crime, uma “forma compacta de memorização (...) um dos suportes ao mesmo tempo material e físico da cultura visual de nossa sociedade.” (SONTAG apud. COURTINE, 2013, pág. 157) – como no dito popular: “uma imagem vale mais que mil palavras”. As imagens do exame de raios-x não são assinadas, como me explicou Marlon, mas como são feitas por um processo digital, ficam gravadas no sistema, com a hora e a data, o que, em caso de necessidade, pode identificar o radiologista que as realizou.

Certa vez eu estava na sala do NUTAF escrevendo algumas observações em meu caderno de campo. O silêncio reinava por ali, Seu Sidney estava em reunião, Cleonice disse que ia resolver algumas pendências no setor do acolhimento familiar e uma necropsia ocorria no outro extremo do espaço – não dava pra ver muito e nem ouvir nada até que uma cantoria corta o silêncio:

“Fogo pagou, fogo pagou, fogo pagou... tem dó de mim. Fogo pagou, fogo pagou, fogo pagou... é sempre assim. Todo mundo lamenta a desgraça que a gente passa num dia de azar. Mas se disso tirar bom proveito sorrir satisfeito fingindo chorar.”

Marlon cantarolava a música de Luiz Gonzaga enquanto empurrava uma maca trazendo um cadáver para o exame de raios-x. Por várias vezes presenciei essa parte do procedimento de radiologia, Marlon e Ramon, o outro radiologista com quem conversei, traziam o cadáver em uma maca, normalmente o corpo estava desnudo, em alguns casos o corpo apresentava algumas partes abertas – cabeça, tórax ou abdome – que demonstravam que o cadáver passava pelo exame necroscópico e fora trazido para exame a pedido do médico. Algumas vezes os cadáveres estavam dentro de sacos pretos, se tratavam de casos de mortos carbonizadas ou putrefeitas.

Quando perguntado sobre a questão de como é trabalhar com “tanta morte” Ramon ressalta o profissionalismo e de que exercer essa atividade ali, fez com que aprendesse a conviver melhor com as pessoas “lá fora”. Quando perguntei sobre o morto para Marlon este me respondeu que:

“O cadáver né.... o que.... [PENSATIVO] na verdade, quando eu chego assim pra assumir o plantão eu costumo entrar por dentro do necrotério [se referindo à entrada utilizada pelos peritos que trazem os mortos do rabeção] e, a primeira coisa que eu penso sempre, é que todos eles estavam vivos no dia anterior. Isso é o que me deixa assim... mais encucado, na verdade. E ali eles estão inertes, um objetos né, parados... e isso me impressiona bastante né, o fato de pensar isso. E o morto, resumindo é... um ser inanimado, uma espécie de objeto.” (Marlon)

A sala possui mais duas entradas que levam para as respectivas saletas: uma que contém um birô, com um computador e algumas cadeiras, um espaço que pode ser utilizado pelo médico para concluir seus laudos, servir de espaço para conversas entre peritos auxiliares e por vezes era o lugar onde ficavam a garrafa de café e as coisas da “merenda” – bolo, bolachas, pão, margarina; a outra saleta é a sala de descanso dos auxiliares, contém cadeiras do tipo espreguiçadeira e um armário roupeiro para guardar volumes.

3.3 “Tu viu? Acabou de chegar um de raça!”

Ao longe percebi que Marlon empurra uma maca “mais um morto pra fazer exame de raios-x” – pensei. De repente um odor pesado invadiu o ambiente, notei que o cadáver muito diferente dos que eu já havia visto, exibia uma coloração que misturava marrom com um tipo de esverdeado, a pele parecia brilhar e o abdome aparentava que estava prestes a explodir. Era um “podrão” e de “raça”.

A alcunha “podrão” é utilizada pelos auxiliares de perícia para se referirem aos cadáveres em estado de putrefação avançada – os médicos comumente se referem a eles como “putrefeitos”.

A putrefação é o processo de decomposição da matéria orgânica de bactérias e pela fauna macroscópica, que acaba por devolve-la à condição de matéria inorgânica. A putrefação do corpo não é um processo resultante do evento morte, apenas. É necessária a participação ativa de bactérias cujas enzimas, em condições favoráveis, produzem a desintegração do material orgânico. Daí, que nas condições térmica que impeçam a proliferação bacteriana, ou pela ação de substâncias antissépticas, o

cadáver não se putrefaz. As bactérias encarregadas da putrefação do cadáver, na sua maioria, são as mesmas que, em vida, formam a flora intestinal do indivíduo. Algumas das substâncias intermediárias formadas durante o processo de decomposição das proteínas são altamente fétidas, tornando-se as responsáveis pelo cheiro característico dos corpos em putrefação. (ALVES, 2014, s/pág.)

O termo “de raça” é usado nos casos de cadáveres que se encontram em condições muito avançadas de putrefação. Existem quatro fases desse processo: período cromático, enfisematoso, coliquativo e o período de esqueletização. Os cadáveres que se encaixam na denominação “podrão” e “de raça” se encaixam respectivamente na segunda e terceira fases:

Segunda fase – Período enfisematoso (Período gasoso, período deformativo): Os gases produzidos pela putrefação (notadamente gás sulfídrico, hidrogênio fosforado e amônia), infiltram o tecido celular subcutâneo modificando, progressivamente, a fisionomia e a forma externa do corpo. Esta distensão gasosa é mais evidente no abdome e nas regiões dotadas de tecidos areolares como face, pescoço, mamas e genitais externos. Os próprios gases destacam a epiderme do córion, formando extensas flictenas putrefativas, cheias de líquido transudado (posição de lutador). Terceira fase – Período coliquativo: Caracteriza-se pelo amolecimento e desintegração dos tecidos, que se transformam em uma massa pastosa, semilíquida, escura e de intensa fetidez, que recebe o nome de putrilagem. (ALVES, 2014, s/pág.)

Tratarei estes mortos sempre pelo termo “cadáver” e não “corpo”, pois eles me parecem expor a morte em seu avanço, como que “sem amarras”. “É o cadáver que se quer ocultar com a palavra ‘corpo’” dirá RODRIGUES (2006a, pág. 174). E estes cadáveres carregam consigo uma “antilinguagem agressiva” (IDEM, pág. 47) afastando-se cada vez mais do “humano vivo”, antes de tonar-se um cadáver, o indivíduo vivo era uma estrutura materializada da sociedade, depois de morto passa por um processo não apenas de desestruturação, mas mais que isso “agora é antiestrutura. É essa atividade incontrolada que sobrevém ao cadáver que a sociedade não pode suportar.” (IBIDEM, pág. 61).

É o cadáver que “não se deve ter contato”, tanto que, na PEFOCE, ele fica em uma geladeira específica para esse tipo, existe uma sala própria para se realizarem os procedimentos necroscópicos e permanecerão – quando fora da geladeira – dentro de sacos pretos, sendo retirados apenas durante a necropsia e para possíveis exames de raios-x. O cadáver putrefeito está com sua capacidade de emitir efeitos no máximo, ele causa repulsa. E devemos atentar para o fato de que o nojo é uma categoria cultural e contextual, como percebido no exemplo “Uma mulher considerará repulsivo o catarro que escorre do nariz de sua cozinheira, mas verá

completamente diferente o que provém das narinas de seu filhinho adoentado.” (RODRIGUES, 2006b, pág. 119).

“Sai daqui abelhinha tu tá podre!” (Dona Núbia - funcionária)

A frase dita por Dona Núbia era endereçada a Marlon que entrava na sala e se devia ao fato de que o radiologista acabara de fazer os devidos exames em um “podrão”. Essa atitude de renúncia ao contato é ilustra bem o medo se ser afetado – no caso – pela “possibilidade de sujeira” de Marlon que provinha do morto, pois “um indivíduo poluído é também poluígeno.” (IDEM, pág. 126).

A parte mais insalubre é justamente a do putrefeito. E quando chega putrefeito é uma necropsia mais trabalhosa porque as estruturas já estão se desfazendo, você não consegue ver os sinais que veria em um corpo “fresco”. Ali já está em putrefação, tem larva de mosca, tem o cheiro, é uma coisa bem mais chocante visualmente e olfativamente vamos dizer assim. (Dr. Genival – médico-legista)

E ele é muito escorregadio, não sei se tu chegou a acompanhar alguma necropsia, mas tocando a pele cai, às vezes você tocando no braço dele, na perna a pele cai, é difícil e tem os gases também que saem muito, que saem cheirando mal. (Evaldo – auxiliar de perícia)

Quando conclui a maioria das necropsias “normais” o auxiliar de perícia retira e joga no lixo as luvas, máscara e avental e depois segue para o banheiro para lavar as mãos. Já ao terminar uma necropsia em cadáver putrefeito o auxiliar de perícia tem normalmente duas opções: realizar a necropsia de outros corpos que estejam ali designados para ele ou seguir diretamente ao banheiro para tomar um banho e mudar a roupa. O que pode acontecer também é o auxiliar terminar seu trabalho cedo, tomar banho e fazer a troca de roupa, mas como o turno não acabou, ocorrer de chegarem mais corpos para ele “fazer”. Nisso a única opção é usar a roupa que já estava suja “que estava podre”. Evaldo atenta para o fato de usar farda quando está trabalhando “*para diferenciar as coisas*” e faz a observação de que “*... tem gente que usa a mesma, acho que só tira a camisa e entra com a roupa que vem. A calça jeans que ele veio, ele entra no necrotério depois sai...*”. Cheguei a observar uma vez em que um auxiliar dos mais antigos, preparava a necropsia em uma vítima carbonizada ... sem usar as luvas! Até um colega chegou a falar “O fulano não tem jeito, tá fazendo sem luvas.”.

O cadáver putrefeito evoca tanto nojo e receio que nem todo médico se aproxima de imediato em necropsias deste tipo. Alguns auxiliares me disseram que

existem médicos que ficam na porta da saleta de necropsia dos “podrões”, um inclusive usou – além da máscara – um lenço na esperança de minimizar os efeitos do odor. *“...normalmente quando você vai abrir o abdome dele [do putrefeito] geralmente saem os gases que ficam lá – e é onde se acumula mais – o médico sai de perto e não vê. Muito normal ele não ver a abertura, ele não tá lá pra ver.”* (um auxiliar de necropsia) essa reação de nojo, esse momento onde o “contágio é possível”, evoca uma necessidade de “reparação” – cuidados higiênicos cabíveis – após o evento – necropsia:

A reação de nojo se aproxima da reação do medo, na medida em que ambas se defrontam com o perigo representado pelas coisas anômalas, ambíguas, intersticiais e transgressoras que ameaçam o controle que o homem exerce sobre o mundo, controle que (...) lhe proporciona toda a sua segurança. A impureza é anormal, insólita e excepcional, como as coisas de que se tem medo. Mas, diferentemente do que acontece no medo, o nojo exige purificação. (RODRIGUES, 2006b, pág. 126)

Mas vale lembrar sempre de que aquilo que nos faz ter nojo é construído culturalmente, bem como a ideia de contágio “Ela só pode ocorrer em vista de uma disposição sistemática de ideias. Por essa razão, qualquer interpretação fragmentária das regras de poluição de um outra cultura está destinada a falhar.” (DOUGLAS, 2012, pág. 57). E o próprio aprendizado ao lidar cotidianamente com estes elementos – nojo, contágio – acaba minimizando os seus efeitos.

3.4 Desconhecidos, não-reclamados e os destinados a estudos

Na primeira vez que estive na sala do NUTAF vi, afixada em um flanelógrafo, a “oração ao cadáver desconhecido”:

Ao curvar-te com a lâmina rija de teu bisturi sobre o cadáver desconhecido lembra-te que este corpo nasceu do amor de duas almas; cresceu embalado pela fé e esperança daquela que em seu seio o agasalhou, sorriu e sonhou os mesmos sonhos das crianças e dos jovens; por certo amou e foi amado e sentiu saudades dos outros que partiram; acalentou um amanhã feliz e agora jaz na fria lousa, sem que por ele tivesse derramado uma lágrima sequer, sem que tivesse uma só prece. Seu nome só Deus o sabe; mas o destino inexorável deu-lhe o poder e a grandeza de servir a humanidade que por ele passou indiferente. Tu que tiveste o teu corpo perturbado em seu repouso profundo pelas nossas mãos ávidas de saber, o nosso respeito e agradecimento. (Autor desconhecido)

Os corpos desconhecidos são aqueles que são trazidos à PEFOCE sem documento algum, sendo identificado provisoriamente como “desconhecido

masculino” ou “desconhecido feminino”, são corpos onde as características físicas – e visuais – serão importantes para ajudar em sua identificação pelos médicos, auxiliares de perícia e em seu reconhecimento por parte dos familiares – essa diferenciação se deve ao fato de que “reconhecer” um corpo não é tido como uma prova científica diferentemente da identificação:

O que ajuda muito, que é comum no nosso meio, por exemplo, é tatuagem. Tatuagem ajuda bastante, então a gente vai descrevendo uma por uma, a localização e qual é o tipo pra poder identificar aquela pessoa. Se tem amputação, má formação, se tem cicatrização, a cor dos olhos, cor do cabelo, se tem barba ou não, se existem vestes e quais as cores há vários sinais que tem que ser verificados pra poder identificar (Dr. Altemar)

CARVALHO (2007) atenta para o fato de que um cadáver ser do tipo não-identificado não implica que ele não possua “um tipo” de identidade, a autora inclusive evita a utilização do termo “indigente” que além de possuir todo um caráter depreciativo sugere uma ideia de “falta”, para ela, a falta de um nome próprio não impede o processo de atribuição de outros tipos de nome:

Ao contrário do que se pode supor, a classificação os não-identificados implica atribuição de múltiplos nomes a estes cadáveres. Resistindo a olhares que os concebiam como corpos destituídos de nome, os não-identificados encontram-se designados, nos registros que a seu respeito foram produzidos e arquivados, como “Desconhecido”, “Fulano de Tal”, “Um homem não-identificado”, “Uma mulher” e toda uma multiplicidade de termos que traduzem a ideia de ausência de nomes próprios. De fato são, portanto, corpos sem nome, mas se encontram nomeados e registrados com nomes genéricos. (CARVALHO, 2007, pág 5-6)

Pude perceber durante a pesquisa que o morto pode receber outro tipo de identificação, atribuída pelos auxiliares, em que o morto se torna a própria *causa mortis* quando, por exemplo, um dos auxiliares conversa com outro “tu viu aquele queimado [carbonizado]?”, “Ah é o do suicídio né?” outra forma de ser identificado é pelo seu estado de decomposição quando se referem aos putrefeitos como “podrões”.

Já os corpos não-reclamados são aqueles que podem ou não terem sido identificados, mas que não foram reivindicados por nenhum parente. Estes corpos ficarão na geladeira por um prazo – que normalmente é de trinta dias, podendo ser menor em caso de superlotação da geladeira, como ocorre em períodos festivos como no carnaval, semana santa e réveillon – se não aparecer ninguém:

Se ninguém reclamou esse corpo, nós fazemos todo o processo de identificação, coletamos amostras para o DNA, fotografamos, fazemos toda

a descrição daquele corpo lá, que ninguém reclamou, a gente faz o sepultamento do corpo. Então a própria perícia, normalmente é um cemitério público [cemitério do Bom Jardim] – logicamente, nós fazemos o sepultamento e descrevemos onde é que esse corpo foi sepultado. Se daqui a, sei lá, um ano, dois anos alguém pode reclamar esse corpo, então nós vamos verificar se nós temos informações sobre aquele corpo que foi sepultado; se nós, de fato, constatarmos que aquele familiar é [parente] daquele corpo lá, então ele pode ir ao cemitério, exumar e levar para o jazigo família, por exemplo. (Dr. Altemar)

Existem também, em casos bem específicos, cadáveres que são doados para faculdades para estudos, mas “... em se tratando de morte violenta não se pode fazer doação.” (Dr. Altemar). Isso se deve ao fato de que após os procedimentos periciais, ocorrerá todo um inquérito policial e em caso de alguma dúvida por parte dos juízes, promotores ou delegados é possível que o corpo da vítima tenha de ser exumado para que outros exames sejam feitos – e se tiverem sido doados para estudos, como seriam manuseados por professores e alunos, o corpo estaria em uma situação em que não seria possível alcançar os objetivos do exame. Para que um corpo possa ser doado, ele deve seguir alguns critérios:

... eventualmente acontece aqui de um corpo que é encontrado em via pública, ninguém sabe a causa mortis e é trazido para cá pra gente poder verificar, chamamos de “morte suspeita” isso aí. E poderá ser violenta como poderá ser morte natural, a pessoa pode ter infartado no meio da rua, pode ter tido um AVC ou alguma coisa assim. Então, se isso acontecer, nós vemos que se trata de uma morte natural, o corpo não foi reclamado, não há ninguém com interesse [parental] naquele corpo especificamente aí, nessa situação pontual, é possível fazer a doação (Dr. Altemar)

Além disso, o corpo só poderá ser liberado para doação por meio de um alvará judicial. A instituição interessada solicita junto ao juiz e este é quem decide se emitirá ou não o alvará, é importante atentar para o fato de que a maioria – mais de 90% - dos mortos que chegam na PEFOCE são os de homicídios por arma de fogo, fazendo com que a doação de corpos para estudos seja algo quase inexistente.

4. CONVIVÊNCIA E AS CONVERSAS COTIDIANAS

Era o dia em que eu acompanhava uma das aulas de necropsia. As alunas de enfermagem de uma faculdade assistiam do andar de cima, observando pela abóbada os procedimentos que se desenrolavam. Eu estava dentro da sala do NUTAF, pois havia sido aconselhado por Balthazar a ficar ali porque “você fica bem mais próximo do que indo lá pra cima”, realmente, separado por uma parede de vidro eu devia estar a uns três ou quatro metros da mesa de necropsia. A aula se desenrolou sem percalços e quando terminou Balthazar veio perguntar.

“– *E aí o que você achou?*”

“– *Ah, eu achei mais rápido do que eu imaginava.*” – respondi.

“– *É porque eu hoje não estava romântico.*” – completou Balthazar com um sorriso.

Apesar de ser um ambiente onde a morte se faz presente cotidianamente, o setor do necrotério é o lugar mais animado pelos quais passei. Muitas vezes eu chegava bem cedo, antes de o expediente começar às 8:00hrs, e ficava na sala do NUTAF observando as conversas dos auxiliares ou mesmo participando de algumas.

Como em qualquer espaço de conversa em ambiente de trabalho, os temas das prosas variavam desde futebol, passando por “o que farei no feriado” até resultados de visitas ao médico. Pude acompanhar longas “discussões” sobre a compra e a venda de carros e motos usados, comentários a respeito de reformas domésticas – inclusive de algumas feitas pelo próprio auxiliar e comparações custo-benefício entre caixas de som portáteis. Foi ali também que escutei sobre as histórias de vida de Seu Sidney e de Balthazar, de onde vieram e como foram trabalhar ali.

Claro, existiam alguns momentos onde se discutiam assuntos mais sérios como política ou casos de doença na família. Quando perguntado acerca da animação que o lugar possuía, Seu Sidney me respondeu:

A gente procura ter uma relação profissional muito boa, eu como chefe dos meninos procuro valorizar o trabalho deles e deixar eles num ambiente mais harmônico possível, pra que possa compensar esse tipo de trabalho. Quando eles chegam aqui [se referindo aos recém chegados do concurso] são advogados, são químicos, profissionais de outra área, acham que não vão se adaptar e em pouco tempo vão notando que esse aqui é o melhor local da PEFOCE. É o local mais tranquilo, quando termina o seu trabalho ele vai deitar se quiser, se não ele vai ler alguma coisa, e não ele vai resolver alguma coisa. É um trabalho que dá um lapso temporal pra que ele possa descansar e fazer outras coisas, então eles ficam muito bem e à vontade. (Seu Sidney – auxiliar de perícia)

Durante o tempo que permaneci por aquelas paragens, percebi que são poucos os médicos que antes ou após as necropsias ficam por ali, Dr. Agnaldo – com quem eu apenas conversei pouco – certa vez, juntamente com Seu Sidney fizeram algumas piadas sobre a minha barba – de parente de Osama Bin Laden e participante de célula terrorista. Doutor Sandro em duas ocasiões também ficou conversando na sala do NUTAF e em uma delas – juntamente com Marlon, Bartô e Balthazar – contavam causos anedóticos envolvendo Quintino Cunha (1875-1943) advogado, escritor e poeta cearense. Em outra ocasião Raimundo contou que:

“Teve uma vez que eu tava com um doutor pra fazer a necropsia, aí comecei, quando abri o abdome chega subiu aquele cheiro e eu disse: ‘Doutor esse aqui tava tomando era Ypióca!’ [referindo-se ao cheiro de cachaça]”

“Da outra vez, abrindo lá eu olhei [para dentro da abertura do cadáver] e reparei, uma ruma de tiro. Aí comentei com o doutor: ‘Doutor, esse aqui teve foi sorte ó! Os tiros nem pegaram no coração!’”

Mas ao mesmo tempo, pude perceber que era um lugar com piadinhas bem machistas e homofóbicas. Eu ficava em um canto, claro que não iria chegar e falar “olha não é assim”, pois isso poderia fechar meus contatos por ali. Em uma desses momentos, Raimundo “brincava” dizendo que Seu Sidney, assim que se aposentasse e por conta da “impotência” iria “arrumar um garotão” para “satisfazê-lo”. Seu Sidney dá uma risadinha e fala pra mim “Nosso amigo aqui é Sociólogo, explique pro Raimundo sobe a questão da sexualidade...”. Pego de surpresa, falei – com cuidado – a respeito de a sexualidade não ser algo engessado, fixo. Raimundo me interrompe no meio da explicação: “Não! Isso não é coisa pra mim não!”.

Comentários e piadas machistas são comuns “A fulana é mó gostosa!” “Ah aquela ali lá em casa!”, na maioria das vezes são feitas na presença de Cleonice e

Dona Núbia – e alguns dos comentários às têm como alvo da “gracinha”. Elas rebatem com outros comentários do mesmo naipe, eu só observo.

Em por outras vezes escutei sobre as “puladas de cerca” de alguns dos auxiliares, tanto aqueles que contavam suas próprias infidelidades quanto daqueles que eram citados “O fulano ali tá pegando uma bem bonitinha” e quando comentaram sobre uma funcionária que não era daquele setor: “A fulana? Ah ela é caso do cicrano...”

Dr. Agnaldo, em conversa com seu Sidney comentava sobre um cadáver que acabara de chegar, referindo-se a ele como “um magrinho véi mirrado, que você não dá nada por ele” por conta de este morto anteriormente ter matado um policial.

É na sala do NUTAF onde na maioria das vezes os auxiliares merendam. Por volta das nove da manhã e mais ou menos às quinze horas começam uma vaquinha entre eles para comprar pão, bolachas ou bolo. Normalmente há uma caixa de margarina nessas horas e café. É mais um momento de descontração. Em uma dessas vezes Seu Sidney tirou de uma gaveta e tirou um pacote dizendo:

“ – Olhe Cleonice, arrumei trinta facas, uma pra cada auxiliar. E é pra tomarem cuidado! Porque faca nova só daqui a cinco meses”

Em seguida, pediu para Cleonice fazer uma lista para que à cada faca recebida o auxiliar assinasse. Balthazar e Raimundo pegaram suas respectivas facas e as examinaram, eis que Raimundo dispara *“Num é nem Tramontina! É uma tal de Star House...”*, em seguida Balthazar comentou sobre sua falta de crença na durabilidade daquelas facas e reclamaram acerca dos gastos do setor, achavam que nos outros lugares da PEFOCE as verbas eram melhores ou pelo menos os materiais eram de maior qualidade.

Outro importante elemento desse espaço, por mais inusitado que possa parecer é a música. Seja escutando Marlon cantarolando enquanto empurra uma maca, ou Dr. Reginaldo escutando Belchior utilizando uma caixinha portátil enquanto preenche um laudo, mas principalmente pelo computador de Seu Sidney – certa manhã, a trilha sonora foi apenas de Bee Gees. Certas vezes Seu Sidney deixava uma playlist e saía para resolver assuntos em outros setores, por vezes fiquei ali só enquanto escutava as músicas: Led Zeppelin, Pink Floyd, forró e a oportuna “eletric

funeral” da banda Black Sabbath. Mas uma vez que, após ter me dado conta, foi enquanto assistia a aula de necropsia e no computador tocava a música “construção” de Chico Buarque, uma “coincidência” triste.

“E se acabou no chão feito um pacote flácido. Agonizou no meio do passeio público. Morreu na contramão atrapalhando o tráfego.”

4.1 Cheiros, limpeza e pão de coco

Nos primeiros dias em que passei no setor do necrotério, mesmo que apenas por algumas horas, me afetavam de uma maneira – vendo agora – bem esquisita. Eu saía com a impressão de que estava com um cheiro diferente do normal, ficava cheirando meu braço, minha camisa tentando comprovar. Passava pelas pessoas com a certeza de que estavam sentindo alguma fedentina que eu carregava. Essa quase fixação de achar que estava trazendo o “odor do morto” é muito parecida com a enfrentada Flávia Medeiros quando pesquisava: “Assim que cheguei em casa, o primeiro desejo era de tomar banho. Sabia que qualquer risco de contaminação biológica ou sujeira é nulo, mas a sensação era se que minhas roupas pesavam mais do que de costume.” (MEDEIROS, 2014, pág.83).

A morte é um acontecimento que possui significados múltiplos, bem como efeitos diversos e estudá-la “sem avaliar a exposição que temos diante dela é impossível.” (AMORIM, 2007, pág. 87) some-se a isso o fato de pesquisar o outro é também abrir-se e ficar vulnerável aos efeitos dele e desse novo espaço é o dispor-se a “ser afetado” (FAVRET-SAADA, 2005).

Quando saí do necrotério sem a certeza, mas a convicção de que estava de alguma forma impregnado com o cheiro dos mortos, havia em minha mente uma espécie de urgência em me limpar e evitar ficar perto de outras pessoas – pois poderiam notar minha poluição. Por trás dessa necessidade por “purificação” encontrava-se mais uma questão de reordenação do que propriamente algo ligado ao patológico:

O propósito principal então, das crenças e práticas higiênicas é fixar modelos para o comportamento das pessoas, impedindo que transgridam limites e desorganizem a ordem simbólica. As coisas poluídas, as coisas poluígenas, as coisas nojentas são perigosas para a ordem intelectual. Portanto as razões sociais dos ritos higiênicos não podem ser encontradas

neles mesmos, mas apenas no sistema social que expressam.
(RODRIGUES, 2006b, pág. 121)

Com o tempo fui “livrando-me” dessa paranoia de limpeza, aprendendo que, ali na sala do NUTAF, onde eu ficava a maior parte do tempo, não haveria problema com “sujeira” e que até mesmo uma “volta pelo necrotério” também não implicaria em impregnação odorífera. Quando andava pelo espaço onde ficavam as mesas de necropsia e geladeiras – devidamente acompanhado de um funcionário, eu utilizava uma máscara descartável, mas não uma luva “não precisa já que você não vai pegar em nada” – me disse certa vez Balthazar.

Existem pontos na experiência do trabalho de campo que são tidos como verdadeiras “experiências reveladoras” (MAGNANI, 2009) e nesta pesquisa, uma desses momentos diz muito sobre nossas ideias sobre higiene serem contextuais. Estávamos na sala do NUTAF – Seu Sidney, Marlon, Balthazar, Bartô, Cleonice, Dona Núbia e eu – e começaram uma “vaquinha” para comprar a “merenda”, contribuí. Dona Núbia foi comprar e voltou com dois pães de coco. Fizeram café para acompanhar. Começaram a se servir e em certo momento Balthazar fala dirigindo-se a mim “Se sirva aí também professor.”, enchi um copo de café e peguei um pedaço do pão de coco. Comi... e percebi que o fazia sem usar guardanapos, da mesma forma que outros ali estavam fazendo, naquele momento o que poderia “poluir” já não se fazia presente naquele espaço da sala.

4.2 Alguns números

Era uma segunda-feira de manhã quando perguntei à Dona Núbia:

“ – *Dona Núbia como foi o fim de semana por aqui?*” – referindo-me à quantidade de mortes registradas.

“ – *Minino, foi morte demais nesse fim de semana! Só ontem foram uns vinte e sete. Acho que desde sexta-feira foram quase sessenta!*”

Me deparei com muitos números durante a pesquisa de campo, alguns se encontravam em tabelas afixadas em flanelógrafos e nas outras vezes me falavam. A PEFOCE além de produzir documentos que sirvam de provas para ajudarem a polícia na solução de crimes, produz também registros numéricos que estão

intimamente ligados à “biopolítica”, a Perícia Forense é uma instituição que, ao gerir a morte auxilia a gestão da “política da vida”:

Questões como as do nascimento e da mortalidade, do nível de vida, da duração da vida estão ligadas não apenas a um poder disciplinar, mas a um tipo de poder determinado que se exerce ao nível da espécie, da população com o objetivo de gerir a vida do corpo social. (MACHADO, 2011, pág. XXII)

A quantidade de casos de homicídio cujos corpos são enviados para serem periciados pela PEFOCE, gerarão dados que serão utilizados para se avaliar implementações em questões relativas à segurança pública. É bom ressaltar que, de acordo com a página da SSPDS:

Antes de se transformarem em estatísticas criminais oficiais, essas informações passam por um processo metodológico complexo que envolve depurações, refinamentos legais e adequação aos critérios de tipificação criminal, resultantes das investigações realizadas no curso dos inquéritos policiais instaurados. (Site da SSPDS)

No ano de 2015 a PEFOCE registrou 5.675 casos de morte. Em épocas de feriado esses números sempre são mais altos como 27 no natal e 87 no réveillon de 2015, já no carnaval de 2016 foram contabilizados em 75 o número de vítimas. Seu Sidney é enfático ao comentar:

Nós estamos com uma média relativamente baixa ao que nós tínhamos antes. Então nós temos uma média de dezessete, dezesseis corpos com o viés pra baixo, houve uma queda, mas assim, tem dias que dá vinte e cinco, que dá trinta, é uma média de dezessete corpos, que é uma média muito alta pra qualquer parte do mundo. Qualquer lugar em guerra constante não morre gente diariamente como morre aqui. (Seu Sidney – auxiliar de perícia)

É comum também acontecer de em certas datas comemorativas – semana santa, dia das mães e natal – o número de suicídios aumentar quase que de 1 pra 5. E esse tipo de ocorrência é uma das que ainda afetam alguns dos meus interlocutores:

(Respira fundo e fala devagar) Suicídio me afeta... assim mexe comigo. Mais do que outras mortes, porque se a gente tem... um dos instintos... mais gritantes, o instinto da sobrevivência, como é que alguém atenta contra sua própria vida não é? Então isso aí mexe comigo eu não consigo entender, talvez até por ignorância, talvez até mesmo por falta de leitura mesmo sobre suicídio, de como é que uma pessoa atenta contra sua própria vida. Não deve ser uma pessoa emocionalmente equilibrada pra cometer um ato desses. (Dr. Reginaldo – médico-legista)

Em abril (2016), preso no flanelógrafo havia os números dos exames cadavéricos do mês anterior, dentre os quais vale destacar: Lesão por armas brancas – 14, Acidentes de trânsito – 90, Lesão por armas de fogo – 189.

“ – *Ai! Estou cansado de tanta bala!*” – Exclama Dr. Reginaldo quando termina de preencher um lado.

“ – *E nesse aqui foram muitas hein doutor?*” – Complementa Cleonice pegando o saquinho plásticos onde estão os projéteis extraídos da necropsia feita por Dr. Reginaldo.

Os homicídios por arma de fogo figuram como o tipo de morte mais periciada na PEFOCE de acordo com o mapa da violência 2016 (disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/>) podemos observar que a cidade de Fortaleza possui uma taxa de homicídios por arma de fogo de 81,5 por cem mil habitantes tornando-se a capital com o índice mais alto neste tipo de crime. E isso se torna mais espantoso quando percebemos que em 2004 a mesma taxa (por 100 mil habitantes) era de 18, 4, ou seja, em praticamente 10 anos (os dados preliminares são de 2014) Fortaleza pulou da 19ª pra a primeira colocação em homicídios por arma de fogo.

E a maioria destes homicídios teria ligação direta com o tráfico de drogas – 90% de acordo com os órgãos de segurança pública do estado – como atenta BARREIRA (2013). Além disso, o perfil das vítimas mudou, a maioria – e isso pôde ser visto em campo – é formada por jovens com idade entre dezesseis e vinte e oito anos, isso deve-se ao fato de “... jovens passarem a ser o ‘braço armado’ dos grandes traficantes nas resoluções e enfrentamentos dos conflitos sociais, principalmente em litígios de cobrança de dívidas.” (BARREIRA, 2013, pág. 08).

Essa “profusão de mortos” é até encarada com normalidade pelos funcionários do NUTAF, a situação contrária é que causa estranhamento:

Quando comecei [a trabalhar] eu achava um absurdo, porque não tinha costume. Agora pra mim é normal. Quer dizer, quando é criança ou idoso maltratado não gosto, não quero dizer que sou fria, insensível. Mas é normal chegar aqui e ver que hoje tem [pensa um pouco como que calculando] dez mortos, é normal, quando vejo e, por exemplo, só tem dois eu acho é estranho. (Cleonice – agente administrativa)

Para dar conta de tantos mortos, no setor do necrotério trabalham diariamente em torno de vinte cinco a trinta profissionais dependendo da escala. No período noturno o contingente é menor já que as necropsias são realizadas apenas durante o dia, pois “... *à noite é muito difícil só quando é um caso importante. Aí o diretor*

[perito-geral] liga e pede pro médico [de plantão] fazer, mas hoje em dia é muito difícil ocorrer.” (Dona Núbia).

A própria escala dos funcionários pode se tornar um trabalho difícil, pode acompanhar a feitura de uma delas, Seu Sidney chamou Bartô para ajuda-lo na tarefa. Sentaram-se e começaram, iam citandos os nomes dos auxiliares de perícia, mas percebi que às vezes os dois faziam ajustes:

“– O fulano pediu pra ser colocado na segunda e na quarta” – disse Bartô.

“– Não, eu não posso botar ele no mesmo dia do cicrano porque os dois não se dão bem.” – ponderava Seu Sidney.

Em outros momentos a saúde era levada em consideração, como no caso de um dos auxiliares que possui um marca-passos e foi posto nos dias “mais fracos de corpos” o mesmo acontecendo com outro auxiliar que cuidava da esposa enferma.

4.3 De “serventes” e “piranguinhos”

Os gregos, que tinham bastante conhecimento de recursos visuais, criaram o termo *estigma* para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o *status* moral de quem os apresentava (...) uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que devia ser evitada; especialmente em lugares públicos. (GOFFMAN, 1982, pág. 11)

Curiosidade, receio, medo, sensação de nojo evidenciada pelo contrair da face ou um misto de tudo isso, as reações das pessoas “de fora” são variadas, pelo que pude apurar daquilo que me foi dito pelos auxiliares de perícia e outros funcionários da PEFOCE.

É as pessoas se assustam um pouco. Igual a quando eu ia comprar material pra cá. É porque às vezes você compra material pra poder trabalhar, pra ficar mais fácil o teu trabalho, comprando mesmo com meu dinheiro. Aí é engraçado, as pessoas perguntam pra que é [o material comprado, no caso uma agulha para seringa, a de espessura mais grossa encontrada] e eu falo. A reação delas é... sei lá, muito inusitada, eles ficam muito assustados, é aquilo que a gente falava no começo, as pessoas não conhecem, como eu também não conhecia quando vim pra cá. (Evaldo – auxiliar de perícia)

Para os que estão “lá fora” o trabalho dos auxiliares de perícia causa receio – e como falado anteriormente sobre a questão de contágio, evoca uma sensação de que aquela pessoa está poluída, como se trouxesse uma “carga” de morte do

trabalho. Evaldo me contou que em conversas com familiares e amigos, às vezes acontecia de lembrar algum caso que ocorrera no trabalho e comentava, até que um parente comentou “... *foi rápido, talvez tenha saído sem querer, como se eu carregasse um monte de cadáver atrás de mim*”.

Marlon quando comentou que gostava de sair com os amigos “pra curtir” lembrou de que “*Aconteceu que teve uma vez que eu e um amigo nos interessamos pela mesma menina, aí ele foi conversar com ela e começou a queimar meu filme, falando: Sabe onde é que aquele ali trabalha? No IML!*”. É uma marca que pode afastar, como ponderou Rodrigues (2006a) a partir de um texto de David Sudnow:

... são sempre vistos e imaginados como indivíduos que recolhem cadáveres ou que e acham envolvidos nas horripilantes tarefas de necropsia. É fácil verificar este poder negativo nas conotações com que vemos os ‘papa-defuntos’, os coveiros e os que de uma ou de outra forma se relacionam com a morte. (RODRIGUES, 2006a, pág. 63)

Com o médico-legista, o estigma parece funcionar de uma maneira mais “suavizada” quando leva-se em consideração o “status” que os praticantes possuem na sociedade, isso implicaria mais em enxerga-los como pessoas frias e distantes:

Para el observador, superficial, el médico forense disfraza a veces el sentimiento de superación de su receptividade humana aparentando cinismo o humor negro. Más allá del muerto cotidiano o trivial al que la costumbre há privado de todo o poder de sugestión, el operador de cadáveres transforma a la muerte de dimensiones excepcionales em uma ‘sombra’, aparência cambiante, transitória y enganosa de su própria realidade. La muerte desencarna al médico forense que quisera aproximarse a ella com el máximo de discernimento (THOMAS, 1983, pág. 301)

Mas o estigma não é sofrido apenas pelos auxiliares de perícia, médicos e “praticado” pelas pessoas fora da instituição. Cleonice conversava com Dr. Reginaldo e este, atentando para o crachá dela pergunta:

“ – *Por que o teu crachá é diferente do meu?*”

“ – *É porque eu sou terceirizada, aí nossos crachás tem essa tarja vermelha. Já pensei até em cobrir ou cortar porque às vezes a gente vai falar com um familiar e eles não ‘dão nem moral’. ‘Você é uma terceirizadinha!’* – respondeu Cleonice.

Essas estratégias pensadas por Cleonice para ocultar a marca que existia em seu crachá, visava escapar de situações em que seu status de funcionária

terceirizada fosse visto de forma depreciativa por outros. Mas ela não chegou a realizar esse “acobertamento”:

Sabe-se que as pessoas que estão prontas a admitir que tem um estigma (em muitos casos porque ele é conhecido ou imediatamente visível) podem, não obstante, fazer grandes esforços para que ele não apareça muito. O objetivo do indivíduo é reduzir a tensão, ou seja, tornar mais fácil para si mesmo e para os outros uma redução dissimulada ao estigma, e manter um envolvimento espontâneo no conteúdo público da interação. (GOFFMAN, 1982, pág. 113)

Já Balthazar, diferentemente de Cleonice, parece “evocar” uma espécie de estigma, agregando-o à sua “identidade pessoal” (GOFFMAN, 1975), como uma maneira de evidenciar alguns problemas nas relações entre auxiliares de perícia e médicos-legistas. Tratava seu cargo como sendo o de “servente” ao invés de auxiliar de perícia, quando perguntei o porquê, este me diz que:

É porque na verdade, quem auxilia o pedreiro não é o servente? O pedreiro, ele ganha a fama, mas o servente é quem faz a parte difícil. E quando a gente foi responder a sindicância, porque a gente falou que era a gente que fazia a necropsia e tal, o diretor foi lá e disse “Não, quem faz a necropsia são os médicos.”. E nós, que fomos punidos na época, éramos eu, fulano e fulano, nós levamos filmagem, a gente faz a necropsia e nem assim foi levado em conta. E fomos punidos, noventa dias de punição. (Balthazar – auxiliar de perícia)

Balthazar se referia ao fato de que toda a parte braçal de uma necropsia era realizada pelo auxiliar, enquanto o médico observava e preenchia o laudo. Seu Odair certa vez puxou este mesmo assunto, dizendo que no laudo constava apenas a assinatura do médico, mesmo que fosse o auxiliar quem fizesse todo o trabalho de preparar, abrir e costurar o cadáver, segundo ele: “Isso é pra mostrar que a gente é um nada.”.

Quando questionei um dos médicos-legistas sobre essa questão, a resposta que obtive era a de que o nome do médico ser o único a constar no laudo, seria por conta de, em caso de ter alguma coisa errada, o único a ser responsabilizado seria o médico que “realizou a necropsia”. Ainda sobre essa relação médico e auxiliar:

Eu não procuro bater de frente, se pergunta minha opinião eu dou, mas se ele discorda eu não vou bater-boca, eu não bato de frente e no fim das contas o laudo é dele... eu não escrevo laudo, ele é o responsável... já aconteceu de eu discordar, mas eu não vou bater de frente e insistir, porque eu não escrevo laudo, no fim das contas eu estou ali só pra “abrir e fechar”. (Evaldo – auxiliar de perícia)

Quando perguntei a respeito do epíteto “servente” ao chefe dos auxiliares de perícia ele dá um meio sorriso e diz que isso era mais uma “gozação” por conta de

questões de nomenclatura – os auxiliares ali do setor deveriam ser chamados de “técnicos de anatomia e necropsia” – e outras de cunho trabalhista:

É porque, realmente, nós somos a maior categoria da PEFOCE e é a mais desvalorizada pela administração e pelo governo. Então a gente precisa se recompor e estamos fazendo isso, nós nos organizamos, formamos comissões para valorizarem o nosso cargo e isso é só uma questão de tempo. E isso é só uma “ironia”, essa história do “servente”, uma “ironia” mais “saudável”. (Chefe dos auxiliares)

“Podrões”, “podre de raça”, “o do suicídio”, “o carbonizado” além destas formas nativas de identificar os mortos – pelo estado de putrefação ou pela *causa mortis* – existe ainda um estigma aplicado a um tipo de cadáver específico: o pirangueiro – alcunha designa um bandido “medíocre”. De acordo com AQUINO (2008), diferentemente dos assaltantes de banco que se veem e são vistos como “profissionais”, o pirangueiro é:

*... um “tipo” do “mundo do crime”, correntemente chamado de *pirangueiro*, *bandido meia-boca* ou *ladrão pé-de-chinelo*. Trata-se de criminosos, cujos roubos e furtos são de pequenas quantias ou de bens de pouco valor material, suas abordagens se caracterizam por forte teor de violência física, desprendida contra as vítimas e geralmente são dependentes de tóxicos ou álcool, via de regra, não possuem conhecimento do código penal, da definição de crimes e sanções correspondentes. Segundo alguns dos meus interlocutores esse *tipo de ladrão* não demonstra cuidado com sua ficha policial, nem com sua “reputação entre os outros ladrões”. O *pirangueiro*, costuma atuar individualmente porque não consegue cumprir as regras ou se adaptar à disciplina que o “trabalho em grupo” requer. (AQUINO, 2008, pág. 13).*

E como é marcado por uma história que está inscrita em sua superfície (FOUCAULT, 2011), existem alguns sinais externos – físicos e de vestimenta – que “identificariam” um possível pirangueiro. Para Cleonice, que contou ter ficado com medo e que desceu junto com outros passageiros de um ônibus quando viu “dois deles” entrarem no veículo, certas: “roupas de marca, tipo Smolder, chinelo Kenner, boné, são magros e com tatuagens” criou-se um estereótipo do que caracterizaria um “Pirangueiro”. E como observou Aquino (2008) acerca do *modus operandi* desta categoria de criminoso e fazendo um paralelo com as observações de BARREIRA (2013) acerca da violência difusa e suas vítimas, os “pirangueiros” figurariam como maioria dos corpos que passam pela PEFOCE.

5 OS MORTOS QUE PESAM, OS VIVOS E OS OUTROS MORTOS

“A morte é para os que morrem. Será?”

– Guimarães Rosa.

Lidar com os mortos cotidianamente tem seus efeitos. A morte, mesmo que noticiada de forma desenfreada pela mídia, é da ordem do não-comum, o contato com ela é quase que “evitado” sendo enfrentado apenas em momentos difíceis como a morte de algum ente querido. Ela está carregada de uma “capacidade geral de produzir efeitos no nível da sociedade e de seus sistemas simbólicos.” (RODRIGUES, 2006a, pág. 87), seu maior “efeito”, o morto, é algo que desencadeia certas atitudes:

... ninguém permanece perto de um cadáver sem que a fisionomia ateste que é precisamente um cadáver o que se está vendo. Na nossa cultura atual, por exemplo, em que as pessoas não estão habituadas à visão de cadáveres, certas reações são típicas: as pessoas ousam olhar rapidamente para o cadáver e afastam os olhos imediatamente, como se quisessem separar do olhar algo que não querem ver. Há pessoas que cobrem os olhos e pessoas que desmaiam. (IDEM)

Mas o que seria “extra cotidiano” para a maioria das pessoas é algo rotineiro para auxiliares de perícia, médicos-legistas e peritos criminais:

Não pode se abalar muito com as coisas que você vê, até porque o que a gente vê aqui no nosso dia a dia não é o que todo mundo vê no seu cotidiano. Então eu acho que com o tempo, psicologicamente você cria um mecanismo de defesa de achar aquilo ali uma coisa natural. Por quê? Porque todo dia morre gente de acidente, de homicídio... a sociedade é violenta. O ser humano é um ente violento, ele não é um ente muito pacifista não. (Dr. Genival – médico-legista)

Podemos pensar então que a morte, diferentemente da perspectiva abordada por Ariès (2001) e Rodrigues (2006a), possuiria uma dimensão rotineira como uma “morte cotidiana”, mas que em seu funcionamento ainda guardaria componentes aos quais poderíamos tratar, não como tabu, mas elementos que evocariam certa “desordem” (BALANDIER, 1997) a essa rotina. A morte que desordena, aquela que é extra cotidiana é o falecimento do próximo, uma “morte insólita” (RODRIGUES, idem).

No período em que realizei o trabalho de campo, “instalado” no NUTAF – um ambiente bem animado, se levamos em consideração que a morte estava ao redor – presenciei muitas conversas, pilhérias e demonstrações de coleguismo, mas em

alguns momentos esse clima era quebrado: quando lembravam de Elino, auxiliar de perícia que falecera havia pouco tempo. Havia um pesar, sempre alguma história envolvendo o colega era contada logo em seguida ou alguma característica era ressaltada. Certa vez, ao lembrar-se de Elino, Seu Sidney comentou que deixaria algum dos trabalhos extras, para diminuir o stress, diminuir as preocupações e melhorar a qualidade de vida, para não ser tragado pelo trabalho.

Mas não é apenas o “morto conhecido” que tem seus efeitos, outros mortos, mesmo que não seja alguém conhecido dos profissionais, ainda podem afetar. Os corpos que pesam seriam o de crianças, idosos que sofreram maus tratos ou suicidas.

Tem muitos colegas que não gostam de fazer crianças, bebês recém-nascidos... (Bartô – auxiliar de perícia)

Tem dias que eu saio muito deprimido daqui devido à história de uma criança, ou de um pai que perdeu o filho, um filho que perdeu o pai, esse sofrimento a gente acaba “carregando” (Seu Sidney – auxiliar de perícia)

Um caso curioso porque ao mesmo tempo... em que ele é mais fácil ele é mais complicado emocionalmente: criança. Pelo peso, é muito fácil de girar, de puxar pra maca, colocar na mesa, enfim é muito fácil, bebê também. Mas é difícil né, porque é uma criança, viveu muito pouco é muito complicado isso. E o caso assim mais marcante pra mim foi uma criança, era uma menina de... sei lá, tinha uns quatro ou cinco anos e ela morreu asfixiada e.. foi difícil sabe... foi assim meio... você fica meio... você não fica normal entendeu? Não é a mesma coisa, por exemplo, hoje eu fiz um de acidente e tava tudo bem, não me chamou atenção. (Evaldo – auxiliar de perícia)

... no morto dificilmente eu vou “levar comigo” a perícia. Mas o suicídio ou acidente com criança e adolescente é... ainda não deixaram de mexer comigo (pensativo) e acho que não vão deixar nunca. (Dr. Reginaldo – médico-legista)

Estas mortes que quebram o cotidiano agiriam como uma espécie de gatilho que dispararia reflexões acerca de si, fazendo pensar na própria mortalidade: “A morte do outro é o anúncio e a prefiguração da morte de si...” (RODRIGUES, 2006a, pág. 82). Aos “outros” mortos é percebida certa atitude de distanciamento por parte dos profissionais do setor do necrotério.

... talvez seja isso mesmo, talvez eu tenha me blindado para que isso não me afetasse, para que eu consiga trabalhar, mas além disso eu acho que é por causa da convicção religiosa também [ateu], de que aquilo é só matéria, entendeu? (Dr. Tavito – médico-legista)

Pra gente, pelo fato de desconhecer a história de vida dele, pelo fato de ser uma pessoa que a gente não conhecia, por conta de termos o primeiro contato no momento da morte dele, por não ter nenhum sentimento,

nenhuma relação, a coisa é menos dura do que se a gente tivesse algum envolvimento emocional. (Dr. Reginaldo – médico-legista)

Certa vez, Dr. Agnaldo me disse que ali – no necrotério – só conseguiria trabalhar que possuísse “*sangue no olho*”, pois segundo ele “*se eu for chorar por cada um que morre, eu simplesmente não faço meu trabalho*”. A atitude perante a morte, inicialmente uma estratégia para auxiliares de perícia, passa a ser a regra vigente para conseguir manter-se naquele espaço social.

*.. cara, o fato de a gente não ver a pessoa morrendo eu acho que meio que, te distancia um pouco, entendeu? O corpo acaba virando – eu sei que é uma pessoa que está ali, mas o corpo acaba... **você acaba coisificando um pouco a pessoa**. E acho que isso é até uma ajuda pro cara conseguir trabalhar entendeu? Fica mais fácil, você não... Você sabe que é uma pessoa e tudo mas... eu acho, por exemplo, mais fácil trabalhar aqui do que em um hospital onde a pessoa tá viva, ela se mexe, fala, ela sente dor, aqui não, á morto, tá quieto, parado. Você movimenta ele [o corpo], o que você precisar fazer você faz, se precisar você corta e tudo. Eu acho que ajuda um pouco, você sabe que no fundo é uma pessoa, mas você tentar esquecer um pouco isso pra poder trabalhar mais tranquilo, entendeu? (Evaldo – auxiliar de perícia)*

E em meio a essas falas – como na parte destacada acima – que discorriam sobre essa necessidade do ofício em produzir um distanciamento para com o morto, fui percebendo um elemento que se repetia: o tratamento do morto não como uma pessoa, mas como um objeto, uma coisa.

5.1 O Morto-coisa

Olha, o morto é uma coisa... que foi pessoa e por ter sido pessoa merece o respeito da gente. É um ser desconhecido, mas que teve uma história de vida; teve vontade, sentimento, teve uma trajetória e que findou ali naquela violência, um acidente, suicídio ou um crime. Então a história de vida dele acabou ali. (Dr. Reginaldo – médico-legista)

De acordo com Beviláqua (2010) as “fronteiras” do humano vivo estariam bem evidentes, em contrapartida a morte tornaria essas fronteiras nebulosas. Marcel Mauss (2003b) atentará para o fato de que a noção de “pessoa”, a ideia de “eu” é detentora de um caráter fluido, demonstrando que existe uma variabilidade imensa na concepção desse conceito de maneira cultural e histórica.

O morto pra mim... (longa pausa)... no meu trabalho, certo, o morto é um objeto... onde a gente vai pesquisar vestígios pra tentar descobrir ou confirmar a causa mortis. (Bartô – auxiliar de perícia)

O morto é um... semelhante que passou, mas que merece todo o respeito e atenção e que a gente não devia tirar proveito disso. Ele passa a ser uma coisa que vai ser o produto de uma investigação. Do nosso trabalho pode

resultar a absolvição de alguém ou a punição, desde que a gente faça com critério. (Balthazar – auxiliar de perícia)

Concone (1983) ao pesquisar aulas de anatomia, observou que o ato de rotular o cadáver como “coisa” seria uma forma de retirar o morto da dimensão das coisas sagradas, mas “... o lidar com ela, contudo enquanto ‘objeto de trabalho’, isto é, algo que obrigaria a colocá-la no plano do profano, obriga os indivíduos a operarem a transformação do ‘morto-pessoa’, em ‘morto-manequim.’” (CONCONE, 1983, pág. 28). É interessante pensar que, mesmo realizando esse processo de “dessacralização do morto” um elemento que continua presente nas falas de auxiliares de perícia e médico-legista, é o do respeito para com o morto. Esse elemento me parece funcionar como uma espécie de “lembrete” para os profissionais de que “a coisa-morto” ainda seria “humana”.

O morto pra nós é um objeto de estudo. (Dr. Genival – médico-legista)

Um dia foi uma pessoa, que teve a sua história, que tem a sua família, toda a roda de amigos, todo seu círculo social, mas no momento em que ela entra aqui... no momento em que a vida se encerrou lá ele passa a ser um objeto. (Dr. Tavito – médico-legista)

As duas formas “objeto” e “coisa” que são aplicadas para caracterizar o morto aparecem como se fossem termos sinônimos, mas a condição de coisa parece bem mais apropriada para a situação. Tim Ingold (2012) ao tratar do termo objeto o tem como algo fechado em si mesmo, não aberto à quaisquer possibilidades: “o objeto coloca-se diante de nós como um fato consumado, oferecido para nossa inspeção suas superfícies externas e congeladas”. (INGOLD, 2012, pág. 29).

Por mais que o morto esteja ali de tal forma que o auxiliar possa movimentá-lo, virá-lo e cortar quando necessário, tratar o morto como apenas um objeto seria um reducionismo. “Pensar a pipa como um objeto é omitir o vento – esquecer que ela é, antes de tudo, uma pipa-no-ar.” (INGOLD, 2012, pág. 33), restringir o morto à categoria de “objeto” seria omitir a história do falecido, a própria história da sociedade; como esquecer que existe todo um “ao redor” deste morto. Se, como dito anteriormente, a morte “tem mana e atribui mana” (RODRIGUES, 2006, pág. 63), o morto funcionaria como o seu emissor por excelência. O morto desencadeia reações, ele afeta inclusive fisicamente:

É muito desgastante, é um trabalho pesado, Eu hoje não estou mais realizando as necropsias, mas eu tinha problemas sérios de coluna, inclusive eu tenho três hérnias de disco localizadas na cervical, eu tive bursite, eu tive vários problemas decorrentes da postura da necropsia. (Seu Sidney – auxiliar de perícia)

... o que machucou mais aqui foi ombro, eu passei muito tempo, quando cheguei, serrando as cabeças com a serra elétrica, aí não faz muita força não, só a de segurar a serra um pouquinho pesada, aí eu comecei a usar a serra normal, aí entra a questão do movimento repetitivo, pra frente e pra trás, acabou machucando um pouco o ombro, até já coloquei atestado por causa disso com o ombro sem condições de vir trabalhar, ultimamente eu parei um pouco a uns dois, três meses, não tava melhorando o meu ombro, tomando remédio, anti-inflamatório, não tava melhorando aí eu parei de serrar por um tempo com a serra manual e to usando a elétrica. A elétrica tem um outro viés, ela gera muito pó de osso, às vezes a gente faz necropsia com aquele refletor ligado você vê que ela faz muito pó, aí entra a questão dos teus pulmões, você continuar respirando esse pó continuamente, duas, três vezes por semana não é legal (Evaldo – auxiliar de perícia)

Imaginemos também que o cadáver teria suas capacidades de “emissão da morte” maximizadas quando se trata de um morto putrefeito: a evocação de temor, a sensação de poluição, a memória da mortalidade de si, todo efeito potencializado.

A categoria “coisa” na perspectiva ingoldiana é “porosa e fluida” (INGOLD, 2012, pág. 25) conseguindo dialogar muito bem com o “mana da morte”, a “coisa” é como uma espécie de emaranhado de “acontecimentos” que não estão em uma malha fixa: “Assim concebida, a coisa tem o caráter não de uma entidade fechada para o exterior, que se situa no e contra o mundo, mas de um nó cujos fios constituintes, longe de estarem nele contidos, deixam rastros e são capturados por outros fios noutros nós.” (IDEM, pág. 29).

Então, o cadáver é uma coisa e eu não posso ver como pessoa, porque não é mais pessoa. Pessoa é aquela que respira, tem sentimento, vontade, tem emoção e está se relacionando; a partir do momento em que morreu deixou de ser pessoa... e eu só estou vendo a partir daquele momento da morte. Eu não vi aquela pessoa, só estou vendo o cadáver dela. (Dr. Reginaldo)

Ponderar sobre o “lugar do corpo é iniciar uma indagação sobre as formas de construção da pessoa” (SEEGER, 1979, pág. 04), ao levarmos em consideração o espaço estudado – o NUTAF – o corpo que o ocuparia o lugar central seria o do morto, que é o motivo de existência daquele setor. Outro ponto que podemos acrescentar é que ao utilizarmos a noção de pessoa como categoria faz com que a tomemos como “instrumento de organização social” (IDEM, pág. 06).

Então se, a categoria pessoa estrutura o social, ao mesmo tempo em que o lugar do corpo está ligado à formação da pessoa, ao tratar o cadáver como uma “coisa” que “foi pessoa” os funcionários do necrotério acabariam por operar uma divisão organizando o espaço entre vivos e mortos.

Ocorre que, se a pessoa é “aquele que tem vida”, o outro – que não é pessoa – estaria morto. Mas se o morto é uma coisa, e coisa não é uma categoria “morta” e encerrada em si mesma, na verdade, o morto possui uma espécie de vida. O morto é um “acontecer” (INGOLD, 2012, pág. 29) em várias instâncias e como é uma coisa, ele “vaza”.

Numa palavra, as coisas *vazam*, sempre transbordando das superfícies que se formam temporariamente em torno delas. (INGOLD, 2012, pág. 29)

O morto ao ser entendido como uma coisa – por funcionários do necrotério – e, esta categoria, apreendida pela perspectiva ingoldiana, faz com ele “volte” a um tipo “vida”, pois – de acordo com uma concatenação que Tim Ingold faz com as ideias de Joshua Pollard – as “... coisas materiais, assim como pessoas, são *processos*, e que sua agência real está justamente no fato de que ‘elas nem sempre podem ser capturadas ou contidas” (IDEM, pág.35).

“A existência do homem é corporal” (LE BRETON, 2012, pág.07), mas o existir do homem que “foi pessoa” e agora é “morto coisa” ultrapassaria os limites desse corpo. Ele – o morto – “existirá” em vários documentos, na ficha de local de crime preenchida pelo perito criminal, no laudo necroscópico do médico-legista, as imagens de algumas de suas partes estarão no exame de raios-x, bem como as digitais ficarão nos registros papiloscópicos; sua existência jurídica será legitimada por meio da certidão de óbito. O morto, vítima de um crime, ainda pode afetar punindo o culpado ou inocentando um injustiçado. O cadáver de um dos “mortos que pesam” afetará algum profissional forense sensível àquele tipo de morte; o trabalho com o morto pode “atingir” o corpo do auxiliar de perícia fazendo-o sofrer dores físicas; o corpo putrefeito poderá contaminar uma pessoa levando-a ao adoecimento.

O morto existirá em sua lápide no cemitério, ficará “vivo” na lembrança dos seus familiares e amigos. De acordo com DA MATTA (1997, pág. 155) “pode-se

dizer que há saudade e há memória quando alguma forma de relacionamento persiste entre os vivos e os mortos.”

Ao pensarmos neste “vazar” e “acontecer” que são características das coisas, bem como sua possibilidade de escapar a contenções, o morto vai “escorrendo” sua existência pelos mais variados meios, “sobrevivendo” à morte...

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estar no lugar onde a morte é uma presença constante, é perceber que esse não é o lugar em que a colocamos normalmente. Mesmo que tragédias e crimes estampem as manchetes dos jornais nos mais variados meios de comunicação, nos acostumamos a pensar a morte como uma criança que precisa tomar um remédio amargo, é inevitável, mas o faz de maneira rápida tampando o nariz. E isso nos afastou dela, nos distanciou de pensar a nossa própria mortalidade. É por isso que a morte, ao tocar um parente próximo ou um amigo querido acaba nos deixando arrasados, não estávamos preparados – nunca estamos. E o próprio sofrimento da perda, que vai nos apertando no momento de luto, parece ofender as pessoas que não compartilham daquela dor.

A morte, para o Ocidente, mudou ao longo do tempo. Cada vez mais foi sendo retirada da esfera do comum, chegando a tornar-se “tabu” (ARIÈS, 2001). Seu lugar também mudou, pois com a legitimação do saber/poder da medicina, o morto foi levado para os hospitais onde os médicos lutam para evitar o inevitável e o moribundo é apenas coadjuvante neste espetáculo, sem capacidade de decidir os rumos de seus derradeiros momentos. Em contrapartida, foi mostrado que a morte também possui características próprias em diferentes culturas nas suas formas de apreensão e de tratamento do morto.

Antes de começar a descrever o espaço estudado e as relações que são travadas lá, a pesquisa deteve-se em outro ponto que demandou muita paciência por parte do pesquisador: os caminhos burocráticos do Comitê de Ética em Pesquisa. E como bem advertiu Geertz(2009) de que a pesquisa é retrato de um tempo, os percalços ocorridos com o comitê, talvez fossem, se não inexistentes, com certeza minimizados, devido à uma nova Resolução que traz mudanças – e melhorias – nas regras de submissão de projetos de pesquisa nas áreas de ciências humanas e sociais.

Durante os primeiros passos da pesquisa, depois de o projeto ser aprovado pelo Comitê de Ética, fiquei algum tempo fazendo trabalho de campo na sala dos peritos criminais externos, que são os primeiros profissionais da PEFOCE a terem contato com o morto, no local do fato – crime, acidente, suicídio. Foi abordada um pouco acerca de sua profissão e a importância do “ver” – não apenas na profissão

dos peritos, mas essa também é uma característica importante dos auxiliares de perícia e médicos legistas que precisam enxergar os vestígios que se tornarão a prova de um crime ou que irá esclarecer a *causa mortis*.

A pesquisa tratou de apresentar o cotidiano dos profissionais do NUTAF – Núcleo de Tanatologia Forense da Perícia Forense do Estado do Ceará. Um grupo formado por auxiliares de perícia, médicos-legistas, radiologistas, funcionários da limpeza e agentes administrativos.

É comum imaginar que em um ambiente no qual a morte é corriqueira reinasse a tristeza, longe disso! Os profissionais conversam de tudo um pouco – de carros usados à qualidade de facas e fazem piada, muitas. Por vezes o lugar era embalado por uma ótima trilha sonora colocada por Seu Sidney. O pesquisador deve estar disposto a abrir-se ao universo do outro, ser afetado por ele (AGIER, 2015 e FRAVET-SAADA, 2005) e quando a proposta é estudar a morte, na verdade estamos lidando com a sombra que ela projeta nos sujeitos do espaço estudado, como é possuidora de mana ela causa efeito naqueles ao seu redor (RODRIGUES, 2006a).

No trabalho foram descritos os vários ambientes que compõem o setor do necrotério, com atenção especial para os procedimentos de necropsia e principalmente, na razão de ser daquele espaço: os mortos – e são muitos! Uma média de dezessete por dia, de acordo com Seu Sidney, mas existem dias em que esse número praticamente dobra – principalmente em feriados. Ainda sobre os mortos, a pesquisa tratou de discutir as questões que envolvem o “medo” da capacidade de ser um agente poluígeno que o morto evoca.

Diante da profusão de mortos, os profissionais do setor acabam, em certa medida, se acostumando com a morte e o morto passa a ser visto como “uma perícia a ser realizada”, é uma parte do trabalho, nada demais. Mas alguns mortos ainda “pesam” sobre os profissionais, conseguem perfurar a “blindagem” (Dr. Tavito) que desenvolveram e afetá-los. E a morte vai “ficando”:

É... com o tempo a gente fica meio que lesionado no nosso emocional, a gente acaba se tornando outra pessoa. Quando eu entrei aqui eu era uma pessoa e hoje eu sou totalmente diferente. (Seu Sidney – auxiliar de perícia)

Os auxiliares de perícia e médicos-legistas acabam desenvolvendo estratégias para lidar com os mortos – para “minimizar” seus efeitos – é visto além de parte do trabalho, como um objeto ou como coisa.

E ao tratar o morto como sendo uma coisa tornou-se possível fazer uma ponte acerca dessa categoria na perspectiva ingoldiana. Para Ingold (2012) objeto é algo que não “tem vida” que encerra o campo de possibilidades, mas a coisa não. A coisa é um “acontecer” que nem sempre pode ser contido, como água a escapar das rachaduras de uma represa, o morto-coisa vaza.

O morto ao ser apreendido como coisa acaba escapando das amarras do conceito de morte como *“fim de um processo biológico e início de outro também biológico”* (Dr. Altemar). O morto não fica encerrado em um fim, sim, existem finais, mas também existem sobrevidas e é por essas brechas, momentos, arquivos que ele vaza, é quase como uma mágica, mas quem disse que a morte não o é? Afinal, de mana ela está cheia...

REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. **Encontros Etnográficos: interação, contexto, comparação**. São Paulo: Editora Unesp; Alagoas: Edufal, 2015.

ALVES, Alessandra C. Gonçalves. **Sinais abióticos: putrefação, autólise, maceração, fauna cadavérica, mumificação e saponificação**. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 19, n. 4169, 30 nov. 2014. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/33919> último acesso em: 11.10.2016.

AMORIM, Cláudia. A morte, a arte e a medusa. IN: GREIMER, Christine; AMORIM, Cláudia (orgs.). **Leituras da Morte**. São Paulo: Annablume Editora, 2007.

AQUINO, Jania Perla D. de. **Príncipes e Castelos de Areia: Performance e Liminaridade no universo dos grandes roubos**. Tese (Doutorado) – Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

_____. **Performance e Perigo nos Assaltos contra instituições financeiras**. Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia. Porto Seguro, Bahia, 2008. Disponível em: http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2009/jania%20pereira.pdf último acesso em: 13.10.2016.

ARIÈS, Philippe. **História da Morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias**. São Paulo: Ediouro, 2001.

_____. **O homem diante da morte**. Vol. II. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1990.

_____. **O homem diante da morte**. Vol. I. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1981.

BALANDIER, Georges. **A desordem: elogio do movimento**. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 1997.

BANDEIRA, Manuel. **CONSOADA** - poema. Disponível em: <http://www.poesiaspoemaseversos.com.br/manuel-bandeira-poemas/> último acesso em: 15.10.2016.

BARBOSA, Wendell de Freitas. **A Polícia da Boa Vizinhança: As ações da polícia em contexto de conflito e a produção intersubjetiva de práticas policiais locais**. Dissertação (mestrado) – Sociologia. Universidade Federal do Ceará, 2014.

BARREIRA, César. **Violência difusa, medo e insegurança: as marcas recentes da crueldade**. In: Revista Brasileira de Sociologia. Vol. 1, nº 01, Jan/Jul, 2013.

_____. **Crimes por encomenda: violência e pistolagem no cenário brasileiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política, 1998.

BEVILAQUA, Ciméa. **Etnografia do Estado: algumas questões metodológicas e éticas**. Revista Campos v.3, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRAGA, Júlio. **Oritamejé**: O antropólogo na encruzilhada. Feira de Santana: Universidade Federal de Feira de Santana, 2000.

BRASIL. **Diário Oficial da União**. Sessão I, Nº98; 24 mai. 2016. 2016. Disponível em:

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=24/05/2016&jornal=1&pagina=44&totalArquivos=80> último acesso em: 04.10.2016.

CALAVIA SÁEZ, Oscar. **Esse obscuro objeto da pesquisa** – um manual de método, técnicas e teses em Antropologia. Ilha de Santa Catarina, Edição do Autor, 2013.

CAPRARA, Andrea; LANDIM, Lucyla Paes. **Etnografia**: uso, potencialidades e limites na pesquisa em saúde. *Comunicação Saúde Educação*, v.12, n. 25, abr;jun, 2008.

CARDOSO DE OLIVEIRA, L. Roberto. Pesquisas *em versus* pesquisas *com* seres humanos. IN: VÍCTORIA, Ceres; OLIVEN, R. George; MACIEL, M. Eunice; ORO, A. Pedro (Orgs.). **Antropologia e Ética**. O debate atual no Brasil. Niterói: EdUFF, 2004.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever. IN: _____. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Unesp, 1998.

CARVALHO, Letícia. **Dos autos da cova rasa**: A identificação de corpos não-identificados no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro, 1942-1960. Dissertação (Mestrado) - Antropologia Social. Universidade federal do Rio de Janeiro – Museu Nacional, 2007.

CEARÁ. **Diário Oficial do Estado**. Série 3, ano III, nº 067; 07 abr. 2011. Disponível em: <http://docplayer.com.br/15285619-Diario-oficial-do-estado-serie-3-ano-iii-no064-fortaleza-04-de-abril-de.html> último acesso em 04.10.2016.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.

CONCONE, Maria Helena Villas Boas. **O “vestibular” de anatomia**. In: SOUZA MARTINS, José de. (org.) *A morte e os mortos na sociedade brasileira*. São Paulo: Editora Hucitec, 1983.

COURTINE, Jean-Jacques. **Decifrar o corpo**: pensar com Foucault. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1997.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. 2. Ed. – São Paulo: Perspectiva, 2012.

_____. **Como as instituições pensam**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. **Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

FAVRET-SAADA, Jeanne. **Ser Afetado**. In: Cadernos de Campo, n. 13. São Paulo: FFLCH/USP, 2005, p.155-161.

FIGUEIREDO, Vilma. Ética e Ciência: comissões de ética em pesquisa científica. IN: VÍCTORIA, Ceres; OLIVEN, R. George; MACIEL, M. Eunice; ORO, A. Pedro (Orgs.). **Antropologia e Ética**. O debate atual no Brasil. Niterói: EdUFF, 2004.

FONSECA, Cláudia. **O anonimato e o texto antropológico**. Dilemas éticos e políticos da etnografia “em casa”. Palestra proferida na mesa: Ética e pesquisa etnográfica. Seminário do NACi – Núcleo de Antropologia e Cidadania da UFRGS: Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo. 09 nov. de 2007.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. 7ª Ed. Forense Universitária, 2014.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010a.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 38ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010b.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 1996.

_____. **O sujeito e o poder**. In: DREYFUS, H. & RABINOW, P. Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. IN: Bauer, Martin; GASKELL, George (orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis, RJ, 2002.

GEERTZ, Clifford. **Obras e vidas: o antropólogo como autor**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

_____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora: UNESP, 1991.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GREINER, Christine. **A experiência da morte como potência de vida**. IN: Leituras da morte. São Paulo: Annablume, 2007.

GUERRIERO, Iara Coelho Zito. **A resolução 510/16: diretrizes éticas para pesquisas em Ciências Humanas e Sociais**. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/viewFile/1759/739> último acesso em: 04.10.2016.

GUERRIERO, I. C. Z.; BOSI, M. L. M.. **Ética em pesquisa na dinâmica do campo científico**: desafios na construção de diretrizes para ciências humanas e sociais. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 9, p. 2615-2624, 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HENEZEL, Marie; LELOUP, Jean-Yves. **A arte de morrer**: tradições religiosas e espiritualidade humanista diante da morte na atualidade. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

HERTZ, Robert. **La muerte y la mano derecha**. Madri: Alianza Editorial S.A, 1990.

INGOLD, Tim. **Trazendo as coisas de volta à vida**: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Revista Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 18, n.37, pág. 25-44, jan./jun. 2012.

KAHN, Túlio. **Modelos de estruturação das atividades de polícia técnica e de perícias no Brasil**. *Revista brasileira de segurança pública*. São Paulo v. 8, n. 2, Ago/Set 2014.

LA TAILLE, Yves De. Ética em pesquisa com seres humanos: dignidade e liberdade. IN: GUERRIERO, Iara Coelho Zito; SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; ZICKER, Fábio (orgs.). **Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

LE BRETON, David. **Antropologia do corpo e modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

_____. **A Sociologia do corpo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1994

LIMA, Edilene C. **A morte e o destino dos mortos entre os katukina**. XXIV Encontro Anual da Anpocs . Grupo de Trabalho: Etnologia Indígena. Sessão 2: Ritual e Cosmologia. Petrópolis, 23 a 27 de outubro de 2000.

LUKE, Ademir; VALENDORF, Leandro. **O exame necroscópico e sua contribuição para a área científica forense**. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/o-exame-necroscopico-e-sua-contribuicao-para-a-area-cientifica-forense/132461/> último acesso em: 10.10.2016.

MACHADO, Roberto. **Introdução - Por uma genealogia do poder**. IN: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.

MAGNANI, José G. C. **Etnografia como Prática e Experiência**. In: *Horizontes Antropológicos*, UFRGS/ IFCH. Ano 15, n. 32, 2009. Porto Alegre: PPGAS, 2009, p. 129-156.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. **Argonautas do Pacífico ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARTINS, José de Souza (org.). **A morte e os mortos na sociedade brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1983.

MATOS JÚNIOR, Clodomir C. de.. **Violência, Cidadania e Medo: experiências urbanas em fortaleza.** Dissertação – mestrado. Sociologia. Universidade Federal do Ceará, 2008.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. IN: **Sociologia e Antropologia.** São Paulo, Cosac Naify, 2003a.

_____. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de “Eu”. IN: **Sociologia e Antropologia.** São Paulo, Cosac Naify, 2003b.

_____. A expressão obrigatória dos sentimentos. IN: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto (org.). **Marcel Mauss: antropologia.** São Paulo: Ática, 1979.

McCALLUN, Cecília. **Morte e pessoa entre os Kaxinawá.** MANA 2(2):49-84, 1996.

MEDEIROS, Flávia. **Visão e o cheiro dos mortos: uma experiência etnográfica no Instituto Médico- LEGAL.** cadernos de campo, São Paulo, n. 23, p. 77-89, 2014

_____. **“Matar o morto”** A construção institucional de mortos no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro. PPG em Antropologia Social; Universidade Fluminense. Dissertação, 2012.

_____. **Os papéis dos corpos:** a produção de registros policiais no IML do Rio de Janeiro. Trabalho apresentado no XI CONLAB; UFBA – Salvador, Bahia, 2011.

MORALES, Luciana Pinho. **Cenários da violência:** análise estético-narrativa do telejornal policial Barra Pesada. Dissertação (Mestrado) – Sociologia. Universidade Federal do Ceará, 2014.

MORIN, Edgar. **O homem e a morte.** Biblioteca Universitária, Portugal (PT), 1978.

MOURA, Ricardo. **Vidas Breves:** uma investigação acerca dos assassinatos de jovens em Fortaleza. Dissertação (Mestrado) – Políticas Públicas e Sociedade. Universidade Estadual do Ceará, 2011.

NOVAES, Sylvia Caiuby. **Funerais entre os Bororo.** Imagens da refiguração do mundo. Revista de Antropologia, v. 49, nº1. São Paulo, USP, 2006.

PAIVA, Luiz Fábio Silva. **Os significados da morte:** os discursos dos meios de comunicação sobre crimes que “abalaram” o Brasil. 2012. 375 f. Tese (Doutorado) – Sociologia. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

PALHARES, Fortunato A. Badan. **Por que converso com os mortos.** São Paulo: Editora Landscape, 2007.

PESCAROLO, Joyce Kelly. **Morte, racionalização e contágio moral:** um estudo sobre o Instituto Médico-Legal de Curitiba. PPG em Sociologia; Universidade Federal do Paraná. Dissertação, 2007.

PLATAFORMA BRASIL, site. Disponível em: <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil/login.jsf> acesso em: 04.10.2016.

NOVAES, Sylvia Caiuby. **Funerais entre os Bororo**. Imagens da refiguração do mundo. Revista de Antropologia, v. 49, nº1. São Paulo, USP, 2006.

PESCAROLO, Joyce Kelly. **Morte, Racionalização e contágio moral: um estudo sobre o Instituto Médico Legal de Curitiba**. Dissertação (Mestrado) – Sociologia. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos históricos, v. 5, n. 10, 1992.

_____. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

PORTAL EDUCAÇÃO. **Odontologia: Decálogo ético do perito**. Disponível em: <http://www.portaleducacao.com.br/educacao/artigos/12349/odontologia-decalogo-etico-do-perito> último acesso em: 05.10.2016.

Portal da SSPDS. **COMEL – Coordenadoria de Medicina Legal**. Disponível em: <http://www.sspds.ce.gov.br/guias.do?tipoPortal=1&action=list&ano=2016&mes=09&municipio=FORTALEZA> último acesso em: 13.10.2016.

REZENDE, Patrick Arley de. **Corpos sem nome, nomes sem corpos: desconhecidos, desaparecidos e a constituição da pessoa**. Dissertação (mestrado) – Antropologia. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

RODRIGUES, José Carlos Rodrigues. **Tabu da Morte**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006 a.

_____. **Tabu do corpo**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006 b.

_____. **O corpo na História**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

ROSA, Guimarães. **Grande sertão: Veredas**. Vol. II, Editora Nova Aguilar, 1994. Disponível em: <http://stoa.usp.br/carloshqn/files/-1/20292/GrandeSertoVeredasGuimaresRosa.pdf> último acesso em 05.10.2016.

SÁ, Leonardo Damasceno de. **Guerra, mundo e consideração**. Uma etnografia das relações sociais dos jovens no Serviluz. Tese de doutorado. PPG em Sociologia – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

_____. **Os filhos do estado: auto-imagem e disciplina na formação dos oficiais da Polícia Militar do Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

SANTOS, Célia Almeida dos. Os profissionais de saúde enfrentam-negam a morte. IN: MARTINS, José de Souza (org.). **A morte e os mortos na sociedade brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1983.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval. Aspectos éticos nas pesquisas qualitativas. IN: GUERRIERO, Iara Coelho Zito; SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; ZICKER, Fábio (orgs.). **Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

SEEGER, Anthony, Da Matta, Roberto, Viveiros de Castro, E. B. **A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras**. Boletim do Museu Nacional. Núm. 32. Rio de Janeiro: maio de 1979

SHMIDT, Maria Luisa Sandoval; TONIETTE, Marcelo Augusto. A relação pesquisador-pesquisado: algumas reflexões sobre a ética na pesquisa e a pesquisa ética. IN: GUERRIERO, Iara Coelho Zito; SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; ZICKER, Fábio (orgs.). **Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

Site da ABA. **Publicada a nova resolução da Ética em Pesquisa nas CHS**. Disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/index.php/17-noticias/937-publicada-a-nova-resolucao-da-etica-em-pesquisa-nas-chs> último acesso em: 04.10.2016.

_____. **GT entrega documento ao Presidente do CNPQ indicando a política a seguir para a área de Ciências Humanas**. Disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/index.php/17-noticias/671-gt-entrega-documento-ao-presidente-do-cnpq-indicando-a-politica-a-seguir-para-area-de-ciencias-humanas> > Último acesso em 01.11. 2015.

Site Mapa da Violência 2016. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/> último acesso em: 13.10.2016.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

TAVEIRA, Breno. **Morte e memórias vivas a Períci Forense do Estado do Ceará**. Monografia (Bacharelado) – Ciências Sociais. Universidade Federal do Ceará, 2013.

THOMAS, Louis-Vincent. **Antropología de la muerte**. Fondo de Cultura Económica, México, 1983.

TREMBLAY, Marc-Adélar. Reflexões sobre uma trajetória pessoal pela diversidade dos objetos de pesquisa. IN: MAYER, Robert et alii. **A pesquisa Qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis Editora Vozes, 2ª Edição, 2010.

VELHO, Gilberto; LUSCHNIR, Karina (orgs.). **Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

VÍCTORIA, Ceres; OLIVEN, R. George; MACIEL, M. Eunice; ORO, A. Pedro (Orgs.). **Antropologia e Ética**. O debate atual no Brasil. Niterói: EdUFF, 2004.

VILLASENOR, Rafael L.; CONCONE, Maria H. Villas Bôas. **A celebração da morte no imaginário popular mexicano**. Revista Temática Kairós Gerontologia “*Finitude, morte e velhice*”, v.15(4), São Paulo, agosto, 2012.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A morte como quase acontecimento**. 2009. Palestra. Programa Café Filosófico. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nz5ShgzmuW4> último acesso em: 09.10.2016.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de Esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

ANEXOS

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa **“O morto e ao redor: a trajetória do cadáver na Perícia Forense do Estado do Ceará”** de responsabilidade de **Breno Taveira Mesquita** aluno de **Mestrado em Sociologia** da **Universidade Federal do Ceará**. O objetivo desta pesquisa é **entender quais os procedimentos e como ocorre todo o processo envolvendo um corpo vítima de homicídio**. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo(a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas e entrevistas ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de conversas mais informais e entrevistas. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

Espera-se com esta pesquisa *entender um pouco mais sobre o trabalho desempenhado pelos profissionais da perícia criminal e medicina legal em casos de homicídio*.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone **(85)9747-0193** ou pelo e-mail brambreno@yahoo.com.br .

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de **cópia da dissertação – impressa e em CD – doadas**

para o Centro de Estudos Prof. José Carlos Ribeiro da PEFOCE podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

ATENÇÃO: Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a sua participação na pesquisa entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFC, Rua Coronel Nunes de Melo, 1127 Rodolfo Teófilo fone: 3366-8344

O abaixo assinado _____, _____ anos, RG: _____ declara que é de livre e espontânea vontade que está participando como voluntário da pesquisa. Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura tive a oportunidade de fazer perguntas sobre o seu conteúdo, como também sobre a pesquisa e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro ainda estar recebendo uma cópia assinada deste termo.

Assinatura do (a) participante

Assinatura do (a) pesquisador (a)

Fortaleza, ____ de _____ de _____



**PERICIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ - PEFOCE
FORMULÁRIO PARA PERICIA DE CRIME CONTRA A VIDA**

Nº LAUDO: _____

TIPO DE OCORRÊNCIA: _____ Nº CIOPS: _____

DATA: ____/____/____ OCORRIDO ÀS: ____ CHAMADA ÀS: ____ ATENDIDO ÀS: ____

SOLICITAÇÃO: _____ DELEGADO (A): _____

1º POLICIAL: _____ MAT. Nº: _____

ENDEREÇO:

COND. DO ISOLAMENTO: () PRESERVADO () PARCIALMENTE PRESERVADO () NÃO PRESERVADO

COND. ATMOSFÉRICAS: () CHUVA () SOL () NUBLADO () NEBLINA

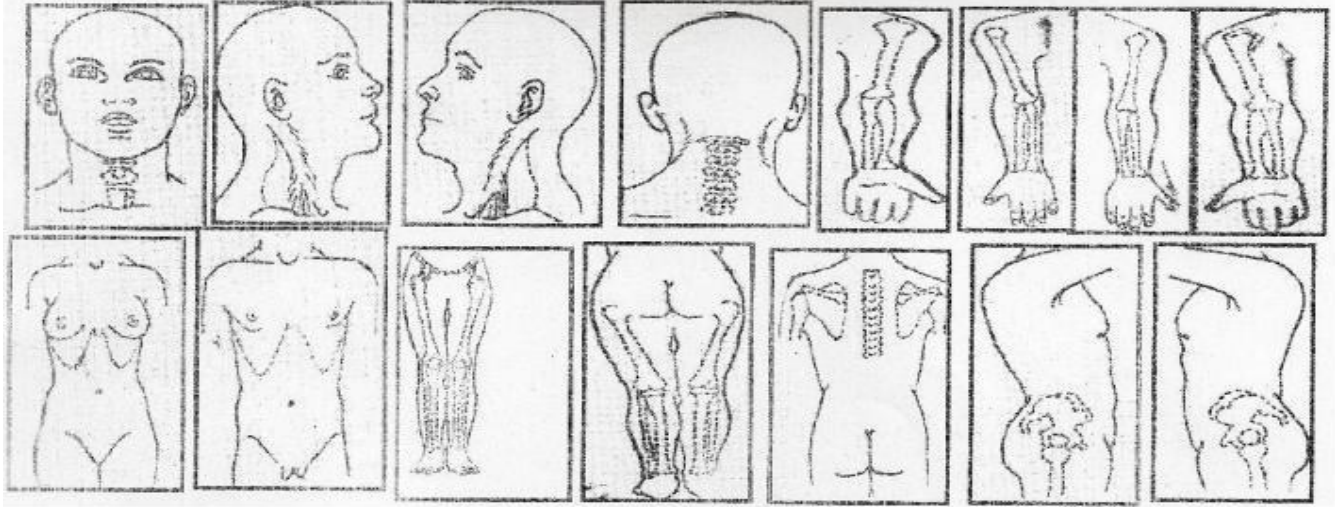
ILUMINAÇÃO NATURAL: () SIM () NÃO

ILUMINAÇÃO PÚBLICA: () SIM () NÃO --> () BOA () REGULAR () RUIM

VITIMAS (NOME, NASCIMENTO, RG, CPF, POSIÇÃO, DESCRIÇÃO, VESTES ...):

DINÂMICA TESTEMUNHAS: (ARMAS, DESCRIÇÃO DO LOCAL)

LESÕES



Necropsia®

LIVRO: _____

PÁG.: _____

AUX.: _____

Reg. n° _____

Guia n° _____

Delegacia: _____

Necropsia: Hora _____

:

h

Data _____

/

/

/

1° Perito _____

2° Perito _____

Nome: _____

Idade _____

Pai _____

Mãe _____

E. Civil _____

Profissão _____

Natural _____

Residência _____

HISTÓRICO: Às _____ horas do dia _____ / _____ /2015, deu entrada no necrotério do IML de Fortaleza o corpo de _____ que teria sido vítima de _____ às _____ horas do dia _____ / _____ /2015, falecendo às _____ horas do dia _____ / _____ /2015, no _____, conforme informações contidas na guia policial número _____ do _____ Distrito Policial, que _____ corpo,

IDENTIFICAÇÃO: trata-se de um corpo do sexo _____, de cor _____, idade aparente _____, compleição física _____, cabelos _____, olhos _____, dentes _____, trajando _____

TANATOGNOSE: observamos rigidez cadavérica _____, livores de decúbito _____, hipotermia corpórea, midríase, ausência de quaisquer sinais ou manifestações vitais.

EXAME EXTERNO:

(vire a folha, continua atrás)



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

**Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social
Perícia Forense Do Estado Do Ceará
Coordenadoria de Medicina Legal**

TERMO DE RECONHECIMENTO DE CORPOS

Eu, _____ RG
_____ residente à _____ afirmo,
categóricamente, que o corpo que deu entrada no necrotério da COMEL no dia ___/___/___
Registro Nº _____, Guia Cadavérica Nº _____ e BO Nº _____ do ___ DP, datado
de ___/___/___, é de _____, e,
não havendo dúvidas sobre seu reconhecimento, requeiro a sua liberação para sepultamento e
assumo quaisquer responsabilidades legais sobre a mesma.

FAMILIAR/RESPONSÁVEL: _____

TESTEMUNHA: _____ RG: _____

TESTEMUNHA: _____ RG: _____

Fortaleza, ___ de _____ de _____

AUXILIAR DE PERÍCIA/MATRÍCULA
NÚCLEO DE TANATOLOGIA FORENSE/COMEL/PEFOCE



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social
Perícia Forense Do Estado Do Ceará
Coordenadoria de Medicina Legal

LIBERAÇÃO DE CORPO

Declaro para os devidos fins, que foi necropsiado no Núcleo de Tanatologia Forense da Coordenadoria de Medicina Legal, o corpo de

sob o registro de Nº _____ e guia cadavérica de Nº _____ no dia ___/___/___, tendo sido o mesmo liberado para sepultamento com a Declaração de Óbito para ser entregue em data posterior. A presente liberação foi entregue a(o) _____, sendo o corpo transportado para inumação pela funerária _____.

Fortaleza, ___ de _____ de _____

SETOR DE ACOLHIMENTO FAMILIAR
NUTAF/COMEL/PEFOCE